

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Superintendência Central de Planejamento e Programação Orçamentária
Diretoria Central de Planejamento Programação e Normas



Classificação Econômica da Despesa

Atualizado em 17/03/2017



SUMÁRIO

ELEMENTO/ITEM DE DESPESA	13
01 – APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	13
03 – PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	13
04 – CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	14
05 – OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	14
06 – BENEFÍCIO MENSAL AO DEFICIENTE E AO IDOSO	15
07 – CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA.....	15
08 – OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	16
09 – SALÁRIO-FAMÍLIA	16
10 – SEGURO DESEMPREGO E ABONO SALARIAL.....	16
11 – VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	17
12 – VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS –PESSOAL MILITAR	23
13 – OBRIGAÇÕES PATRONAIS	24
14 – DIÁRIAS – CIVIL	26
15 – DIÁRIAS – MILITAR	26
16 – OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS – PESSOAL CIVIL	26
17 – OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS – PESSOAL MILITAR	27
18 – AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	27
19 – AUXÍLIO-FARDAMENTO	27
20 – AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	28
21 – JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO.....	28
22 – OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	28
23 – JUROS, DESÁGIOS E DESCONTOS DA DÍVIDA MOBILIÁRIA	29
24 – OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA MOBILIÁRIA	29
25 – ENCARGOS SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA.....	29
26 – OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE POLÍTICA MONETÁRIA	29
27 – ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES.....	29
28 – REMUNERAÇÃO DE COTAS DE FUNDOS AUTÁRQUICOS	29
29 – DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADO DE EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES.....	30
30 – MATERIAL DE CONSUMO	30
31 – PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS ..	34
32 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.....	34
33 – PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	34
34 – OUTRAS DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	35
35 – SERVIÇOS DE CONSULTORIA.....	35
36 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	36
37 – LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA.....	39
38 – ARRENDAMENTO MERCANTIL.....	40
39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.....	40
41 – CONTRIBUIÇÕES	49
42 – AUXÍLIOS	50
43 – SUBVENÇÕES SOCIAIS	50
45 – SUBVENÇÕES ECONÔMICAS.....	51
46 –AUXÍLIO – ALIMENTAÇÃO	51
47 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	51
48 – OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	52
49 – AUXÍLIO – TRANSPORTE	52
51 – OBRAS E INSTALAÇÕES.....	53
52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	55
53 – APOSENTADORIAS DO RGPS - ÁREA RURAL	57
54 – APOSENTADORIAS DO RGPS - ÁREA URBANA.....	57
55 – PENSÕES DO RGPS - ÁREA RURAL	57
56 – PENSÕES DO RGPS - ÁREA URBANA.....	57

57 - OUTROS BENEFÍCIOS DO RGPS - ÁREA RURAL	57
58 - OUTROS BENEFÍCIOS DO RGPS - ÁREA URBANA.....	58
59 - PENSÕES ESPECIAIS	58
61 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS.....	58
62 - AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA	59
63 - AQUISIÇÃO DE TÍTULOS DE CRÉDITO.....	59
64 - AQUISIÇÃO DE TÍTULOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL JÁ INTEGRALIZADO	59
65 - CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	59
66 - CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	59
67 - DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS.....	60
70 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	60
71 - PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	60
72 - PRINCIPAL DA DÍVIDA MOBILIÁRIA RESGATADO	61
73 - CORREÇÃO MONETÁRIA OU CAMBIAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADA	61
74 - CORREÇÃO MONETÁRIA OU CAMBIAL DA DÍVIDA MOBILIÁRIA RESGATADA.....	61
75 - CORREÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	61
76 - PRINCIPAL CORRIGIDO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA REFINANCIADO	62
77 - PRINCIPAL CORRIGIDO DA DÍVIDA CONTRATUAL REFINANCIADO	62
81 - DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS	62
82 - APORTE DE RECURSOS PELO PARCEIRO PÚBLICO EM FAVOR DO PARCEIRO PRIVADO DECORRENTE DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - PPP.....	63
83 - DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - PPP, EXCETO SUBVENÇÕES ECONÔMICAS, APORTE E FUNDO GARANTIDOR	63
84 - DESPESAS DECORRENTES DA PARTICIPAÇÃO EM FUNDOS, ORGANISMOS, OU ENTIDADES ASSEMELHADAS, NACIONAIS E INTERNACIONAIS.....	63
91 - SENTENÇAS JUDICIAIS	64
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	65
93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	65
94 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	69
95 - INDENIZAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CAMPO	69
97 - APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	70
98 - COMPENSAÇÕES AO RGPS	70
99 - A CLASSIFICAR.....	70
CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA*	71
MODALIDADES DE APLICAÇÃO	75
CATEGORIAS ECONÔMICAS	79
GRUPOS DE DESPESA	79
FONTES DE RECURSO	80
IDENTIFICADORES DE PROCEDÊNCIA E USO	83
IDENTIFICADORES DE AÇÃO GOVERNAMENTAL	84
DIAGRAMA DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL E POR PROGRAMAS	85

ÚLTIMAS ATUALIZAÇÕES *

* As últimas atualizações aparecerão no corpo do manual em texto na **cor azul**.

Última Atualização	Ato	Alterações
17/03/2017	38	Cria o elemento item 3987 – Serviços de gerenciamento e fornecimento de combustível; Altera a descrição do elemento item 3943 - Serviços de Administração e Gerenciamento de Frota de Veículos.
31/01/2017	37	Cria os elementos itens: <ul style="list-style-type: none"> • 1324 – Obrigação patronal - Contratos de Terceirização - Despesas com Assistência à Saúde • 1325 – Obrigação patronal - Despesas com Assistência à Saúde - outros
25/01/2017	35	Cria os elementos itens: <ul style="list-style-type: none"> • 1321 – Obrigação patronal – Pessoal Ativo - Despesas com Assistência à Saúde • 1322 – Obrigação patronal – Pessoal Inativo - Despesas com Assistência à Saúde
10/01/2017	34	Cria o elemento item 3705 - Despesas com o pagamento de encargos trabalhistas à MGS.
20/10/2016	33	Alteração da interpretação dos itens: <ul style="list-style-type: none"> • 3304 - Passagens – Pessoa Jurídica, • 3604 – Diárias a Colaboradores Eventuais; e • 3950 – Agenciamento de Viagens.
04/10/2016	32	Cria o elemento item 3629 – Direitos Autorais; Cria o elemento item 3986 – Direitos Autorais; Cria o elemento item 4106 - Transferências para financiamento do transporte escolar.
20/09/2016	31	Cria o elemento item 3985 - Serviços de deslocamento ou remoção de postes e rede elétrica.
17/08/2016	30	Alteração da descrição do elemento item 9327 - Indenização de Transporte Devida ao Oficial de Justiça.
09/08/2016	29	Cria o elemento item 0702 - Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência - encargos por pagamento em atraso; Cria o elemento item 1210 - Gratificação Mensal Pró-labore; Cria o elemento item 9327 - Indenização de Transporte Devida ao Oficial de Justiça.
29/04/2016	28	Alteração da denominação e interpretação do elemento item 3941 – Anuidades para 3941 - Anuidades, Registros e Certificados; Alteração da denominação e interpretação do elemento item 3971 – Serviços Técnicos de Implantação, Gestão e Administração de Sistemas de Vigilância e Observação para 3971 - Serviços Técnicos de Implantação, Gestão e Administração de Sistemas de Vigilância e Observação e de Controle de Velocidade.
11/04/2016	27	Alteração da denominação e interpretação do elemento item 9108 – Outras Decisões Judiciais
04/04/2016	26	Cria o elemento item 9108 – Outras Decisões Judiciais – Depósito em Conta corrente ou à disposição; Cria o elemento item 3628 - Serviços Técnicos Judiciais – honorários periciais; Altera a denominação do elemento item 3624 - Serviços Técnicos Judiciais – honorários judiciais; Altera a denominação do elemento item 3982 -Serviços Técnicos Judiciais – honorários judiciais.
29/02/2016	25	Cria a fonte de recurso 88 - Transferências de Recursos do SUS para Investimentos na Rede de Serviços de Saúde; Desbloqueio do item 30-37 – Medicamentos – Decisão Judicial; Atualização da Tabela de Classificação Econômica da Despesa.
03/12/2015	24	Cria o elemento/item 36-27 – Juízes Leigos Atualização da Tabela de Classificação Econômica da Despesa
26/10/2015	23	Cria o elemento/item 36-26 – Serviços de Abastecimento e Distribuição de Água
24/09/2015	22	Alteração da interpretação do elemento/item 21-05 – Juros de outras dívidas renegociadas; Cria o elemento/item 21-06 – Juros sobre o parcelamento da dívida com o PASEP; Alteração da interpretação do elemento/item 71-06 – Principal de outras dívidas renegociadas; Cria o elemento/item 71-07 – Principal do parcelamento da dívida referente ao PASEP.
22/09/2015	21	Altera a Fonte de Recurso 22 – Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS para Transferências de Recursos do SUS para a Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;

		<p>Cria a Fonte de Recurso 84 – Transferências de Recursos do SUS para a Gestão do SUS;</p> <p>Cria a Fonte de Recurso 85 – Transferências de Recursos do SUS para a Vigilância em Saúde;</p> <p>Cria a Fonte de Recurso 86 – Transferências de Recursos do SUS para a Assistência Farmacêutica;</p> <p>Cria a Fonte de Recursos 87 – Transferências de Recursos do SUS para a Atenção Básica</p> <p>Cria o elemento/item 36-25 – Contratação para Prestação de Serviço por Credenciados;</p> <p>Cria o elemento/item 39-84 – Remuneração paga pelo Poder Executivo ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais referente aos Depósitos Judiciais – Lei 21.720/2015;</p> <p>Cria o elemento/item 93-26 – Restituição Referente à Taxa de Inscrição, Material e Similares;</p> <p>Cria a fonte de recurso 82 – Notificação de Infração de Trânsito – Estado;</p> <p>Cria a fonte de recurso 83 – Notificação de Infração de Trânsito – FUNTRANS.</p>
08/09/2015	20	<p>Cria o elemento/item 13-18 – Obrigação Patronal – Pessoal Militar Ativo – LC 125/2012;</p> <p>Cria o elemento/item 13-19– Obrigação Patronal – Pessoal Militar Inativo – LC 125/2012;</p> <p>Alteração da interpretação do item 33-02 - Despesas com Transporte Urbano, Pedágio e Estacionamento – Pessoa Física;</p> <p>Alteração da interpretação do item 36-04 – Diária a Colaboradores Eventuais.</p>
10/08/2015	19	Cria o elemento/item 39-83– Serviços de Realização de Processo de Certificação Ocupacional
04/08/2015	18	<p>Alteração da interpretação do elemento/item 30-18 - Matérias – primas e Produtos para Manipulação e Indústrias de Transformação;</p> <p>Alteração da interpretação do elemento/item 39-29 - Serviços de Saúde Prestados por Pessoa Jurídica;</p> <p>Alteração da interpretação do elemento/item 93-23– Indenização decorrente de auxílio-saúde;</p> <p>Cria a fonte 81 - Recursos de Depósitos Judiciais – Lei 21.720/15</p>
02/07/2015	17	Alteração na interpretação do item de despesa 39-25: Encargos Judiciais
15/06/2015	16	Alteração na interpretação do item de despesa 39-25: Encargos judiciais
09/06/2015	15	<p>Cria o elemento/item 36-24 – Serviços Técnicos Judiciais – Honorários Periciais</p> <p>Cria o elemento/item 39-82 – Serviços Técnicos Judiciais – Honorários Periciais</p> <p>Cria o elemento/item 48-03 – Auxílio para Profissionais de Programas de Capacitação e Formação</p>
29/04/2015	14	<p>Altera a descrição do elemento/item 08-07</p> <p>Altera a descrição do elemento/item 34-01</p> <p>Altera a descrição do elemento/item 39-29</p> <p>Altera a descrição do elemento/item 39-30</p> <p>Cria o elemento/item 41-05 - Contribuições à Fundação de Previdência Complementar do Estado de Minas Gerais - PREVCOM–MG</p>
19/01/2015	13	<p>Desbloqueia o elemento/item 93-23 – Indenização decorrente de Auxílio-Saúde.</p> <p>Altera o nome e a descrição do elemento/item 93-24 – Auxílio-moradia de caráter indenizatório devido a magistrado</p>
06/01/2015	Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 10 de dezembro de 2014	<p>Cria o elemento de despesa 82 - Aporte de Recursos pelo Parceiro Público em Favor do Parceiro Privado Decorrente de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP.</p> <p>Cria o elemento/item de despesa 82-01 - Aporte de Recursos pelo Parceiro Público em Favor do Parceiro Privado Decorrente de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP.</p> <p>Cria o elemento de despesa 83 - Despesas Decorrentes de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP, exceto Subvenções Econômicas, Aporte e Fundo Garantidor.</p> <p>Cria o elemento/item de despesa 83-01 - Despesas Decorrentes de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP, exceto Subvenções Econômicas, Aporte e Fundo Garantidor.</p> <p>Cria o elemento de despesa 84 - Despesas Decorrentes da Participação em Fundos, Organismos, ou Entidades Assemelhadas, Nacionais e Internacionais.</p> <p>Cria o elemento/item de despesa 84-01 - Despesas Decorrentes da Participação em Fundos, Organismos, ou Entidades Assemelhadas, Nacionais e Internacionais.</p> <p>Cria a modalidade de aplicação 67 - Execução de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP.</p> <p>Cria o elemento/item 39-78 - Serviços de Apoio Administrativo.</p>
29/12/2014	12	Cria o elemento/item 59-08 - Pensões decorrentes da Lei nº 21.527/2014.

05/12/2014	11	Cria o elemento/item 93-25 – Auxílio-moradia de caráter indenizatório devida pelo TCE. Altera a o nome do elemento de despesa 34 – Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização. Altera a nome e descrição do elemento/item 34-01 – Outras despesas decorrentes de contratos de terceirização. Cria o elemento-item 39-81 - Serviços de elaboração de estudos prévios.
18/09/2014	10	Altera a descrição do elemento/item 39-61- Serviços de conservação e limpeza Altera a descrição do elemento-item 51-14 – Execução de obras por Empresas Controladas Cria o elemento/item 93-24 – Auxílio-moradia de caráter indenizatório devida a magistrado.
21/08/2014	09	Altera a descrição do elemento/item 19-03 – Auxílio fardamento pago a pessoal contratado Altera a descrição do elemento/item 33-04 – Passagens – Pessoa Jurídica Altera a descrição do elemento/item 39-50 – Serviços de agenciamento de viagens Bloqueia o elemento/item 04-02 – Contratação por tempo determinado – agentes penitenciários Bloqueia o elemento/item 93-20 – Gratificação mensal pelo exercício de coordenação de Promotoria e Procuradoria de Justiça Bloqueia o elemento/item 93-21 – Gratificação mensal pelo exercício em turma recursal Bloqueia o elemento/item 93-22 – Indenização decorrente de auxílio ao aperfeiçoamento profissional Bloqueia o elemento/item 93-23 – Indenização decorrente de auxílio-saúde Cria a fonte de recursos 79 – Contribuição patronal para o FUNPREV Cria fonte de recursos 80 – Contribuição do servidor para o FUNPREV
11/07/2014	08	Bloqueia o elemento/item 30-37 - Medicamentos – Decisão Judicial Cria o elemento/item 93-20 – Gratificação mensal pelo exercício de coordenação de Promotoria e Procuradoria de Justiça Cria o elemento/item 93-21 – Gratificação mensal pelo exercício em turma recursal Cria o elemento/item 93-22 – Indenização decorrente de auxílio ao aperfeiçoamento profissional Cria o elemento/item 93-23 – Indenização decorrente de auxílio-saúde
21/05/2014	07	Cria o elemento/item 08-07 – Auxílio Invalidez Bloqueia o elemento/item 08-06 – Auxílios e benefícios assistenciais - IPSEMG
16/04/2014	06	Cria o elemento/item 08-06 – Auxílios e benefícios assistenciais - IPSEMG
01/04/2014	05	Altera o nome e descrição do elemento/item 21-03 – Juros da dívida com os institutos de previdência Cria o elemento/item 21-05 – Juros de outras dividas renegociadas Altera o nome e descrição do elemento/item 71-03 – Principal da dívida com os institutos de previdência Bloqueia o elemento/item 71-05 – Principal do parcelamento da dívida previdenciária do IPSEMG/IPSM Cria o elemento/item 71-06 – Principal de outras dividas renegociadas Altera a descrição do elemento/item 13-18 – Obrigação patronal pessoal inativo – entidades conveniadas
20/03/2014	04	Cria o elemento/item 41-04 – Contribuições do Fundo Estadual de Saúde - FES – LC 141/2012 Cria o elemento/item 93-19 – Indenizações decorrentes da utilização de leitos de instituições de saúde privadas
11/03/2014	03	Altera a descrição do elemento/item 38-01 – Arrendamento Mercantil
27/02/2014	02	Cria o elemento/item 30-39 – Material de confecção em geral Altera a descrição do elemento/item 36-23 – Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso Altera o nome e a descrição do elemento/item 39-80 – Adesão ao parcelamento decorrente de lei específica Altera o nome e a descrição do elemento/item 21-04 – Juros sobre a dívida por contrato Altera o nome e a descrição do elemento/item 71-04 – Principal da dívida contratual Altera a descrição do elemento/item 08-01 – Auxílio – Doença Altera a descrição do elemento/item 08-02 – Auxílio – Funeral
02/01/2014	01	Cria o elemento/item 11-59 – Funções de Confiança Cria o elemento/item 11-60 – Gratificação pelo cumprimento de metas extraordinárias

		<p>Altera a descrição do elemento de despesa 33 – Passagens e Despesas com Locomoção</p> <p>Altera nome e descrição do elemento/item 33-01 – Passagens – Pessoa Física</p> <p>Altera nome e descrição do elemento/item 33-02 – Despesas com Transporte Urbano, Pedágio e Estacionamento – Pessoa Física</p> <p>Altera nome e descrição do elemento/item 33-03 – Fretamento e Locação – Pessoa Física</p> <p>Cria o elemento/item 33-04 – Passagens – Pessoa Jurídica</p> <p>Cria o elemento/item 33-05 – Serviços de Transportes de Passageiros, Fretamento e Locação - Pessoa Jurídica</p> <p>Altera a descrição do elemento de despesa 36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física</p> <p>Altera a descrição do elemento/item 36-01 – Estagiários</p> <p>Cria o elemento/item 36-23 – Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso</p> <p>Altera a descrição do elemento de despesa 38 – Arrendamento Mercantil</p> <p>Altera a descrição do elemento/item 38-01 – Arrendamento Mercantil</p> <p>Altera a descrição do elemento de despesa 39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica</p> <p>Altera a descrição do elemento/item 39-01 – Vale-Transporte</p> <p>Altera a descrição do elemento/item 39-02 – Vale-Refeição</p> <p>Altera a descrição do elemento/item 39-04 – Confecção em Geral</p> <p>Altera a descrição do elemento/item 39-26 – Encargos Financeiros</p> <p>Bloqueia o elemento/item 39-45 – Serviços de Transportes de Passageiros</p> <p>Altera a descrição do elemento/item 39-50 – Serviços de Agenciamento de Viagens</p> <p>Altera a descrição do elemento/item 39-75 – Serviço de Gerenciamento, Supervisão e Fiscalização de Serviços Contratados</p> <p>Altera a descrição do elemento de despesa 46 – Auxílio-Alimentação</p> <p>Altera o nome e a descrição do elemento/item 46-01 – Auxílio-Alimentação – Pecúnia</p> <p>Cria o elemento/item 46-02 – Auxílio Alimentação – Bilhete ou Cartão Magnético</p> <p>Altera descrição do elemento de despesa 49 - Auxílio-Transporte</p> <p>Altera o nome e a descrição do elemento/item 49-01 – Auxílio-Transporte – Pecúnia</p> <p>Cria o elemento/item 49-04 – Auxílio-Transporte – bilhete ou cartão magnético</p> <p>Cria o elemento/item 49-05 – Auxílio-Transporte Pago a Estagiários – Pecúnia</p> <p>Cria o elemento/item 49-06 – Auxílio-Transporte Pago a Estagiários – Bilhete ou Cartão Magnético</p> <p>Cria o elemento/item 93-17 – Indenização Decorrente do Exercício do Cargo de Conselheiro-Presidente e Procurador-Geral junto ao Tribunal de Contas</p>
03/12/2013	-	<p>Cria o elemento/item 11-59 – Funções de Confiança</p> <p>Altera a descrição do elemento/item 39-75 – Serviço de Gerenciamento Supervisão e Fiscalização de Serviços Contratados</p>
22/11/2013	-	<p>Cria o elemento/item 11-58 – Abono Salarial do Poder Judiciário</p> <p>Cria a fonte de recursos 77 – Receitas de Fiscalização, Taxas e Custas Judiciais</p> <p>Cria o elemento/item 48-02 – Auxilio Financeiro – Programa Poupança Jovem</p> <p>Altera a descrição do elemento/item 36-07 – Confecção em Geral</p>
01/08/2013	-	<p>Cria o elemento/item 39-76 – Serviço de remoção e transporte de cadáveres</p> <p>Cria a procedência 6 – Recursos Recebidos para Contrapartida de Operação de Crédito</p> <p>Cria o elemento/item 39-77 – Patrocínio</p>
10/07/2013	-	<p>Altera a descrição do elemento/item 36-01 – Estagiários</p> <p>Altera a descrição do elemento/item 39-22 – Reparos de Bens Imóveis</p> <p>Cria o elemento/item 11-57 – Gratificação de Incentivo à Produtividade dos Profissionais de Engenharia e Arquitetura – GIPPEA/Lei nº 20.748/2013</p>
11/06/2013	-	<p>Altera a descrição do elemento/item 39-04 – Confecção em Geral</p>
15/05/2013	-	<p>Altera a descrição do elemento/item 30-22 – Ferramentas, ferragens e utensílios</p> <p>Altera a descrição do elemento/item 36-10 – Eventual de Gabinete</p> <p>Altera o nome e a descrição do elemento/item 39-56 – Serviços de pesquisas</p> <p>Cria o elemento/item 11-55 – Gratificação de Função de Pesquisa e Ensino – GFPE/Lei 20.591/2012</p> <p>Cria o elemento/item 11-56 – Gratificação de Incentivo à Pesquisa e à Docência – GIPED / Lei 20.591/2012</p> <p>Cria o elemento/item 35-03 – Serviços de Consultoria – Organismo Internacional</p> <p>Cria o elemento/item 39-74 – Serviços de realização de concurso público</p> <p>Cria o elemento/item 39-75 – Serviço de gerenciamento, supervisão e fiscalização de serviços contratados</p> <p>Altera a descrição do elemento/item 71-03 – Principal de outras dívidas renegociadas</p>

		Altera o nome do elemento/item 71-04 – Principal do parcelamento da dívida previdenciária - INSS Cria o elemento/item 71-05 – Principal do parcelamento da dívida previdenciária – IPSEMG / IPSM
12/03/2013	-	Altera a descrição do elemento/item 39-20 – Locação de bens imóveis Altera a descrição do elemento/item 39-61 – Serviços de conservação e limpeza Altera a descrição do elemento/item 39-62 – Serviços de vigilância ostensiva Altera a descrição do elemento/item 01-01 – Proventos de aposentados Altera a descrição do elemento/item 03-07 – Pensões civis do RPPS Cria o elemento/item 59-07 – Pensão especial para agentes políticos, servidores públicos e estatais Cria o elemento/item 11-54 – Gratificação de Serviços de Seguridade Social – GSSS
31/01/2013	-	Altera a descrição do elemento 03 – Pensões do RPPS e do militar Cria o elemento/item 03-07 – Pensões Civis do RPPS Cria o elemento/item 03-08 – Pensões do Militar Cria o elemento/item 05-09 – Salário-Família Bloqueia o elemento/item 09-01 – Salário/Abono-Família Altera descrição do elemento/item 08-01 – Auxílio-Doença Altera descrição do elemento/item 08-02 – Auxílio-Funeral Altera título e descrição do elemento/item 08-03 – Auxílio-Creche ou Assistência Pré-Escolar Altera título e descrição do elemento/item 13-04 – INSS – Folha Cria o elemento/item 13-17 – INSS - Demais Despesas Cria o elemento/item 13-18 – Obrigação Patronal Pessoal Inativo – Entidades Conveniadas Altera título do elemento/item 19-01 – Auxílio-Fardamento pago a servidor ou militar Cria o elemento/item 19-13 – Auxílio-Fardamento pago a pessoal contratado Cria o elemento/item 37-03 – Locação de Serviços de Conservação e Limpeza Realizados Pela MGS Cria o elemento/item 37-04 – Locação de Serviços de Apoio Administrativo Realizados pela MGS Cria o elemento/item 59-01 – Pensão Acidentária – Lei n.º 9.683/88 e Lei Delegada n.º 037/89 Cria o elemento/item 59-02 – Pensão Especial - Lei n.º 552/49 Cria o elemento/item 59-03 – Pensão Específica dos Institutos de Previdência Cria o elemento/item 59-04 – Pensão Decorrente de Sentença Judicial - Servidor Cria o elemento/item 59-05 – Pensão Decorrente De Sentença Judicial - Terceiros Cria o elemento/item 59-06 – Subsídio Pensão Especial da Educação Altera título e descrição do elemento/item 91-02 – Precatórios – Pessoal Cria o elemento/item 91-07 – Subsídio Pensão Especial da Educação Altera título e descrição do elemento/item 92-01 – Despesas de Exercícios Anteriores – Pessoal Cria o elemento/item 92-02 – Despesas de Exercícios Anteriores – Outras Despesas Cria o elemento/item 98-01 – Compensações ao RGPS Cria a fonte de recursos 76 - Taxa de Administração do FUNPEMG
03/10/2012	-	Cria o elemento/item 52-22- Estruturas e Componentes
27/08/2012	-	Altera a descrição do elemento/item 39-63 – Serviços de levantamento e cadastramento para execução de políticas públicas Cria o elemento/item 39-73 – Serviço de engenharia para operação de bens de domínio público Cria o elemento/item 13-16 – Obrigação patronal - Advogados dativos
13/07/2012	Portaria Conjunta STN/SOF nº 1, de 13.07.2012	Cria a modalidade de aplicação 35 – Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012. Cria a modalidade de aplicação 36 – Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012. Cria a modalidade de aplicação 45 – Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012. Cria a modalidade de aplicação 46 – Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012. Cria a modalidade de aplicação 73 – Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012.

		<p>Cria a modalidade de aplicação 74 – Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012.</p> <p>Cria a modalidade de aplicação 75 – Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012.</p> <p>Cria a modalidade de aplicação 76 – Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012.</p> <p>Cria a modalidade de aplicação 95 – Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012.</p> <p>Cria a modalidade de aplicação 96 – Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012.</p> <p>Altera a descrição da modalidade de aplicação 70 – Transferências a Instituições Multigovernamentais</p> <p>Altera a descrição da modalidade de aplicação 71 – Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio</p> <p>Cria o elemento de despesa 59 – Pensões Especiais</p> <p>Cria o elemento de despesa 98 – Compensações ao RGPS</p> <p>Altera a descrição do elemento 03 – Pensões do RPPS e do militar</p> <p>Altera a descrição do elemento de despesa 05 – Outros Benefícios Previdenciários do servidor ou do militar</p> <p>Altera a descrição o elemento de despesa 08 – Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar</p>
09/07/2012	-	<p>Cria o elemento/item 51-14 – Execução de obras por empresas controladas</p> <p>Altera a descrição do elemento/item 36-11 – Locação de bens imóveis</p> <p>Altera a descrição do elemento/item 39-20 – Locação de bens imóveis</p>
30/05/2012	-	Cria o elemento/item 39-72 – Contratos de Abastecimento de Água e Coleta e Tratamento de Esgoto
24/05/2012	-	Cria a fonte de recursos 72 – Taxa de Fiscalização de Recursos Minerários
15/05/2012	-	<p>Altera a descrição do elemento/item 36-04 – Diárias a Colaboradores Eventuais</p> <p>Cria o elemento/item 11-53 – Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso</p>
12/03/2012	-	Cria a fonte de recursos 71 – Recursos do Fundo Estadual de Erradicação da Miséria
06/02/2012	-	<p>Cria o elemento/item 13-12 – Obrigação Patronal – Entidades Conveniadas</p> <p>Cria o elemento/item 13-13 – Obrigação Patronal – Médicos Residentes</p> <p>Cria o elemento/item 13-14 – Obrigação Patronal – Encargos por Pagamento em Atraso</p> <p>Cria o elemento/item 13-15 – Obrigação Patronal – Prêmio de Produtividade</p> <p>Cria o elemento/item 53-01 – Aposentadorias do RGPS - Área Rural</p> <p>Cria o elemento/item 54-01 – Aposentadorias do RGPS - Área Urbana</p> <p>Cria o elemento/item 55-01 – Pensões do RGPS - Área Rural</p> <p>Cria o elemento/item 56-01 – Pensões do RGPS - Área Urbana</p> <p>Cria o elemento/item 57-01 – Outros Benefícios do RGPS - Área Rural</p> <p>Cria o elemento/item 58-01 – Outros Benefícios do RGPS - Área Urbana</p> <p>Altera a descrição do elemento/item 13-08 – Obrigação Patronal – Pensionista</p> <p>Altera o nome e a descrição do elemento/item 39-71 – Serviços Técnicos de Implantação, Gestão e Administração do Sistema de Observação</p>
03/01/2012	Portaria Conj. STN/SOF nº5/2011	<p>Cria o elemento de despesa 53 – Aposentadorias do RGPS - Área Rural</p> <p>Cria o elemento de despesa 54 – Aposentadorias do RGPS - Área Urbana</p> <p>Cria o elemento de despesa 55 – Pensões do RGPS - Área Rural</p> <p>Cria o elemento de despesa 56 – Pensões do RGPS - Área Urbana</p> <p>Cria o elemento de despesa 57 – Outros Benefícios do RGPS - Área Rural</p> <p>Cria o elemento de despesa 58 – Outros Benefícios do RGPS - Área Urbana</p> <p>Cria a modalidade de aplicação 93 – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal com Consórcio Público do qual o Ente Participe.</p> <p>Cria a modalidade de aplicação 94 – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal com Consórcio Público do qual o Ente Não Participe.</p> <p>Altera o nome a descrição do elemento de despesa 01 – Aposentadorias, Reserva remunerada e Reformas</p> <p>Altera o nome a descrição do elemento de despesa 03 – Pensões</p> <p>Altera o nome a descrição do elemento de despesa 05 – Outros Benefícios Previdenciários</p> <p>Altera o nome a descrição do elemento de despesa 10 – Outros Benefícios de Natureza Social</p>
	Portaria Conj. STN/SOF nº2/2011	<p>Altera a descrição o elemento 91 – Sentenças Judiciais</p> <p>Altera a descrição o elemento 94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas</p>

		Altera a descrição do elemento/item 94-01 – Indenizações e Restituições Trabalhistas Altera a descrição do elemento/item 39-22 – Reparos de Bens Imóveis Exclui o grupo de despesa 9 – Reserva de Contingência
19/12/2011	-	Altera o nome e a descrição do elemento/item 39-33 – Taxa de Administração- Lei Complementar 64/2002
17/11/2011	-	Cria o elemento/item 70-01 - Rateio pela participação em consórcio público Altera a descrição do elemento/item 52-17 – Veículos Altera a descrição do elemento/item 39-31 – Locação de serviços gráficos Altera a descrição do elemento/item 52-05 – Embarcações, pontões, diques, flutuantes e componentes estruturais Altera a descrição do elemento/item 39-26 – Encargos financeiros
27/10/2011	-	Altera a descrição do elemento item 39-50 – Serviços de agenciamento de viagens Altera a descrição do elemento item 39-18 – Reparos de veículos
06/10/2011	Portaria Conj. STN/SOF nº2/2011	Cria o elemento de despesa 70 – Rateio pela Participação em Consórcio Público Altera descrição do grupo de despesa 04 – Investimentos
19/08/2011	-	Elemento/item 21-04 Juros sobre o parcelamento da dívida previdenciária Elemento/item 71-04 Principal do parcelamento da dívida previdenciária
01/08/2011	-	Altera o nome a descrição da Fonte de Recurso 24 – Convênios, Acordos e Ajustes provenientes da União e suas entidades Cria a Fonte de Recurso 70 – Convênios, Acordos e Ajustes Provenientes dos Municípios, Estados e Organizações Particulares Altera a descrição do elemento/item 01-01 Altera a descrição do elemento/item 39-30 Altera o nome e descrição do elemento/item 33-02
01/07/2011	Portaria Conj. STN/SOF nº2/2010	Cria a modalidade de aplicação 22 – Execução Orçamentária Delegada à União Cria a modalidade de aplicação 32 – Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal Cria a modalidade de aplicação 42 – Execução Orçamentária Delegada a Municípios Cria a modalidade de aplicação 72 – Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos Altera a descrição do elemento 13 – Obrigações Patronais Altera o nome e descrição do elemento 45 – Subvenções Econômicas Altera o nome e descrição do elemento/item 45-01 Cria o elemento de despesa 29 – Distribuição de Resultado de Empresas Estatais Dependentes
27/06/2011	-	Altera a descrição do Elemento/item 39-26 Encargos Financeiros
23/05/2011	-	Elemento/item 39-71 Serviços técnicos de implantação, gestão e administração do Sistema de Observação Eletrônica
27/04/2011	-	Elemento/item 93-16 Indenizações Determinadas Por Lei Específica
13/04/2011	-	Elemento/item 01-08 Subsídio aposentados da Educação
08/04/2011	-	Elemento/item 01-06 Subsídio pensão especial da Educação Altera descrição e interpretação do elemento/item 11-50
14/03/2011	Portaria Conj. STN/SOF nº2/2010	Elemento/item 11-51 Subsídio aos servidores da Educação Designados Elemento/item 11-52 Subsídio aos servidores da Educação de extensão carga horária Altera a interpretação do elemento/item 39-49 Cria o elemento de despesa 97 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS
04/01/2010	-	Elemento item 97-01 Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS
	-	Cria a fonte de recurso 58 - Recursos para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS
	Portaria Conjunta nº1/2010	Elemento item 11-50 Subsídio aos servidores da Educação Cria a modalidade de aplicação 31 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal – fundo a fundo Cria a modalidade de aplicação 41 – Transferências a Municípios – fundo a fundo
11/11/2010	-	Altera descrição do grupo de despesa 01 – Pessoal e Encargos Sociais Altera a descrição do elemento 08 – Outros Benefícios Assistenciais Altera a descrição do elemento 13 – Obrigações Patronais Altera a descrição do elemento 34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização Altera o nome e descrição do elemento 32 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita Altera o nome e descrição do elemento 01 – Aposentaria, Reforma Remunerada e Reformas 39-70 – Rede IP Multisserviços

		93-15 – Indenização decorrente de rescisão unilateral
29/10/2010	-	39-68 - Serviços de Imprensa
29/10/2010	-	39-69 – Contratos de Energia Elétrica
07/10/2010	-	36-22 – Taxa de condomínio
07/10/2010	-	93-14 – Indenizações determinadas por decisões judiciais
07/10/2010	-	Altera descrição do elemento/item 93-13
10/09/2010	-	93-12: Indenização por utilização de bens de terceiros
10/09/2010	-	93-13: Reembolso de despesas médico-hospitalares
10/09/2010	-	Altera descrição do elemento/item 93-01
16/08/2010		30-35 : Hortifrutigranjeiros
30/06/2010	-	93-11: Compensação financeira dos regimes de previdência
08/06/2010	-	93-10 – Restituição de receita – exercício anterior
31/05/2010	-	49-03 – Despesa de transporte devida a servidores dos Poderes do Estado
24/05/2010	-	39-67 - Administração de Bens e Direitos do Estado por Terceiros
24/05/2010	-	49-02 - Auxílio- Transporte – Poder Legislativo
24/05/2010	-	11-49 - Gratificação Complementar de Produtividade - GCP
03/05/2010	-	39-66 – Serviços de abastecimento e distribuição de água
14/04/2010	-	04-02 – Agentes Penitenciários
26/03/2010	-	Altera a descrição do elemento/item 39-29
17/03/2010	-	Altera a descrição do elemento/item 04-01
17/03/2010	-	Altera a descrição do elemento/item 34-01
17/03/2010	-	Altera a descrição do elemento/item 34-02
17/03/2010	-	Altera a descrição do elemento/item 13-07
17/03/2010	-	Altera a descrição do elemento/item 13-11
17/03/2010	-	Altera a descrição do elemento/item 39-35
21/01/2010	-	Altera a descrição do elemento/item 39-09
21/01/2010	-	Altera a descrição do elemento/item 39-31
21/01/2010	-	Altera a descrição do elemento/item 39-22
21/01/2010	-	Altera a descrição do elemento/item 39-21
21/01/2010	-	Altera a descrição do elemento/item 39-04
21/01/2010	-	39-65 – Serviços de produção e logística de medicamentos
21/01/2010	-	39-64 – Serviços de mapeamento e georreferenciamento
21/01/2010	-	39-63 – Serviços de levantamento e cadastramento para execução de políticas públicas
21/01/2010	-	39-62 – Serviços de vigilância ostensiva
21/01/2010	-	39-61 – Serviços de conservação e limpeza
21/01/2010	-	39-60 – Serviços de atendimento ao cidadão
21/01/2010	-	39-59 – Serviços sanitários e tratamento de resíduos
02/12/2009	-	39-80 – Adesão ao parcelamento decorrente da Lei Federal n.11.941/2009
28/08/2009	-	39-58 – Contratação de projetos em pesquisa de Ciência, Inovação e Tecnologia
24/08/2009	-	93-09 – Prêmio por Produtividade
07/07/2009	-	11-48 – Adicional de Desempenho – pessoal civil
03/04/2009	-	Altera a descrição do elemento/item 39-27
05/02/2009	-	39-57 – Comissão pela construção de unidades habitacionais Altera a descrição do elemento/item 39-47
23/01/2009	-	13 – 05 – Obrigação Patronal – pessoal ativo 13 – 06 – Obrigação Patronal – pessoal inativo 13 – 07 – Obrigação Patronal – contratos de terceirização 13 – 08 – Obrigação Patronal – pensionistas 13 – 09 – Obrigação Patronal – precatórios 13 – 10 – Obrigação Patronal – outras sentenças judiciais
22/01/2009	-	Altera a descrição dos elementos/itens 21-03 e 71-03
13/10/2008	-	12 – 08 – Adicional de Desempenho – pessoal militar
10/10/2008	-	17 – 02 – Prêmio por produtividade – pessoal militar 39 – 55 – Eventos de comunicação institucional 39 – 56 – Serviços de pesquisa de opinião
18/07/2008	-	21 – 03 – Outras despesas sobre juros da dívida 39 – 54 – Contrato de Parceria Público-Privada 71 – 03 – Outras despesas do principal da dívida
30/06/2008	-	11 – 47 – Gratificação de escolaridade, desempenho e produtividade individual e institucional - GEDAMA 41 – 02 – Transferências ao FUNDAHB 41 – 03 – Contribuições ao IPLEMG
21/05/2008	-	39 – 53 – Cursos de Formação e Capacitação Promovidos pelo Estado
27/02/2008	-	30 – 38 – Leite – Programa Leite pela Vida
25/02/2008	-	01 - 06 – Obrigação Patronal – Inativo Civil 01 - 07 – Obrigação Patronal – Inativo Militar 03 - 05 – Pensões decorrentes de sentenças judiciais

		13 - 04 - INSS 11 - 46 - Gratificação de desempenho e produtividade individual e institucional 39 - 48 - Cursos de formação, capacitação e pós-graduação para servidores 39 - 49 - Cursos de formação e capacitação para o cidadão 39 - 50 - Serviços de agenciamento de viagens 39 - 51 - Serviço de gerenciamento, supervisão e fiscalização de obras 39 - 52 - Contratação de estagiários 61 - 05 - Imóveis para fins de transferência a terceiros 61 - 06 - Imóveis necessários à realização de obras de bens patrimoniais 61 - 07 - Imóveis necessários à realização de obras de bens não-patrimoniais 81 - 02 - Cota-parte do ICMS 81 - 03 - Cota-parte do IPVA 81 - 04 - Cota-parte do IPI 81 - 05 - Cota-parte da CIDE 81 - 99 - Outras Transferências
08/10/2007	-	93-08 Despesas de caráter indenizatório para custeio da atividade parlamentar
27/08/2007	-	39-47, 51-04, 51-10, 93-06, 93-07
03/07/2007	-	51-11 (Construção de Unidades Habitacionais)
24/05/2007	-	91-04 (Contribuição Patronal incidente sobre sentenças judiciais)
25/10/2006	Nº 066/2006	36 - 21 (Advogados Dativos)
01/08/2006	Nº 054/2006	39 - 46 (Termo de parceria com OSCIP's)
16/05/2006	-----	Altera interpretação 19-01
27/04/2006	Nº 022/2006	39-45
27/04/2006	-----	Altera interpretação 31-01, 33-02, 39-42
23/03/2006	Nº 014/2006	66-03, 93-05
23/03/2006	-----	Altera interpretação 61-01/02/03/04/99
08/03/2006	-----	Altera interpretação do elemento/item 30-37
16/02/2006	-----	Altera interpretação dos elemento/item 39-29 e 46/01
26/01/2006	Nº 006/2006	66 - 02
04/01/2006	Nº 066/2005	11 - 45
30/11/2005	Nº 060/2005	30 - 37
27/10/2005	Nº 048/2005	93 - 04
02/07/2005	Nº 033/2005	39 - 44
23/06/2005	Nº 031/2005	30 - 36
29/10/2004	Nº 080/2004	16 - 07
01/10/2004	Nº 76/2004	39 - 43
02/07/2004	-----	Altera interpretação do elemento/item 39-40
16/06/2004	Nº 53/2004	39-42, 30-29 Alteração da denominação
20/05/2004	Nº 45/2004	03-04, 39-40/41
29/04/2004	Nº 24/2004	34-02
23/03/2004	Nº 18/2004	11-44, 30-35, 31-04, 36-20, 39-37/38/39, 51-10
05/09/2003	Nº 046/2003	91-02/03
09/05/2003	Nº 030/2003	39-36
18/12/2002	Nº 025/2002	08-05, 30-33/34, 36-19, 39-34/35, 52-21
30/08/2002	Nº 018/2002	93-03
15/08/2002	Nº 016/2002	39-33
11/07/2002	Nº 012/2002	35-03
11/06/2002	Nº 009/2002	36-17/18
21/05/2002	Nº 008/2002	36-15/16
27/04/2002	Nº 006/2002	36-14

ELEMENTO/ITEM DE DESPESA

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
01 – APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	Despesas orçamentárias com pagamento de aposentadorias dos servidores inativos do Regime Próprio de Previdência do Servidor - RPPS, e de reserva remunerada e reformas dos militares.
01 – PROVENTOS DE APOSENTADOS	Despesas com o pagamento de proventos ao pessoal civil e ao exercente de mandato eletivo.
02 – ENCARGOS SOCIAIS DE APOSENTADOS	Bloqueado no SIAFI por ter sido substituído pelo elemento/item 13-06.
03 – PROVENTOS DE MILITARES INATIVOS	Despesas com o pagamento de proventos ao pessoal militar.
04 – ENCARGOS SOCIAIS DE MILITARES INATIVOS	Bloqueado no SIAFI por ter sido substituído pelo elemento/item 13-06.
05 – APOSENTADORIA IPSEMG – LEI Nº 1.195, DE 23/12/1954	Despesas com o pagamento de aposentadoria a contribuintes conveniados do IPSEMG, conforme legislação específica.
06 – OBRIGAÇÃO PATRONAL – INATIVO CIVIL	Bloqueado no SIAFI por ter sido substituído pelo elemento/item 13-06.
07 – OBRIGAÇÃO PATRONAL – INATIVO MILITAR	Bloqueado no SIAFI por ter sido substituído pelo elemento/item 13-06.
08 - SUBSÍDIO APOSENTADOS DA EDUCAÇÃO	Despesa com pagamento de subsídio a aposentados da Secretaria de Educação, conforme legislação específica.
03 – PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	Despesas orçamentárias com pagamento de pensões civis do RPPS e dos Militares (as despesas com pagamento de pensões especiais, inclusive as de caráter indenizatório, concedidas por legislação específica, não vinculada a cargos públicos, serão classificadas no elemento de despesa 59).
01 – PENSÃO ACIDENTÁRIA – LEI N.º 9.683/88 E LEI DELEGADA Nº 037/89	Item bloqueado no SIAFI.
02 – PENSÃO ESPECIAL-LEI Nº 552/49	Item bloqueado no SIAFI.
03 – PENSÃO ESPECÍFICA DOS INSTITUTOS DE PREVIDÊNCIA	Item bloqueado no SIAFI.
04 – CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	Bloqueado no SIAFI por ter sido substituído pelo elemento/item 13-08.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
05 – PENSÕES DECORRENTES DE SENTENÇAS JUDICIAIS	Item bloqueado no SIAFI.
06 - SUBSÍDIO PENSÃO ESPECIAL DA EDUCAÇÃO	Item bloqueado no SIAFI.
07 – PENSÕES CIVIS DO RPPS	Pagamento de pensões do servidor civil e do exercente de mandato eletivo do RPPS.
08 – PENSÕES DO MILITAR	Pagamento de pensões do militar.
99 – OUTRAS PENSÕES	Item bloqueado no SIAFI.
04 – CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	Despesas orçamentárias com a contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, de acordo com legislação específica de cada ente da Federação, classificáveis no grupo de despesa “1 – Pessoal e encargos sociais”, em obediência ao disposto na Lei nº 18.185/2009 e nos, incisos I, II, III, IV, VI do art. 1º do Decreto nº 45.155/2009, inclusive obrigações patronais e outras despesas variáveis, quando for o caso.
01 – CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	Despesas orçamentárias com a contratação de pessoal por tempo determinado, excluídos os designados do magistério, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, em obediência ao disposto na Lei nº 18.185/2009 e nos incisos I, II, III, IV, VI do art. 1º do Decreto nº 45.155/2009, classificáveis no grupo de despesa “1 – Pessoal e encargos sociais”.
02- AGENTES PENITENCIÁRIOS	Item bloqueado no SIAFI.
05 – OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	Despesas orçamentárias com benefícios previdenciários do servidor ou militar, tais como auxílio-reclusão devido à família do servidor ou do militar afastado por motivo de prisão, e salário-família, exclusive aposentadoria, reformas e pensões.
01 – AUXÍLIO-RECLUSÃO	Benefício devido pelos sistemas previdenciários, conforme legislação específica.
02 – AUXÍLIO-NATALIDADE	Item bloqueado no SIAFI.
03 – AUXÍLIO-FUNERAL	Item bloqueado no SIAFI.
04 – AUXÍLIO-DOENÇA	Item bloqueado no SIAFI.
05 – PECÚLIO E SEGURO COLETIVO	Benefício devido pelos sistemas previdenciários, conforme legislação específica.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
06 – PECÚLIO ESPECIAL	Benefício devido pelos sistemas previdenciários a contribuintes conveniados, conforme Decreto Nº. 26.562, de 19/02/1987.
09 – SALÁRIO-FAMÍLIA	Benefício pecuniário devido aos dependentes econômicos do militar ou do servidor, exclusive os regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, os quais são pagos à conta do plano de benefícios da previdência social.
99 – AUXÍLIOS DIVERSOS	Despesas com auxílios não classificáveis nos itens anteriores.
06 – BENEFÍCIO MENSAL AO DEFICIENTE E AO IDOSO	Despesas orçamentárias decorrentes do cumprimento do art. 203, inciso V, da Constituição Federal, que dispõe: “Art. 203 – A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: (...) V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.”
01 – BENEFÍCIO MENSAL AO DEFICIENTE E AO IDOSO	Despesas decorrentes do cumprimento do art. 203, item V, da Constituição Federal, que dispõe: “Art. 203 – A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: (...) V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.”
07 – CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	Despesas orçamentárias com os encargos da entidade patrocinadora no regime de previdência fechada, para complementação de aposentadoria.
01 – CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	Despesas com os encargos da entidade patrocinadora no regime de previdência fechada, para complementação de aposentadoria.
02 – CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA - ENCARGOS POR PAGAMENTO EM ATRASO	Despesas com os encargos resultantes do pagamento em atraso das contribuições a entidades fechadas de previdência.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
08 – OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	Despesas orçamentárias com benefícios assistenciais, inclusive auxílio-funeral devido à família do servidor ou do militar falecido na atividade, ou do aposentado, ou a terceiro que custear, comprovadamente, as despesas com o funeral do ex-servidor ou do ex-militar; auxílio-natalidade devido a servidora ou militar, por motivo de nascimento de filho, ou a cônjuge ou companheiro servidor público ou militar, quando a parturiente não for servidora; auxílio-creche ou assistência pré-escolar devido a dependente do servidor ou militar, conforme regulamento; e auxílio-doença.
01 – AUXÍLIO-DOENÇA	Benefício devido a servidor licenciado por motivo de doença, conforme legislação específica.
02 – AUXÍLIO-FUNERAL	Benefício devido à família de servidor falecido, a título de auxílio para custeio do funeral, conforme legislação específica.
03 – AUXÍLIO-CRECHE OU ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR	Benefício devido ao dependente do servidor ou militar, conforme regulamento.
04 – INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA	Indenização securitária de acordo com o art. 6º da Lei Delegada nº. 43, de 07/06/2000.
05 – AUXÍLIO NATALIDADE	Auxílio concedido ao servidor conforme legislação específica.
06 – AUXÍLIOS E BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS - IPSEMG	Elemento-item bloqueado no SIAFI
07 – AUXÍLIO INVALIDEZ	Auxílio concedido ao policial civil ou militar aposentado em razão de invalidez permanente decorrente de acidente no desempenho de suas funções ou de ato por ele praticado no cumprimento do dever profissional, conforme disposto na Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro 2013 e na Lei Complementar 109/2009.
99 – AUXÍLIOS DIVERSOS	Despesas com auxílios não classificáveis nos itens anteriores, conforme legislação específica.
09 – SALÁRIO-FAMÍLIA	Item bloqueado no SIAFI.
01 – SALÁRIO / ABONO-FAMÍLIA	Item bloqueado no SIAFI.
10 – SEGURO DESEMPREGO E ABONO SALARIAL	Despesas orçamentárias com pagamento do seguro-desemprego e do abono de que tratam o inciso II do art. 7º e o § 3º do art. 239 da Constituição Federal, respectivamente.
01 – OUTROS BENEFÍCIOS DE NATUREZA SOCIAL	Despesas com abono PIS/PASEP e Seguro-Desemprego, em cumprimento aos §§ 3º e 4º do art. 239 da Constituição Federal.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
<p>11 – VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL</p> <p>01 – VENCIMENTOS</p> <p>02 – DESIGNADOS DO MAGISTÉRIO</p>	<p>Despesas orçamentárias com: Vencimento; Salário Pessoal Permanente; Vencimento ou Salário de Cargos de Confiança; Subsídios; Vencimento do Pessoal em Disponibilidade Remunerada; Gratificações, tais como: Gratificação Adicional Pessoal Disponível; Gratificação de Interiorização; Gratificação de Dedicção Exclusiva; Gratificação de Regência de Classe; Gratificação pela Chefia ou Coordenação de Curso de Área ou Equivalente; Gratificação por Produção Suplementar; Gratificação por Trabalho de Raios X ou Substâncias Radioativas; Gratificação pela Chefia de Departamento, Divisão ou Equivalente; Gratificação de Direção Geral ou Direção (Magistério de 1º e 2º Graus); Gratificação de Função-Magistério Superior; Gratificação de Atendimento e Habilitação Previdenciários; Gratificação Especial de Localidade; Gratificação de Desempenho das Atividades Rodoviárias; Gratificação da Atividade de Fiscalização do Trabalho; Gratificação de Engenheiro Agrônomo; Gratificação de Natal; Gratificação de Estímulo à Fiscalização e Arrecadação de Contribuições e de Tributos; Gratificação por Encargo de Curso ou de Concurso; Gratificação de Produtividade do Ensino; Gratificação de Habilitação Profissional; Gratificação de Atividade; Gratificação de Representação de Gabinete; Adicional de Insalubridade; Adicional Noturno; Adicional de Férias 1/3 (art. 7º, item XVII, da Constituição); Adicionais de Periculosidade; Representação Mensal; Licença-Prêmio por assiduidade; Retribuição Básica (Vencimentos ou Salário no Exterior); Diferenças Individuais Permanentes; Vantagens Pecuniárias de Ministro de Estado, de Secretário de Estado e de Município; Férias Antecipadas de Pessoal Permanente; Aviso Prévio (cumprido); Férias Vencidas e Proporcionais; Parcela Incorporada (ex-quintos e ex-décimos); Indenização de Habilitação Policial; Adiantamento do 13º Salário; 13º Salário Proporcional; Incentivo Funcional-Sanitarista; Abono Provisório; “Pró-labore” de Procuradores; e outras despesas correlatas de caráter permanente.</p> <p>Retribuição correspondente ao nível, símbolo ou padrão fixado em lei, pelo efetivo exercício de seu cargo (artigo 120, da Lei n.º 869/52); subsídios fixos devidos aos ocupantes de cargos efetivos e em comissão.</p> <p>Retribuição devida ao designado do Quadro de Magistério e do Quadro Complementar da Secretaria da Educação, para atuação como docente ou administrativo nas atividades de ensino de primeiro e segundo graus, de acordo com a regulamentação – Lei n.º 10.254/90.</p>

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
03 – ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO	<ul style="list-style-type: none"> • Adicional de 10% (dez por cento) devido ao servidor por quinquênio vencido, calculado sobre o vencimento e gratificação; • Adicional de 10% (dez por cento) devido ao servidor por 30 (trinta) anos de serviço, ou antes disso, se implementado o interstício necessário para a aposentadoria, calculado sobre a remuneração.
04 – GRATIFICAÇÃO DE ENSINO ESPECIAL	Gratificação devida ao pessoal do magistério pelo exercício de trabalhos de natureza especial, previsto no artigo 169, da Lei nº. 7.109, de 13 de outubro de 1977.
05 – GRATIFICAÇÃO DE REGIME ESPECIAL DE TRABALHO	Gratificação devida ao pessoal do magistério, nos termos da Lei nº 7.109/77.
06 – GRATIFICAÇÃO DE COORDENADOR DE ESCOLA	Gratificação devida ao pessoal do magistério, nos termos do parágrafo único, do artigo 5º, da Lei nº. 9.381/86, e artigo 2º do Decreto nº. 33.336/92.
07 – GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO À DOCÊNCIA	Gratificação devida ao Professor ou Regente de Ensino, estatutário ou designado – Leis nº. 9.414/87, 9.831/89, 8.517/84, art. 1º do Decreto nº. 23.559/84 e art. 284 da Constituição Estadual.
08 – VERBA DE REPRESENTAÇÃO	Devida aos ocupantes de cargos mencionados nas Leis n.ºs 9.266/86, 9.533/87, 9.724/88, 9.757/89, 9.943/89 e Lei Complementar nº. 22/91.
09 – GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE CONTÁGIO E RAIOS X	Gratificação devida ao servidor pelo exercício de atribuições com ocorrência comprovada de risco de vida ou saúde, de acordo com a legislação específica.
10 – GRATIFICAÇÃO DE EXERCÍCIO DO PODER EXECUTIVO	Gratificação devida: <ul style="list-style-type: none"> • ao Procurador Geral de Justiça e outros da classe – Lei Complementar n.º 22/91; • ao Procurador Geral do Estado e Adjunto – Lei n.º 9.971/89.
11 – GRATIFICAÇÃO POR LINHAS PRODUZIDAS	Gratificação devida aos linotipistas da Imprensa Oficial, a título de incentivo à produção individual, de acordo com os Decretos n.ºs 20.816/80 e 34.173/92.
12- GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO À PRODUÇÃO INDIVIDUAL – GEPI	Gratificação devida a servidor do Quadro de Tributação, Fiscalização e Arrecadação, de acordo com a legislação em vigor.
13- GRATIFICAÇÃO DE EXERCÍCIO DO PODER JUDICIÁRIO	Gratificação devida aos ocupantes dos cargos de Presidente dos Tribunais de Justiça, de Alçada, de Justiça Militar, de acordo com a legislação em vigor.
14 – GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	Gratificação devida aos membros do Ministério Público, de acordo com a legislação em vigor.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
15 – GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	Gratificação devida aos magistrados, de acordo com a legislação em vigor.
16 – GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO AUXILIAR DE ATIVIDADE PARLAMENTAR	Gratificação devida ao pessoal em exercício de Função Auxiliar de Atividade Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado, de acordo com a legislação em vigor.
17 – GRATIFICAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO	Gratificação devida ao ocupante de cargo de provimento em comissão, que optou pelo vencimento de cargo efetivo: <ul style="list-style-type: none"> • Quadro Permanente do Estado: artigo 20 e 29, do Decreto nº. 16.409/74; • Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, artigo 4º, da Lei nº. 7.070/77, alterado pelo artigo 6º, da Lei nº 7.558/79; • Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada – artigo 21, da Resolução nº. 8/74; • Pessoal da Secretaria do Tribunal de Contas – artigo 23, da Resolução nº. 8/74; • Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa – artigo 17, da Deliberação da Mesa nº. 185/76.
18 – GRATIFICAÇÃO POR PLANTÃO	Gratificação devida a servidor por prestação de serviço ininterrupto, fora do expediente normal, de acordo com a legislação em vigor.
19 – VANTAGEM PESSOAL	Diferença entre níveis de vencimentos, resultante da reestruturação de cargos, readaptação ou provimento.
20 – SUBSÍDIOS VARIÁVEIS	Vantagem devida aos Deputados Estaduais por comparecimento efetivo e participação nas votações das sessões legislativas, bem como ajuda de custo mensal.
21 – ABONO DE FÉRIAS	Vantagem devida ao servidor por ocasião de suas férias regulamentares, correspondente a 1/3 (um terço) de sua remuneração.
22 – GRATIFICAÇÃO DE NATAL	Gratificação devida anualmente ao servidor, correspondente à sua remuneração, de acordo com a legislação em vigor.
23 – GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE VIDA, SAÚDE E CONTÁGIO	Gratificação devida ao servidor que exerça atividade comprovadamente penosa, insalubre ou perigosa – artigo 1º do Decreto nº. 10.058/68, artigo 1º do Decreto nº. 19.287/78 e inciso V, artigo 31, da Constituição Estadual.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
24 – GRATIFICAÇÃO DE CHEFIA (ESPECIAL)	<p>Gratificação devida pelo exercício de cargos em comissão do Poder Executivo – artigo 12, da Lei n.º 9.265/86; artigo 7º, da Lei n.º 9.266/86; artigo 8º, da Lei n.º 9.266/86, alterado pelo artigo 1º, da Lei n.º 9.443/87 e Lei n.º 9.772/89:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pelo exercício de cargos do Tribunal de Contas, de acordo com a legislação em vigor; • Pelo exercício de cargo nos Tribunais de Justiça de Alçada, de acordo com a legislação em vigor; • Pelo exercício de cargos no Tribunal de Justiça Militar, de acordo com a legislação em vigor.
25 – GRATIFICAÇÃO DE COMISSIONAMENTO	Gratificação devida ao servidor do Quadro de Tributação, Fiscalização e Arrecadação, de acordo com a legislação em vigor.
26 – GRATIFICAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR	Gratificação devida ao integrante do Grupo de Nível Superior de Escolaridade da Assembleia Legislativa, de acordo com a legislação em vigor.
27 – GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO AO MÉRITO FUNCIONAL	Gratificação devida ao funcionário efetivo da Assembleia Legislativa não integrante do Grupo Especial de Incentivo ao Mérito Funcional, de acordo com a legislação em vigor.
28 – GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE AGENTES DE SEGURANÇA	Gratificação devida aos agentes de segurança da Assembleia Legislativa pelo exercício da função estritamente policial, de acordo com a legislação em vigor.
29 – GRATIFICAÇÃO DE ASSESSORAMENTO	Gratificação devida aos titulares de Divisão e aos ocupantes de cargos de Assessoramento da Assembleia Legislativa, de acordo com a legislação em vigor.
30 – GRATIFICAÇÃO ESPECIAL- GABINETE MILITAR	Gratificação devida ao ocupante de cargo de Comandante de Avião, Piloto de Helicóptero e Primeiro Oficial de Aeronave – artigo 8º da Lei n.º 9.266/86.
31 – GRATIFICAÇÃO DE SAÚDE	Gratificação devida aos servidores da Secretaria de Estado da Saúde, dos Quadros de Pessoal da FHEMIG, da FUNED e da HEMOMINAS – artigo 4º da Lei n.º 10.521/91.
32 – GRATIFICAÇÃO PRÓ-LABORE	Gratificação devida ao servidor da administração direta e indireta pelo efetivo exercício de cargo de direção.
33 – GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO À EFICIENTIZAÇÃO DOS SERVIÇOS – GIEFS	Gratificação devida aos servidores da FHEMIG e HEMOMINAS, instituída pela Lei n.º 11.406, de 28 de janeiro de 1994 e alterada pelas leis 11.550/94 e 12.764/98.
34 – HONORÁRIOS	Vantagem devida ao servidor que exerça, fora do período normal de trabalho, a função de auxiliar ou membro de bancas, examinador de concursos de provas, e ao professor de cursos legalmente instituídos, de acordo com legislação específica.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
35 – GRATIFICAÇÃO DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA	Gratificação devida ao pessoal do Magistério nos termos das Leis nos 10.797/92 e 11.114/93.
36 – GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE INSTITUCIONAL AUTÔNOMA	Gratificação devida aos servidores do Quadro da Procuradoria Geral do Estado, nos termos do art. 2º da Lei Delegada nº. 046/2000.
37 – PARCELA REMUNERATÓRIA COMPLEMENTAR-PRC	Vantagem devida aos servidores nos termos da Lei Delegada nº. 041/2000.
38 – ADICIONAL DE ATIVIDADE ESPECÍFICA	Vantagem devida aos servidores do Quadro da Procuradoria Geral do Estado, nos termos do art. 33 da Lei nº. 11.711/94.
39 – ADICIONAL DE LOCAL DE TRABALHO	Vantagem Devida aos servidores nos termos das Leis nos 11.717/94 e 11.821/95.
40 – GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO	Gratificação devida aos servidores do Magistério, Especialistas da Educação e na Vice-Direção de Escola, nos termos do art.7º, da Lei nº. 11.113/93 e art. 4º da Lei n.º1.431/94.
41 – GRATIFICAÇÃO POR CURSO	Gratificação devida aos servidores do Quadro do Magistério nos termos do art.67 da Lei nº. 11.050/93.
42 – GRATIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE COORDENAÇÃO DE ENSINO	Gratificação devida aos servidores do Quadro do Magistério nos termos do art.12 da Lei nº. 13.961/2001.
43 – GRATIFICAÇÃO DE ÓRGÃO DE DELIBERAÇÃO COLETIVA	Gratificação devida ao servidor membro de órgão de deliberação coletiva, por comparecimento às reuniões.
44 – ABONO DE PERMANÊNCIA	Despesas com abono de permanência devido ao servidor que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária estabelecida no § 1º, III, a, do art. 40 da Constituição da República (com redação dada pela Emenda Nº. 41, de 19 de dezembro de 2003) e que optar por permanecer em atividade.
45 – VANTAGEM TEMPORÁRIA INCORPORÁVEL – VTI	Vantagem de natureza pessoal e temporária, devida aos servidores da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, nos termos da Lei nº. 15.787, de 27/10/2005.
46 - GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO E PRODUTIVIDADE INDIVIDUAL E INSTITUCIONAL	Gratificação devida aos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, nos termos do art. 16 da Lei n.º 13.085, de 31 de dezembro de 1998.
47 – GRATIFICAÇÃO DE ESCOLARIDADE, DESEMPENHO E PRODUTIVIDADE INDIVIDUAL E INSTITUCIONAL – GEDAMA	Gratificação devida às carreiras do Grupo de Atividades de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável nos termos da Lei n.º 17.351, de 17 de janeiro de 2008.
48 – ADICIONAL DE DESEMPENHO – PESSOAL CIVIL	Adicional remuneratório devido mensalmente ao servidor civil, de acordo com a Lei nº 18.008/2009, Lei nº17.590/2008 e Lei nº 16.676/2007.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
49 – GRATIFICAÇÃO COMPLEMENTAR DE PRODUTIVIDADE - GCP	Adicional remuneratório devido mensalmente ao servidor ocupante do cargo de Procurador da Assembleia Legislativa, nos termos da Deliberação nº 2.478 de 12/04/2010.
50 – SUBSÍDIO - SERVIDORES DA EDUCAÇÃO EFETIVOS	Remuneração mensal por meio de subsídio devida aos servidores efetivos do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo Estadual, conforme legislação específica.
51 – SUBSÍDIO – SERVIDORES DA EDUCAÇÃO DESIGNADOS	Remuneração mensal por meio de subsídio devida aos servidores designados do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo Estadual, conforme legislação específica.
52 – SUBSÍDIO – SERVIDORES DA EDUCAÇÃO DE EXTENSÃO CARGA HORÁRIA	Remuneração mensal por meio de subsídio devida aos servidores de extensão carga horária (aulas facultativas) do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo Estadual, conforme legislação específica.
53 – GRATIFICAÇÃO POR ENCARGO DE CURSO OU CONCURSO	Gratificação devida aos servidores do Poder Executivo Estadual nos termos do art. 18 da Lei nº. 19.973/2011 e do Decreto nº. 45.957/2012.
54 – GRATIFICAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURIDADE SOCIAL – GSSS	Gratificações devidas a ocupantes de cargos das carreiras de Analista de Seguridade Social, Técnico de Seguridade Social e Auxiliar de Seguridade Social lotados no Quadro de Pessoal do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – IPSEMG –, nos termos da Lei nº 20.586/2012, salvo àqueles que exercem a função de cirurgião-dentista.
55 – GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE PESQUISA E ENSINO – GFPE / LEI Nº 20.591/2012	Gratificação devida aos ocupantes de cargo de provimento efetivo e aos detentores de função pública das carreiras de Técnico em Atividades de Ciência e Tecnologia e de Gestor em Ciência e Tecnologia, a que se referem, respectivamente, os incisos II e III do art. 1º da Lei nº 15.466/2005, lotados e em efetivo exercício na Fundação João Pinheiro – FJP.
56 – GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO À PESQUISA E À DOCÊNCIA – GIPED / LEI Nº 20.591/2012	Gratificação devida aos ocupantes de cargo de provimento efetivo e aos detentores de função pública da carreira de Pesquisador em Ciência e Tecnologia, a que se refere, respectivamente o inciso IV do art. 1º da Lei nº 15.466/2005, lotados e em efetivo exercício na Fundação João Pinheiro – FJP.
57 – GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO À PRODUTIVIDADE DOS PROFISSIONAIS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA – GIPPEA/LEI Nº 20.748/2013	Gratificação devida ao servidor em efetivo exercício nas funções para as quais seja exigida a formação em Engenharia ou Arquitetura no âmbito do Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais – DEOP-MG – e do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG.
58 – ABONO SALARIAL DO PODER JUDICIÁRIO	Abono salarial de natureza pessoal e temporária, devido aos servidores do Judiciário, nos termos do art. 2º da Lei nº 20.715, de 13 de junho de 2013.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
59 – FUNÇÕES DE CONFIANÇA	Funções de Confiança de assessoramento de Juiz de Direito destinados aos magistrados de 1ª entrância e aos do Sistema dos Juizados Especiais.
60 – GRATIFICAÇÃO PELO CUMPRIMENTO DE METAS EXTRAORDINÁRIAS	Gratificação devida a servidor do TCE, nos termos do art. 19 da Lei n.º 20.227, de 2012.
99 – OUTROS	Despesas com pessoal civil não classificada nos itens anteriores.
12 – VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL MILITAR	Despesas orçamentárias com: Soldo; Gratificação de Localidade Especial; Gratificação de Representação; Adicional de Tempo de Serviço; Adicional de Habilitação; Adicional de Compensação Orgânica; Adicional Militar; Adicional de Permanência; Adicional de Férias; Adicional Natalino; e outras despesas correlatas, de caráter permanente, previstas na estrutura remuneratória dos militares.
01 – REMUNERAÇÃO BÁSICA	Remuneração do militar, pelo serviço ativo, correspondente ao posto ou à graduação ocupados na hierarquia militar.
02 – ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO	Adicional acrescido à remuneração básica do militar, por quinquênio vencido, de acordo com a legislação em vigor.
03 – GRATIFICAÇÕES ESPECIAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Gratificação de 10% (dez por cento) devida ao militar que completar 30 (trinta) anos de efetivo exercício; • Gratificação de 10% (dez por cento) devida nos termos do parágrafo único do art. 204 da Lei Estadual n.º. 5.301, de 16 de outubro de 1969; <p>Benefício restrito aos casos estabelecidos na Lei Estadual n.º. 8.070, de 03 de outubro de 1981, devido na forma da Lei Delegada n.º. 24, de 28 de agosto de 1985.</p>
04 – FÉRIAS-PRÊMIO	Vantagem devida ao militar da ativa, de acordo com artigo 39, parágrafo 11, combinado com o artigo 31, inciso II, da Constituição Estadual (alterado pela Emenda Constitucional n.º 18, de 21/12/95).
05 – ABONO DE FÉRIAS	Vantagem devida ao militar da ativa, de acordo com o artigo 39, parágrafo 11, combinado com o artigo 31 da Constituição do Estado e artigo 42, da Lei Delegada n.º 37, de 16/01/89.
06 – SUBSTITUIÇÃO TEMPORÁRIA	Diferença de vencimentos e vantagens devida ao militar quando em exercício de função privativa de posto ou graduação superior, nos termos da Lei Delegada n.º 37, de 16/01/89.
07 – GRATIFICAÇÃO DE NATAL	Gratificação devida anualmente ao militar, correspondente à sua remuneração, de acordo com a legislação em vigor.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
08 – ADICIONAL DE DESEMPENHO – PESSOAL MILITAR	Adicional remuneratório devido mensalmente ao militar, de acordo com o artigo 2º do Decreto nº 44.889 de 08/09/2008.
09 - ABONO DE PERMANÊNCIA	Despesas com abono de permanência devido ao militar que tenha completado as exigências para transferência voluntária para a reserva e que optar por permanecer em atividade, conforme determina a Lei Complementar nº. 125, de 14 de Dezembro de 2012.
10 - GRATIFICAÇÃO MENSAL PRÓ-LABORE	Despesa com o militar da reserva remunerada designado para o serviço ativo, em caráter transitório, conforme disposto na Lei nº 5.301 de 16/10/1969 e suas atualizações.
99 – OUTRAS	Despesas com pessoal militar não classificada nos itens anteriores.
13 – OBRIGAÇÕES PATRONAIS	Despesas orçamentárias com encargos que a administração tem pela sua condição de empregadora, e resultantes de pagamento de pessoal ativo, inativo e pensionistas, tais como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e contribuições para Institutos de Previdência, inclusive a alíquota de contribuição suplementar para cobertura do déficit atuarial, bem como os encargos resultantes do pagamento com atraso das contribuições de que trata este elemento de despesa.
01 – OBRIGAÇÃO PATRONAL – PESSOAL CIVIL	Bloqueado no SIAFI por ter sido substituído pelo elemento/item 13-05.
02 – OBRIGAÇÃO PATRONAL – PESSOAL MILITAR	Bloqueado no SIAFI por ter sido substituído pelo elemento/item 13-05.
04 – INSS – FOLHA	Despesas com obrigação patronal de pessoal que a administração pública tem com o INSS pela sua condição de empregadora no caso em que o pagamento ocorrer diretamente na folha de pessoal.
05 – OBRIGAÇÃO PATRONAL – PESSOAL ATIVO	Despesas com obrigação patronal de pessoal ativo, civil e militar, que a administração pública tem pela sua condição de empregadora.
06 – OBRIGAÇÃO PATRONAL – PESSOAL INATIVO	Despesas com obrigação patronal de pessoal inativo.
07 – OBRIGAÇÃO PATRONAL – CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	Despesas com obrigação patronal relativas à mão-de-obra, constantes dos contratos de terceirização classificáveis no grupo de despesa “1 – pessoal e encargos sociais”, em obediência ao disposto no art. 18, §1º, da lei Complementar nº 101, de 2000 e no inciso V do art. 1º do Decreto nº 45.155/2009 e na Lei nº 18.185/2009.
08 – OBRIGAÇÃO PATRONAL – PENSIONISTAS	Contribuição patronal do pensionista conforme art. 28, §1º da LC 77/2004 e art. 85, §4º da LC 64/2002.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
09 – OBRIGAÇÃO PATRONAL – PRECATÓRIOS	Despesas resultantes de pagamentos de encargos patronais incidentes sobre precatórios.
10 – OBRIGAÇÃO PATRONAL – OUTRAS SENTENÇAS JUDICIAIS	Despesas resultantes de pagamentos de encargos patronais incidentes sobre outras sentenças judiciais.
11 – OBRIGAÇÃO PATRONAL – CONTRATOS POR TEMPO DETERMINADO	Despesas com obrigação patronal relativas à contratação de mão-de-obra por tempo determinado para atender à necessidade de interesse público, classificáveis no grupo de despesa “1 – Pessoal e encargos sociais”, em obediência ao disposto na Lei nº18.185/2009 e nos incisos I, II, III, IV, VI do art. 1º do Decreto nº45.155/2009.
12 – OBRIGAÇÃO PATRONAL - ENTIDADES CONVENIADAS	Item Bloqueado no SIAFI
13 – OBRIGAÇÃO PATRONAL - MÉDICOS RESIDENTES	Despesas com obrigação patronal de médicos residentes.
14 – OBRIGAÇÃO PATRONAL - ENCARGOS POR PAGAMENTO EM ATRASO	Despesas com encargos resultantes do pagamento em atraso das obrigações patronais.
15 – OBRIGAÇÃO PATRONAL - PRÊMIO DE PRODUTIVIDADE	Despesas com obrigação patronal do prêmio de produtividade.
16 – OBRIGAÇÃO PATRONAL - ADVOGADOS DATIVOS	Despesas com obrigação patronal de advogados dativos, conforme o disposto na Lei nº. 13.166, de 20 de janeiro de 1999.
17 – INSS - DEMAIS DESPESAS	Despesas com obrigação patronal das demais despesas que a administração pública tem com o INSS no caso em que o pagamento ocorrer diretamente nas unidades orçamentárias.
18 – OBRIGAÇÃO PATRONAL PESSOAL INATIVO – ENTIDADES CONVENIADAS	Despesas com obrigação patronal de pessoal inativo de entidades conveniadas com Institutos de Previdência do Estado, nos termos da LC 64/2002.
19 - OBRIGAÇÃO PATRONAL – PESSOAL MILITAR INATIVO – LC 125/2012	Despesa com obrigação patronal fixada em 1/5 do estipêndio de contribuição do pessoal militar inativo.
20 - OBRIGAÇÃO PATRONAL – PESSOAL MILITAR ATIVO – LC 125/2012	Despesa com obrigação patronal fixada em 1/5 do estipêndio de contribuição do pessoal militar ativo.
21 – OBRIGAÇÃO PATRONAL - PESSOAL ATIVO - DESPESAS COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE	Despesa com obrigação patronal referente ao auxílio assistência médica, hospitalar e odontológica destinada aos beneficiários do IPSEMG, conforme previsto no art. 85 da Lei Complementar nº 64, de 25/03/2002.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
22 - OBRIGAÇÃO PATRONAL - PESSOAL INATIVO - DESPESAS COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE	Despesa com obrigação patronal referente ao auxílio assistência médica, hospitalar e odontológica destinada aos beneficiários do IPSEMG, conforme previsto no art. 85 da Lei Complementar nº 64, de 25/03/2002.
23 - OBRIGAÇÃO PATRONAL - CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO - DESPESAS COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE	Despesa com obrigação patronal referente ao auxílio assistência médica, hospitalar e odontológica destinada aos beneficiários do IPSEMG contratados em substituição à servidores e empregados públicos, conforme previsto no art. 85 da Lei Complementar nº 64, de 25/03/2002, no art. 18, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, no inciso V do art. 1º do Decreto nº 45.155/2009 e na Lei nº 18.185/2009.
24 - OBRIGAÇÃO PATRONAL - DESPESAS COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE - OUTROS	Despesa com obrigação patronal referente ao auxílio assistência médica, hospitalar e odontológica destinada aos demais beneficiários do IPSEMG, conforme previsto no art. 85 da Lei Complementar nº 64, de 25/03/2002.
14 - DIÁRIAS - CIVIL	Despesas orçamentárias com cobertura de alimentação, pousada e locomoção urbana, do servidor público estatutário ou celetista que se desloca de sua sede em objeto de serviço, em caráter eventual ou transitório, entendido como sede o Município onde a repartição estiver instalada e onde o servidor tiver exercício em caráter permanente.
01 - DIÁRIAS - CIVIL	Vantagem devida ao servidor que se deslocar da sede no desempenho de suas atribuições, a título de indenização das despesas de alimentação e pousada.
15 - DIÁRIAS - MILITAR	Despesas orçamentárias decorrentes do deslocamento do militar da sede de sua unidade por motivo de serviço, destinadas à indenização das despesas de alimentação e pousada.
01 - DIÁRIAS - MILITAR	Despesas decorrentes do deslocamento do militar da sede de sua unidade por motivo de serviço, destinadas à indenização das despesas de alimentação e pousada.
16 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	Despesas orçamentárias relacionadas às atividades do cargo/emprego ou função do servidor, e cujo pagamento só se efetua em circunstâncias específicas, tais como: hora-extra; substituições; e outras despesas da espécie, decorrentes do pagamento de pessoal dos órgãos e entidades da administração direta e indireta.
01 - SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO	Devido a servidor convocado para prestar serviço além da jornada normal de trabalho.
02 - SUBSTITUIÇÃO EM CARGOS EM COMISSÃO	Diferença de vencimentos e vantagens, devida a servidor substituto, a título eventual em cargo provido em comissão, nos Termos da Lei nº. 869/52 ou lei especial.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
03 – AULAS FACULTATIVAS	Devida ao pessoal do magistério, conforme leis 9.381/86 e 11.721/94.
04 – GRATIFICAÇÃO POR ENCARGOS EXTRAORDINÁRIOS	Gratificação devida ao pessoal da Assembleia Legislativa, de acordo com a legislação em vigor.
05 – FÉRIAS-PRÊMIO	Devida ao servidor pelo efetivo exercício no serviço público do Estado de Minas Gerais, a cada período de 5 (cinco) anos – inciso II, artigo 31 da Constituição Estadual (alterado pela Emenda Constitucional n.º 18, de 21/12/95).
06 - JORNADA COMPLEMENTAR DE TRABALHO	Despesas com o pagamento de jornada complementar de trabalho, conforme Portaria n.º. 78/99, de 29/10/1999 – IPSEMG.
07 – PRÊMIO DE PRODUTIVIDADE	Bloqueado no SIAFI. Item substituído pelo 93-09 Prêmio de Produtividade.
17 – OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS – PESSOAL MILITAR	Despesas orçamentárias eventuais, de natureza remuneratória, devidas em virtude do exercício da atividade militar, exceto aquelas classificadas em elementos de despesas específicos.
01 – OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS – PESSOAL MILITAR	Despesas eventuais, de natureza remuneratória, devidas em virtude do exercício da atividade militar, exceto aquelas classificadas em elementos de despesas específicos.
02 – PRÊMIO POR PRODUTIVIDADE – PESSOAL MILITAR	Despesas com o pagamento de Prêmio de Produtividade no âmbito do Poder Executivo ao pessoal militar, na forma prevista na Lei n.º. 14.699, de 30/06/2003 e no Decreto n.º. 43.674, de 04/12/2003.
18 – AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	Despesas orçamentárias com ajuda financeira concedida pelo Estado a estudantes comprovadamente carentes, e concessão de auxílio para o desenvolvimento de estudos e pesquisas de natureza científica, realizadas por pessoas físicas na condição de estudante, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar n.º 101, de 2000.
01 – AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	Despesas com ajuda financeira concedida pelo Estado a estudantes comprovadamente carentes, e concessão de auxílio para o desenvolvimento de estudos e pesquisas de natureza científica, realizadas por pessoas físicas na condição de estudante, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar n.º 101, de 2000.
19 – AUXÍLIO-FARDAMENTO	Despesas orçamentárias com o auxílio-fardamento, pago diretamente ao servidor ou militar.
01 – AUXÍLIO-FARDAMENTO PAGO A SERVIDOR OU MILITAR	Despesas com o auxílio-fardamento pago diretamente ao servidor ou militar, nos termos da Lei Delegada n.º. 37, de 16 de janeiro de 1989, com redação alterada pela Lei n.º. 16.076, de 26 de abril de 2006.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
02 – ADIANTAMENTO – FARDAMENTO	Despesas com adiantamento concedido ao militar recém-promovido ou com tempo específico de permanência no posto ou na graduação, restituível em parcelas ao Tesouro Estadual, na forma da Lei Delegada nº. 37, de 16 de janeiro de 1989.
03 – AUXÍLIO-FARDAMENTO PAGO A PESSOAL CONTRATADO	Despesas com o auxílio-fardamento pago diretamente ao contratado, nos termos da Lei nº. 16.076, de 26 de abril de 2006.
20 - AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	Despesas Orçamentárias com apoio financeiro concedido a pesquisadores, individual ou coletivamente, exceto na condição de estudante, no desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas, nas suas mais diversas modalidades, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar no 101/2000.
01 – AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	Apoio financeiro concedido a pesquisadores, individual ou coletivamente, exceto na condição de estudante, no desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas, nas suas mais diversas modalidades, observando o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº. 101, de 2000.
21 - JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	Despesas orçamentárias com juros referentes a operações de crédito efetivamente contratadas.
01- JUROS SOBRE A DÍVIDA INTERNA POR CONTRATOS	Despesas decorrentes de juros de empréstimos ou financiamentos contraídos no País.
02 – JUROS SOBRE A DÍVIDA EXTERNA POR CONTRATOS	Despesas com juros de empréstimos ou financiamentos contraídos no exterior.
03 – JUROS DA DÍVIDA COM OS INSTITUTOS DE PREVIDÊNCIA	Despesas decorrentes de juros de dívidas do Estado não classificáveis nos demais itens deste elemento. (Ex.: Dívida com o IPSEMG)
04 - JUROS SOBRE O PARCELAMENTO DA DÍVIDA COM O INSS	Despesas decorrentes de juros da dívida do Estado de Minas Gerais com a Receita Federal do Brasil, em função do parcelamento instituído por Lei Específica, tal como a Lei Federal nº. 11.941/2009.
05 – JUROS DE OUTRAS DÍVIDAS RENEGOCIADAS	Despesas decorrentes de juros de dívidas não classificáveis nos demais itens desse elemento.
06 – JUROS SOBRE O PARCELAMENTO DA DÍVIDA COM O PASEP	Despesas decorrentes de juros da dívida do Estado De Minas Gerais referentes ao parcelamento do Programa De Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP – conforme Lei Federal 12.810/2013.
22 - OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	Despesas orçamentárias com outros encargos da dívida pública contratada, tais como: taxas, comissões bancárias, prêmios, imposto de renda e outros encargos.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
01 – OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA INTERNA POR CONTRATOS	Despesas decorrentes da dívida contratada interna e pagamento de serviços e operações de estabelecimentos bancários ou similares.
02 – OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA EXTERNA POR CONTRATOS	Despesas decorrentes da dívida contratada externa e pagamento de serviços e operações de estabelecimentos bancários ou similares.
23 - JUROS, DESÁGIOS E DESCONTOS DA DÍVIDA MOBILIÁRIA	Despesas orçamentárias com a remuneração real devida pela aplicação de capital de terceiros em títulos públicos.
01 – JUROS DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA	Despesas com a remuneração real devida pela aplicação de capital de terceiros em títulos públicos.
02 – JUROS DA DÍVIDA MOBILIÁRIA EXTERNA	Despesas com a remuneração real devida pela aplicação de capital de terceiros em títulos públicos.
24 - OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA MOBILIÁRIA	Despesas orçamentárias com outros encargos da dívida mobiliária, tais como: comissão, corretagem, seguro, etc.
01 – OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA MOBILIÁRIA	Despesas com outros encargos da dívida mobiliária, tais como: comissão, corretagem, seguro, etc.
25 - ENCARGOS SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	Despesas orçamentárias com pagamento de encargos da dívida pública, inclusive os juros decorrentes de operações de crédito por antecipação da receita, conforme art. 165, § 8º, da Constituição.
01 – ENCARGOS SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	Despesas com o pagamento de encargos da dívida pública, inclusive os juros decorrentes de operações de crédito por antecipação da receita, conforme art. 165, § 8º, da Constituição.
26 - OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE POLÍTICA MONETÁRIA	Despesas orçamentárias com a cobertura do resultado negativo do Banco Central do Brasil, como autoridade monetária, apurado em balanço, nos termos da legislação vigente.
01 – OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE POLÍTICA MONETÁRIA	Despesas com a cobertura do resultado negativo do Banco Central do Brasil, como autoridade monetária, apurado em balanço, nos termos da legislação vigente.
27 – ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	Despesas orçamentárias que a administração é compelida a realizar em decorrência da honra de avais, garantias, seguros, fianças e similares concedidos.
01- ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	Despesas que a administração é compelida a realizar em decorrência da honra de avais, garantias, seguros, fianças e similares concedidos.
28 – REMUNERAÇÃO DE COTAS DE FUNDOS AUTÁRQUICOS	Despesas orçamentárias com encargos decorrentes da remuneração de cotas de fundos autárquicos, à semelhança de dividendos, em razão dos resultados positivos desses fundos.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
01 – REMUNERAÇÃO DE COTAS DE FUNDOS AUTÁRQUICOS	Encargos decorrentes da remuneração de cotas de fundos autárquicos, à semelhança de dividendos, em razão dos resultados positivos desses fundos.
29 - DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADO DE EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	Despesas orçamentárias com a distribuição de resultado positivo de empresas estatais dependentes, inclusive a título de dividendos e participação de empregados nos referidos resultados.
01 – DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADO DE EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	Despesas com a distribuição de resultado positivo de empresas estatais dependentes, inclusive a título de dividendos e participação de empregados nos referidos resultados.
30 – MATERIAL DE CONSUMO	Despesas orçamentárias com álcool automotivo; gasolina automotiva; diesel automotivo; lubrificantes automotivos; combustível e lubrificantes de aviação; gás engarrafado; outros combustíveis e lubrificantes; material biológico, farmacológico e laboratorial; animais para estudo, corte ou abate; alimentos para animais; material de coudelaria ou de uso zootécnico; sementes e mudas de plantas; gêneros de alimentação; material de construção para reparos em imóveis; material de manobra e patrulhamento; material de proteção, segurança, socorro e sobrevivência; material de expediente; material de cama e mesa, copa e cozinha, e produtos de higienização; material gráfico e de processamento de dados; aquisição de disquete; material para esportes e diversões; material para fotografia e filmagem; material para instalação elétrica e eletrônica; material para manutenção, reposição e aplicação; material odontológico, hospitalar e ambulatorial; material químico; material para telecomunicações; vestuário, uniformes, fardamento, tecidos e aviamentos; material de acondicionamento e embalagem; suprimento de proteção ao vôo; suprimento de aviação; sobressalentes de máquinas e motores de navios e esquadra; explosivos e munições; bandeiras, flâmulas e insígnias e outros materiais de uso não-duradouro.
01 – ARTIGOS PARA CONFECÇÃO, VESTUÁRIO, CAMA, MESA, BANHO E COZINHA	Tecidos e aviamentos em geral, peças de vestuário, uniformes, calçados, roupas de cama, mesa, banho e cozinha.
02 – ARTIGOS PARA ESPORTE	Artigos específicos para esportes, jogos e divertimentos infantis e respectivos acessórios. Incluem-se as peças de uso esportivo como uniformes, chuteiras, meias, etc.
03 – UTENSÍLIOS PARA REFEITÓRIO E COZINHA	Utensílios de copa e cozinha, como vasilhas, louças, talheres, vela para filtro, botijão de gás, fósforos, isqueiros, materiais descartáveis e outros. Excluem-se deste item os utensílios de uso industrial, considerados material permanente.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
04 – MATERIAL GRÁFICO E IMPRESSOS	Impressos padronizados (que não requeiram especificação exclusiva) e materiais destinados à impressão gráfica em escala industrial.
05 – MATERIAL PARA ESCRITÓRIO	Artigos utilizados nos serviços administrativos.
06 – MATERIAL DE DESENHO	Material de utilização específica para desenho, cartografia, geodésia e topografia.
07 – MATERIAL DE ENSINO	Material de ensino, inclusive livros didáticos. Excluem-se livros técnicos e de acervo bibliográfico classificados em itens específicos.
08 – PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	Gêneros alimentícios, quer sejam naturais, beneficiados ou conservados e bebidas em geral. Incluem-se deste item os produtos hortifrutigranjeiros.
09 – FORRAGENS E OUTROS ALIMENTOS PARA ANIMAIS	Produtos ao natural ou beneficiados, destinados à alimentação de animais.
10 – MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR	Instrumentos, utensílios e materiais utilizados em estabelecimentos hospitalares, ambulatórios e enfermarias, exceto os autoclaváveis.
11 – MATERIAL ODONTOLÓGICO	Instrumentos, utensílios e materiais utilizados em gabinetes odontológicos, inclusive os medicamentos e preparados químicos de uso odontológico específico, exceto os autoclaváveis.
12 – MEDICAMENTOS	Medicamentos e preparados farmacêuticos, para uso humano e veterinário. Excluem-se deste item os medicamentos de uso odontológico.
13 – MATERIAIS DE LABORATÓRIO E PRODUTOS QUÍMICOS EM GERAL	Instrumentos, utensílios e materiais destinados a trabalhos e pesquisas de laboratório.
14 – MATERIAL RADIOLÓGICO	Material e acessórios para uso em radiografia.
15 – MATERIAL FOTOGRÁFICO, CINEMATOGRAFICO E DE COMUNICAÇÃO	Material para uso em fotografia e filmagem, gravação, radiofonia e telecomunicações.
16 – MATERIAL DE INFORMÁTICA	Material para uso em equipamento de processamento de dados, peças e acessórios para sua manutenção e funcionamento, inclusive formulários, fitas para impressora, disquete virgem e mouse; disco rígido, placas e memórias para aperfeiçoamento tecnológico, desde que seja indicado o número do patrimônio do bem a ser modificado; monitor e teclado, desde que seja indicado o número de patrimônio do bem a ser substituído por ter se tornado obsoleto ou danificado e/ou o número da CPU, na qual será acoplado.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
17 – ARTIGOS PARA LIMPEZA E HIGIENE	<p>17 – ARTIGOS PARA LIMPEZA E HIGIENE</p> <p>Materiais diversos destinados à higiene pessoal e animal e à limpeza e profilaxia de ambientes, bens imóveis, equipamentos, instalações e materiais permanentes.</p> <p>Incluem-se neste item baldes, esfregões, pá para lixo, palha de aço, produtos para higienização de piscinas, etc.</p>
18 – MATÉRIAS-PRIMAS E PRODUTOS PARA MANIPULAÇÃO E INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	<p>18 – MATÉRIAS-PRIMAS E PRODUTOS PARA MANIPULAÇÃO E INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO</p> <p>Matérias-primas e produtos manufaturados ou semimanufaturados, adquiridos por órgãos/entidades que possuam laboratório de manipulação ou unidades de transformação/fabricação, para produção de bens móveis ou imóveis para uso próprio ou de outros órgãos/entidades.</p>
19 – MATERIAL PARA MANUTENÇÃO E REPAROS DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	<p>19 – MATERIAL PARA MANUTENÇÃO E REPAROS DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</p> <p>Materiais destinados à manutenção e reparos em imóveis, inclusive material de construção e premoldados, desde que a reforma não se caracterize como obras e instalações. Excluem-se deste item os materiais elétricos classificados em item específico.</p>
20 – MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	<p>20 – MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO</p> <p>Despesas com materiais de consumo para aplicação, manutenção e reposição dos sistemas, aparelhos e equipamentos elétricos e eletrônicos.</p>
21 – MATERIAL PARA MANUTENÇÃO E REPAROS DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO OU DE TERCEIROS	<p>21 – MATERIAL PARA MANUTENÇÃO E REPAROS DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO OU DE TERCEIROS</p> <p>Material destinado a reparos, adaptação, recuperação e conservação de edificações, terrenos, praças, ruas e outros bens de domínio público ou de terceiros, alugados ou arrendados ao Estado, desde que não se caracterize como obra.</p>
22 – FERRAMENTAS, FERRAGENS E UTENSÍLIOS	<p>22 – FERRAMENTAS, FERRAGENS E UTENSÍLIOS</p> <p>Ferramentas de pequeno porte, ferragens e utensílios, tais como almotolia, escada dobrável, lanterna a pilha, barracas para acampamento, equipamento de proteção individual, etc. Excluem-se deste item os jogos e estojos de ferramentas considerados material permanente e os utensílios para copa e cozinha classificados em item próprio.</p>
23 – MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	<p>23 – MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES</p> <p>Material para conservação, recuperação e reparo de veículos automotores adquiridos diretamente pelo órgão/entidade desde que não haja vinculação à contratação de serviços.</p>
24 – PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA EQUIPAMENTOS E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	<p>24 – PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA EQUIPAMENTOS E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES</p> <p>Materiais para conservação, recuperação e reparo de equipamentos, material permanente e respectivas peças de reposição.</p> <p>Excluem-se peças e acessórios para equipamento de informática, classificados em item específico.</p>
25 – MATERIAL DE SEGURANÇA, APETRECHOS OPERACIONAIS E POLICIAIS	<p>25 – MATERIAL DE SEGURANÇA, APETRECHOS OPERACIONAIS E POLICIAIS</p> <p>Material para combate a incêndio, segurança coletiva e artigos para acampamento, campanha, montaria e similares, apetrechos e equipamentos, não caracterizados como material permanente, utilizados nas atividades policiais e carcerárias.</p>

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
26 – COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES	Toda espécie de combustíveis e lubrificantes para uso em veículos automotores.
27 – COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA EQUIPAMENTOS E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	Toda espécie de combustíveis e lubrificantes para uso em máquinas, motores e similares.
28 – ANIMAIS DESTINADOS A ESTUDOS, À PREPARAÇÃO DE PRODUTOS E AO ABATE	Animais necessários a estudos, análises e experiências; animais destinados à indústria de transformação e ao abate.
29 – SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS	Sementes e mudas de plantas em geral, assim como os insumos utilizados, tais como: adubos, fertilizantes e afins.
30 – MATERIAIS PARA ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	Materiais destinados ao acondicionamento e embalagens.
31 – LIVROS TÉCNICOS	Livros de uso constante do servidor público. Excluem-se os livros classificados como material permanente para acervos de bibliotecas (elemento 52, item 18) e os adquiridos para acervo de bibliotecas públicas (elemento 30, item 36).
32 – MATERIAL CÍVICO E EDUCATIVO	Materiais destinados a atividades cívicas e educativas, tais como: bandeiras, insígnias, brasões e flâmulas.
33 – COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA AERONAVES	Combustíveis e lubrificantes destinados a qualquer tipo de aeronave.
34 – PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA AERONAVES	Materiais empregados na manutenção e reparos de aeronaves.
35 – HORTIFRUTIGRANJEIROS	Item bloqueado no SIAFI. Essas despesas devem ser classificadas no elemento item 30-08 produtos alimentícios.
36 – MATERIAL BIBLIOGRÁFICO PARA BIBLIOTECAS PÚBLICAS	Despesas com aquisição de material bibliográfico para bibliotecas públicas, conforme Lei Federal nº. 10.753, de 30 de outubro de 2003.
37 – MEDICAMENTOS – DECISÃO JUDICIAL	Medicamentos adquiridos em caráter excepcional para atender determinação judicial. Incluem-se somente os medicamentos adquiridos por dispensa de licitação.
38 – LEITE – PROGRAMA LEITE PELA VIDA	Aquisição de leite para distribuição à população da área de abrangência do IDENE por meio do Programa Leite pela Vida.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
39 - MATERIAL PARA CONFECÇÃO EM GERAL	Material para confecção em geral, tal como acrílico, vinil, lona, plástico, couro, PVDC, PVC, alumínio, lã, aço, poliéster, algodão, gesso, silicone, dentre outros, desde que a despesa não se enquadre em outro item mais específico (exemplo: aquisição de acrílico para a confecção de próteses dentárias se enquadra no item de despesa 30-11 – Material odontológico).
99 – OUTROS MATERIAIS	Materiais não classificáveis nos itens anteriores.
31 – PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	Despesas orçamentárias com aquisição de prêmios, condecorações, medalhas, troféus, etc., bem como com o pagamento de prêmios em pecúnia, inclusive decorrentes de sorteios lotéricos.
01- PRÊMIOS, DIPLOMAS, CONDECORAÇÕES E MEDALHAS	Despesas com aquisição de troféus, medalhas, taças, distintivos, diplomas e outros bens para fins de premiação.
02 – PRÊMIOS LOTÉRICOS	Despesa com pagamento de prêmios conferidos aos ganhadores de bilhetes premiados, em pecúnia ou bens.
03 – COMISSÕES LOTÉRICAS	Despesas com o pagamento de comissões conferidas aos vendedores de bilhetes e com os percentuais pagos às casas lotéricas permissionadas pela Caixa Econômica Federal – CEF, para comercializar os jogos da loteria no Estado.
04 – PREMIAÇÕES	Despesas com o pagamento de prêmios em dinheiro ou espécie, por obras científicas, trabalhos escolares ou técnicos, ou de estímulo à cultura em geral.
32 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	Despesas orçamentárias com aquisição de materiais, bens ou serviços para distribuição gratuita, tais como livros didáticos, medicamentos, gêneros alimentícios e outros materiais, bens ou serviços que possam ser distribuídos gratuitamente, exceto se destinados a premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras.
01 – MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	Despesas com aquisição de materiais para distribuição gratuita, tais como livros didáticos, medicamentos, gêneros alimentícios e outros materiais ou bens que possam ser distribuídos gratuitamente, exceto se destinados a premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras.
33 – PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	Despesas orçamentárias, realizadas diretamente ou por meio de empresa contratada, com aquisição de passagens (aéreas, terrestres, fluviais ou marítimas), taxas de embarque, seguros, fretamento, pedágios, locação ou uso de veículos para transporte de pessoas e suas respectivas bagagens em decorrência de mudanças de domicílio no interesse da administração.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
01 – PASSAGENS – PESSOA FÍSICA	Despesas com passagens aéreas, terrestres e marítimas, taxas de embarque e seguros adquiridos diretamente pelo órgão, entidade ou por meio de pessoa física . Não serão classificadas neste item as passagens adquiridas para transporte urbano. (As passagens adquiridas por meio de contratos com agências de viagens estão contempladas no elemento/item 33-04 Passagens – Pessoa Jurídica).
02 – DESPESAS COM TRANSPORTE URBANO, PEDÁGIO E ESTACIONAMENTO – PESSOA FÍSICA	Despesas com transporte urbano (táxi, passes, conexão aeroporto), pedágio e estacionamento (talonário rotativo, aeroporto, privado para veículo oficial), adquiridas por meio de pessoa física .
03 – FRETAMENTO E LOCAÇÃO – PESSOA FÍSICA	Despesas com fretamento, locação ou uso de veículos para transporte de pessoas e suas respectivas bagagens adquiridas por meio de pessoa física , em decorrência de mudanças de domicílio no interesse da administração.
04 – PASSAGENS – PESSOA JURÍDICA	Despesas com serviço de agenciamento de passagens aéreas, terrestres e marítimas, taxas de embarque e seguros adquiridos por meio de empresa contratada nos termos do inciso I do art. 47 do Decreto n.º 47.045, de 14 de setembro de 2016.
05 – SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS, FRETAMENTO E LOCAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	Despesas com a contratação de transporte de passageiros, fretamento, locação ou contratação regular de serviço convencional de táxi, de acordo com a Resolução Seplag nº 057, de 05/11/2008.
34 – OUTRAS DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	Despesas orçamentárias relativas à mão-de-obra constantes dos contratos de terceirização, de acordo com o art. 18, §1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, computadas para fins de limites da despesa total com pessoal previstos no art. 19 dessa Lei.
01 – OUTRAS DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	Despesas relativas à mão-de-obra, constantes dos contratos de terceirização, em obediência ao disposto no art. 18, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000 e no inciso V do art. 1º do Decreto nº 45.155/2009 e na Lei nº 18.185/2009.
02 – AGENTES PENITENCIÁRIOS	Despesas com o pagamento de agentes penitenciários constantes de contratos de terceirização.
35 – SERVIÇOS DE CONSULTORIA	Despesas orçamentárias decorrentes de contratos com pessoas físicas ou jurídicas, prestadoras de serviços nas áreas de consultorias técnicas ou auditorias financeiras ou jurídicas, ou semelhantes.
01 – SERVIÇOS DE CONSULTORIA – PESSOA FÍSICA	Despesas com prestação de serviços de consultoria por pessoa física.
02 – SERVIÇOS DE CONSULTORIA – PESSOA JURÍDICA	Despesas com prestação de serviços de consultoria por pessoa jurídica.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
03 – SERVIÇOS DE CONSULTORIA – ORGANISMO INTERNACIONAL	Despesas com prestação de serviços de consultoria por organismo internacional.
36 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	Despesas orçamentárias decorrentes de serviços prestados por pessoa física pagos diretamente a esta e não enquadrados nos elementos de despesa específicos, tais como: remuneração de serviços de natureza eventual, prestado por pessoa física sem vínculo empregatício; estagiários, monitores diretamente contratados; gratificação por encargo de curso ou de concurso; diárias a colaboradores eventuais; locação de imóveis; salário de internos nas penitenciárias; e outras despesas pagas diretamente à pessoa física.
01 – ESTAGIÁRIOS	Despesas com prestação de serviços por estudantes na condição de estagiários ou monitores, quando contratados diretamente pelo órgão/entidade, sem intermediação de outras entidades. (As despesas com transporte e alimentação estão contempladas nos itens 46-01 – Auxílio alimentação e 49-01 – Auxílio transporte).
02 – MÉDICOS RESIDENTES	Despesas com prestação de serviços por médicos residentes.
03 – SALÁRIOS DE INTERNOS	Despesas com o pagamento a internos, presos, presidiários alienados e outros.
04 – DIÁRIAS A COLABORADORES EVENTUAIS	Despesas com o pagamento de pousada, alimentação, passagens e custos de deslocamento de palestrantes, membros dos conselhos estaduais e demais colaboradores que não possuam vínculo com a Administração Pública de quaisquer dos poderes da União, dos Estados e dos municípios.
05 – LOCAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E ESPECIALIZADOS – PESSOA FÍSICA	Despesas com prestação de serviços técnicos, administrativos ou especializados, executados por pessoa física.
06 – FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	Despesas com refeições e lanches preparados por pessoa física.
07 – CONFECÇÃO EM GERAL	Despesa com serviços de confecção ou conservação de peças de vestuário, cama, mesa, banho, cortinas, materiais esportivos, dentre outros.
08 – MÉDICOS	Despesas com prestação de serviços médicos executados por pessoa física, quando não caracterizar contratação de pessoal em substituição ao quadro da instituição contratante, caso em que a despesa deverá ser classificada no elemento 34 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Terceirização, item 01.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
09 – DENTISTAS	Despesas com prestação de serviços odontológicos executados por pessoa física, quando não caracterizar contratação de pessoal em substituição ao quadro da instituição contratante, caso em que a despesa deverá ser classificada no elemento 34 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Terceirização, item 01.
10 – EVENTUAL DE GABINETE	Despesas eventuais de realização exclusiva do Vice-Governador, Secretário de Estado, Advogado-Geral do Estado, Auditor-Geral do Estado, Secretário-Adjunto de Estado, Advogado-Geral Adjunto do Estado, Auditor-Geral Adjunto do Estado, servidores investidos em cargos de provimento em comissão do Grupo de Direção e Assessoramento – DAD, que exerçam atividades inerentes à chefia de Gabinete do Vice-Governador ou de Secretaria de Estado, Subsecretário de Assuntos Internacionais e Dirigente máximo de órgãos autônomos, autarquias e fundações públicas. art. 30 do Decreto nº. 37.924/96 alterado pelo Decreto n.º 44.453/07 e pelos artigos 40 e 41 do Decreto nº 45.618/2011.
11 – LOCAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	Despesas com contratos de aluguéis de bens imóveis incluindo os valores devidos a título de ressarcimento de tributos e outras despesas pagas pelo locatário diretamente ao locador, previstos em cláusula contratual.
12 – DESPESAS MIÚDAS DE PRONTO PAGAMENTO	Pequenas despesas urgentes para manutenção de serviços, que não permitem emissão de empenho prévio específico.
13 – PESSOAL DE ENFERMAGEM	Despesas com prestação de serviços por enfermeiros/auxiliares de enfermagem, quando não caracterizar contratação de pessoal em substituição ao quadro da instituição contratante, caso em que a despesa deverá ser classificada no elemento 34 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Terceirização, item 01.
14 – MONITORES, FISCAIS E EXAMINADORES	Despesas com prestação de serviços por monitores, fiscais e examinadores de provas e outros que exerçam funções correlatas.
15 – ENCARGOS FINANCEIROS	Despesas com multas, juros de mora ou atualização monetária referentes a pagamento efetuado fora do prazo.
16 – REPARO E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	Despesas com reparos, recuperação e manutenção de veículos, podendo compreender materiais e peças empregadas se adquiridas pelo prestador de serviços.
17 – REPAROS DE EQUIPAMENTOS, INSTALAÇÕES E MATERIAL PERMANENTE	Despesas com reparos, adaptação e conservação de equipamentos, instalações e material permanente, compreendendo peças utilizadas se adquiridas pelo prestador de serviços, exceto veículos.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
18 – REPAROS DE BENS IMÓVEIS	Despesas com prestação de serviços por pessoa física para reparos, adaptação, recuperação e conservação de edificações, terrenos e outros bens do Estado, de domínio público, ou de terceiros alugados ou arrendados ao Estado, desde que não se caracterize como obras, compreendendo materiais utilizados. (Ex.: pintura, reparos e reformas de imóveis em geral, reparos em instalações elétricas e hidráulicas, reparos, recuperações e adaptações de biombos, carpetes, divisórias e lambris, manutenção de elevadores e afins)
19 – CONFERÊNCIAS E EXPOSIÇÕES	Despesas com o pagamento direto a conferencista e/ou expositores pelos serviços prestados.
20 – JETONS A CONSELHEIROS	Despesas com a remuneração (jetons) a membros de órgãos de deliberação coletiva (conselhos), definida em legislação específica.
21 – ADVOGADOS DATIVOS	Despesas com o pagamento de honorários a advogados dativos, conforme o disposto na Lei nº. 13.166, de 20 de janeiro de 1999.
22 – TAXA DE CONDOMÍNIO	Despesas com o pagamento e/ou rateio de despesas como taxa de condomínio, tarifa de água, energia elétrica, IPTU, desde que não possam ser empenhadas no elemento item objeto do gasto e que sejam pagas a título de ressarcimento e diretamente a pessoa física.
23 – GRATIFICAÇÃO POR ENCARGO DE CURSO OU CONCURSO – PESSOA FÍSICA	Gratificação devida por encargo de curso ou concurso para o exercício de funções de fiscal de provas, auxiliar ou membro de bancas ou comissões de concursos públicos ou provas; exercício de funções de magistério em programas de formação, qualificação, capacitação ou treinamento e participação no planejamento, na coordenação, supervisão, execução e avaliação de resultado de concurso público, desde que tais atividades não estejam incluídas entre as suas atribuições permanentes. (A gratificação devida a servidores, vinculada à folha de pessoal, deverá ser classificada no elemento item 11-53 nos termos do art. 18 da Lei nº. 19.973/2011 e do Decreto nº. 45.957/2012.).
24 – SERVIÇOS TÉCNICOS JUDICIAIS – HONORÁRIOS PERICIAIS – JUSTIÇA GRATUITA	Despesa com o pagamento de honorários periciais, quando o pagamento da perícia for de responsabilidade de beneficiário de gratuidade da justiça, nos termos da Resolução de nº127 do Conselho Nacional de Justiça e do §3º do art.95 da Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015.
25 – CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR CREDENCIADOS	Despesas oriundas do regime de credenciamento, entendido como o ato ou contrato formal pelo qual a Administração Pública confere a um particular a prerrogativa de exercer certas atividades materiais ou técnicas, em caráter instrumental ou de colaboração com o Poder Público, à título oneroso e seguindo critérios objetivos de seleção, em conformidade com a legislação vigente.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
26 – SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	Despesas com serviços de abastecimento e distribuição de água aos municípios por meio de caminhões pipa.
27 – JUÍZES LEIGOS	Despesas decorrentes da designação de juízes leigos no sistema dos juizados especiais da capital e do interior.
28 - SERVIÇOS TÉCNICOS JUDICIAIS – HONORÁRIOS PERICIAIS	Despesa com o pagamento de honorários periciais. Para os casos em que o pagamento da perícia for de responsabilidade de beneficiário de gratuidade da justiça utilizar o elemento item 3624 ou 3982.
29 – DIREITOS AUTORAIS	Registra o valor das despesas com direitos autorais sobre obras científicas, literárias ou em que a divulgação seja de interesse do governo.
99 – OUTRAS DESPESAS PAGAS A PESSOAS FÍSICAS	Despesas não classificadas nos itens anteriores.
37 – LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	Despesas orçamentárias com prestação de serviços por pessoas jurídicas para órgãos públicos, tais como limpeza e higiene, vigilância ostensiva e outros, nos casos em que o contrato especifique o quantitativo físico do pessoal a ser utilizado.
01 – LOCAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	Despesas com prestação de serviços de conservação, limpeza e higienização, executado por pessoa jurídica, mediante contrato. Inclui-se neste item o material de limpeza adquirido pela empresa prestadora do serviço para cumprimento do contrato e demais encargos.
02 – LOCAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	Despesas com prestação de serviços por pessoa jurídica, tais como vigilância, secretária, recepcionista e outros.
03 – LOCAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA REALIZADOS PELA MGS	Despesas com o pagamento à MGS pela prestação de serviços de conservação, limpeza e higienização. Inclui-se neste item o material de limpeza adquirido pela empresa prestadora do serviço para cumprimento do contrato e demais encargos.
04 – LOCAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO REALIZADOS PELA MGS	Despesas com o pagamento à MGS pela prestação de serviços de apoio administrativo tais como vigilância, secretária, recepcionista e outros.
05 - DESPESAS COM O PAGAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS À MGS	Despesas com o pagamento à MGS de encargos trabalhistas, tais como afastamento maternidade, provisão para rescisão e custo de reposição do profissional e outros.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
38 – ARRENDAMENTO MERCANTIL	Despesas orçamentárias com arrendamento mercantil, com opção ou não de compra do bem de propriedade do arrendador.
01 – ARRENDAMENTO MERCANTIL	Despesas com o arrendamento mercantil, com opção ou não de compra do bem de propriedade do arrendador, observada a legislação vigente sobre Endividamento Público.
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Despesas orçamentárias decorrentes da prestação de serviços por pessoas jurídicas para órgãos públicos, tais como: assinaturas de jornais e periódicos; tarifas de energia elétrica, gás, água e esgoto; serviços de comunicação (telefone, telex, correios, etc.); fretes e carretos; locação de imóveis (inclusive despesas de condomínio e tributos à conta do locatário, quando previstos no contrato de locação); locação de equipamentos e materiais permanentes; software; conservação e adaptação de bens imóveis; seguros em geral (exceto os decorrentes de obrigação patronal); serviços de asseio e higiene; serviços de divulgação, impressão, encadernação e emolduramento; serviços funerários; despesas com congressos, simpósios, conferências ou exposições; vale-refeição; auxílio-creche (exclusive a indenização a servidor); habilitação de telefonia fixa e móvel celular; e outros congêneres, bem como os encargos resultantes do pagamento com atraso das obrigações não tributárias.
01 – VALE-TRANSPORTE	Despesas com serviço de contratação de vale-transporte pelo órgão/entidade para fornecimento ao pessoal prestador de serviço, exclusivamente no desempenho de suas atividades e aos beneficiários de políticas públicas. (Despesas com auxílio transporte para militares, servidores, estagiários ou empregados da Administração Pública direta e indireta deverão ser executadas no elemento de despesa 49).
02 – VALE-REFEIÇÃO	Despesa com serviço de contratação de vale-refeição pago a qualquer indivíduo, desde que não seja em decorrência de relação de trabalho. Ex.: vale-refeição distribuído para os participantes de um evento promovido pela entidade pública, servidores ou não, uma vez que seu pagamento não decorre da relação de trabalho. (As despesas com auxílio alimentação pagas aos militares, servidores, estagiários ou empregados da Administração Pública direta e indireta deverão ser executadas no elemento de despesa 46).
03 – FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	Despesas com refeições e lanches preparados por pessoa jurídica
04 – CONFECÇÃO EM GERAL	Despesas com serviços de confecção ou conservação de peças de vestuário, cama, mesa, banho, cortinas, materiais esportivos e outros, desde que o próprio órgão/entidade forneça o material.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
05 – TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DE ANIMAIS	Despesas com o transporte de animais, bem como despesas de acondicionamento, armazenagem e despacho.
06 – TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DE MATERIAIS	Despesas com o transporte de materiais, bem como despesas de acondicionamento, armazenagem, despacho e serviços prestados motoboy, quando realizado por pessoa jurídica.
07 – IMPRESSÃO E ENCADERNAÇÃO	Item bloqueado no SIAFI. Verifique item 39-31 – Locação de serviços gráficos.
08 – PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	Despesas com a publicação e divulgação de atos e documentos oficiais em jornais, revistas, faixas e outros meios de comunicação. Excluem-se deste item os serviços prestados pela Imprensa Oficial que são classificados em item próprio.
09 – PUBLICIDADE	Despesas com serviços de publicidade e propaganda, prestados por pessoa jurídica, incluindo a geração e a divulgação por meio dos veículos de comunicação que visem difundir ideias, conceitos, esclarecimentos culturais e científicos ou de defesa de interesses políticos, econômicos e sociais do Estado, bem como aquela destinada a promover a comercialização de produtos e serviços.
10 – PRÊMIOS DE SEGUROS	Prêmios pagos por seguros pessoais de qualquer natureza, inclusive para cobertura de danos causados a pessoas ou bens de terceiros. Prêmios de seguros de bens do Estado ou de terceiros.
11 – ASSINATURAS DE JORNAIS, REVISTAS E PERIÓDICOS	Despesas com aquisição de jornais, revistas, recortes de publicações, boletins e outros, incluindo assinaturas permanentes ou temporárias.
12 – TARIFA DE ENERGIA ELÉTRICA	Pagamento de tarifas e taxas relativas à utilização dos serviços de energia elétrica, bem como pagamento de despesas com serviços de instalação, reinstalação e ampliação das redes já existentes, realizadas por empresas de prestação de serviços de utilidade pública.
13 – TARIFA DE ÁGUA E ESGOTO	Pagamento de tarifas e taxas relativas à utilização dos serviços de água e esgoto, bem como o pagamento de despesas com serviços de instalação, reinstalação e ampliação das redes já existentes, realizadas por empresas de prestação de serviços de utilidade pública.
14 – SERVIÇO DE TELEFONIA	Pagamento de tarifas e taxas relativas à utilização dos serviços de telefonia.
15 – SERVIÇO POSTAL-TELEGRÁFICO	Pagamento de tarifas e taxas relativas à utilização de serviço postal-telegráfico.
16 – LOCAÇÃO DE TV POR ASSINATURA	Despesas com locação de TV por assinatura.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
17 – LOCAÇÃO DE VEÍCULOS	Despesas com aluguel de veículos para execução de trabalhos que não possam ser desempenhados através de veículos integrantes da frota do Governo.
18 – REPAROS DE VEÍCULOS	Despesas com reparos, recuperação e manutenção de veículos, podendo compreender materiais e peças empregadas se adquiridas pelo prestador de serviços e serviço de reboque.
19- LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	Despesas com aluguel ou arrendamento de máquinas e equipamentos.
20 – LOCAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	Despesas com contratos de aluguéis ou de concessão de bens imóveis incluindo os valores devidos a título de ressarcimento de tributos e outras despesas pagas pelo locatário diretamente ao locador, previstos em cláusula contratual.
21 – MANUTENÇÃO, ADAPTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Despesas com reparos, adaptação e conservação de equipamentos e material permanente, compreendendo peças utilizadas se adquiridas pelo prestador de serviços, exceto veículos.
22 – REPAROS DE BENS IMÓVEIS	Despesas com reparos, instalações, adaptação, recuperação e conservação de edificações, terrenos e outros bens de domínio público, ou de terceiros, alugados ou arrendados ao Estado, ou bens objeto de políticas públicas, desde que não se caracterize como obras, compreendendo materiais utilizados. (Ex.: pintura, reparos e reformas de imóveis em geral, reparos em instalações elétricas e hidráulicas , reparos, recuperações e adaptações de biombos, carpetes, divisórias e lambris, manutenção de elevadores, e afins).
23 – RECEPÇÕES, HOSPEDAGENS, HOMENAGENS E FESTIVIDADES	Despesas com recepção e hospedagem de personalidades ilustres em visita ao Estado, inclusive servidores públicos em missão especial, com solenidades cívicas, inaugurações e outras festividades, observadas as determinações da Lei n.º 9.122, de 30/12/85.
24 – CURSOS, EXPOSIÇÕES, CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS	Despesas com taxa de inscrição, material e similares, decorrentes da participação de servidores em exposições, congressos, seminários, simpósios e conferências, promovidos pelo Estado ou por terceiros. (As despesas com cursos de capacitação, de formação e pós-graduação estão contempladas no elemento 39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, itens 48 e 49)

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
25 – ENCARGOS JUDICIAIS	Despesas judiciais ocorridas durante o andamento processual, tais como custas processuais/taxas judiciais, mandado de citação, diligências de oficial de justiça e pagamento de honorários periciais requisitadas pelo órgão/entidade e outras despesas inerentes ao processo judicial. Para honorários periciais, nos moldes do §3º do art. 95 da Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015 utilizar os elementos itens 36/24 ou 39/82.
26 – ENCARGOS FINANCEIROS	Despesas com os serviços e operações de instituições financeiras, bem como as despesas com multas, juros de mora ou atualização monetária referentes a pagamento efetuado fora do prazo ou por descumprimento de obrigações acessórias, desde que não constituam encargos da dívida pública. Os encargos financeiros incidentes sobre o pagamento em atraso da obrigação patronal deverão ser apropriados no item 13.14 – Obrigação patronal – Encargos por pagamento em atraso – e os encargos decorrentes de obrigações tributárias deverão ser pagos no item 47-01 – Obrigações tributárias e contributivas.
27 – SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Despesas com prestação de serviços de processamento de dados, manutenção e desenvolvimento de sistemas de informação, hospedagem de sistemas de informação, seguro, aluguel de equipamentos, aquisição de programas prontos de computador, administração de rede local, contratação de central de serviços (<i>service desk</i>), segurança da informação, serviços de computação gráfica, certificação digital. Inclui-se a despesa com reparo, manutenção e recuperação de equipamentos. Excluem-se deste item os serviços prestados pela PRODEMGE, classificados em item próprio (39-36).
28 – SERVIÇOS DE SAÚDE EXECUTADOS COM RECURSOS DO SUS	Apropriação de despesas com recursos do Sistema Único de Saúde – SUS, repassados pelo Governo Federal diretamente à entidade credenciada.
29 – SERVIÇOS DE SAÚDE PRESTADOS POR PESSOA JURÍDICA	Despesas com diferentes tipos de serviços de saúde prestados por pessoa jurídica, tais como serviços médicos, laboratoriais, odontológicos, psicológicos, pedagógicos, fisioterápicos, etc.
30 – MULTAS DE TRÂNSITO	Despesas com o pagamento de multa aplicada a veículo oficial, de propriedade ou em posse do Poder Público, para regularizar sua documentação, em conformidade com o que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro; a Resolução nº. 57/2008 da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o Código de Aeronáutica.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
31 – LOCAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS	Despesas com prestação de serviços de artes gráficas, tais como serviços reprográficos, confecção de impressos em geral, encadernação de livros, jornais e revistas, impressão de boletins, encartes, folder e assemelhados e afins. Excluem-se deste item os serviços prestados pela Imprensa Oficial que são classificados em item próprio.
32 – LOCAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E ESPECIALIZADOS	Item bloqueado no SIAFI.
33 – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	Despesas com o pagamento de taxa de administração, conforme legislação específica.
34 – SEGURO DE AERONAVES	Despesas com o pagamento de seguro para aeronaves.
35 – REPARO, MANUTENÇÃO, E SERVIÇOS AEROPORTUÁRIOS PARA AERONAVES	Despesas com a prestação de serviços para manutenção de aeronaves, podendo compreender materiais e peças empregadas, se adquiridas pelo prestador de serviço, além de despesas com serviços aeroportuários e de atendimento de pista.
36 – SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EXECUTADOS PELA PRODEMGE	Despesas com o pagamento à PRODEMGE pela prestação de serviços de processamento de dados, incluindo manutenção e desenvolvimento de sistemas, seguro, aluguel de equipamentos, aquisição de programas prontos de computador, pagamento de mensalidade pelo acesso à internet, despesa com reparo, manutenção e recuperação de equipamentos.
37 – TAXA DE CONDOMÍNIO	Despesas com o pagamento de taxa de condomínio.
38 – SERVIÇOS DE IMPRESSÃO E ENCADERNAÇÃO EXECUTADOS PELA IMPRENSA OFICIAL	Despesas com a reprodução de documentos, encadernação de atos e documentos oficiais e outros executados pela Imprensa Oficial.
39 – SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO EXECUTADOS PELA IMPRENSA OFICIAL	Despesas com a publicação e divulgação de atos e documentos oficiais pela Imprensa Oficial.
40 – SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÃO	Despesas referentes à transmissão, emissão ou recepção de dados, conforme contratos firmados com pessoas jurídicas. Incluem-se neste item as despesas relativas à prestação de serviços de telefonia fixa, móvel rede corporativa, contratados mediante licitação. Inclui-se neste item a mensalidade paga aos provedores pelo acesso à Internet.
41 – ANUIDADES, CERTIFICADOS E REGISTROS	Despesas com o pagamento de anuidades referentes à filiação em entidade de classe, bem como pela obtenção de certificados e registros necessários ao desenvolvimento das atividades dos órgãos/entidades.
42 – SERVIÇOS GRÁFICOS DE SEGURANÇA	Despesas com prestação de serviços para confecção de impressos de segurança para documentos. Exemplo: carteira de habilitação, carteira de identidade, selos de segurança.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
43 – SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DE FROTA DE VEÍCULOS	Despesas com o gerenciamento de frota, considerando a manutenção preventiva e corretiva de veículos.
44 – SERVIÇO DE SEGURANÇA FAZENDÁRIA	Despesas com a prestação de serviços de planejamento, análise e pesquisa de documentos fazendários.
45 – SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS	Item Bloqueado no SIAFI (Despesas com serviços de transporte de passageiros deverão ser executadas no elemento de despesa 33).
46 - TERMO DE PARCERIA COM ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO - OSCIP	Despesas decorrentes da prestação de serviços por Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscip’s - conforme Termo de Parceria celebrado com entidade qualificada nos termos da Lei nº. 14.870, de 16 de dezembro de 2003.
47 - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DE CRÉDITO DE FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS	Despesas com taxa de administração de crédito devida pelo Fundo Estadual de Habitação ao seu agente financeiro, em decorrência dos financiamentos concedidos no âmbito da política habitacional estadual, conforme §1º do Art. 12 do Decreto nº44.245, de 22/02/2006 e inciso II do §1º do Art. 9º do Decreto nº44.168 de 06/12/2005.
48 - CURSOS DE FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO PARA SERVIDORES	Despesas com matrícula, mensalidade, material e demais despesas que possam ser legalmente realizadas pelo Estado, nos termos da regulamentação vigente, decorrentes da participação de servidores em cursos de formação, capacitação e pós-graduação (lato e strictu sensu).
49 – CURSOS DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA O CIDADÃO	Despesas com contratações de cursos, oficinas, seminários de formação e capacitação fornecidos pelo Estado abertos ao público ou para grupos determinados quando objeto de política pública específica. (Ex.: Cursos realizados com recursos do FAT)
50 – SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS	Despesas com serviços de contratação de agenciamento de viagens realizado nos termos dos incisos II e III art. 47 do Decreto 47.045, de 14/09/2016 (As despesas com serviço de agenciamento de passagens e as despesas com locomoção devem ser classificadas no elemento 33).
51 – SERVIÇO DE GERENCIAMENTO, SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS	Despesas decorrentes da contratação de serviços de gerenciamento, supervisão e fiscalização de obras.
52 – CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS	Despesas com a contratação de estagiários realizada por terceiros (instituições de ensino, pelo Centro de Integração Empresa- Escola – CIEE ou por outra entidade que possa ser interveniente na contratação).

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
53 – CURSOS DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO PROMOVIDOS PELO ESTADO	Despesas com a prestação de serviços de capacitação para servidores públicos, por meio de cursos fechados, contratados pelo Estado para a realização de cursos de formação, capacitação e pós-graduação (lato e strictu sensu), incluindo despesas com a prestação de serviços de organização, coordenação e execução de eventos de formação profissional ou de caráter técnico.
54 – CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA	Despesas decorrentes da prestação de serviços por meio das parcerias público-privadas conforme contrato celebrado nos termos da Lei nº. 14.868, de 16 de dezembro de 2003.
55 – EVENTOS DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	Despesas com contratação de empresa especializada na prestação de serviços de organização, coordenação e execução de eventos de natureza cívica, de ações institucionais, de promoção e de divulgação de programas, atos, fatos e serviços do Governo do Estado de Minas Gerais.
56 – SERVIÇOS DE PESQUISAS	Despesas com a contratação de pesquisas que visam subsidiar a elaboração, monitoramento e avaliação das políticas públicas.
57 – COMISSÃO PELA CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	Despesas com a comissão devida pelo Fundo Estadual de Habitação ao seu agente financeiro, em decorrência da construção de unidades habitacionais, conforme inciso I do § 1º do art. 9º do Decreto nº 44.168, de 06/12/2005.
58 - CONTRATAÇÃO DE PROJETOS EM PESQUISA DE CIÊNCIA, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA	Despesas relacionadas à contratação ou fomento de projetos de pesquisa no setor de ciência, tecnologia e inovação.
59 – SERVIÇOS SANITÁRIOS E TRATAMENTO DE RESÍDUOS	Despesas com coleta, incineração, tratamento, transporte e/ou seleção de lixo (reciclável, hospitalar, entre outros), resíduos sólidos e/ou efluentes químicos.
60 – SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO	Despesas com contratação de serviços de atendimento ao cidadão sob a forma de atendimento direto (pessoal) ou atendimento telefônico. (Ex.: serviços de call center e dos postos UAI).
61 – SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	Despesas com serviços de limpeza, lavanderia, higienização, conservação e asseio dos órgãos públicos. Este item deve ser utilizado apenas nos casos em que o contrato não especifique o quantitativo físico de pessoal a ser utilizado. Nos demais casos, deve ser utilizado o item 37-01 – Locação de serviços de conservação e limpeza ou o 37-03 – Locação de serviços de conservação e limpeza realizados pela MGS .

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
62 – SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA OSTENSIVA	Despesas com serviços de vigilância e segurança de repartições públicas, de autoridades. Este item deve ser utilizado apenas nos casos em que o contrato não especifique o quantitativo físico de pessoal a ser utilizado. Caso haja especificação, deve ser utilizado o item 37-02 – Locação de serviços de apoio administrativo . E caso seja MGS, deve ser utilizado item 37-04 – Locação de serviços de apoio administrativo realizados pela MGS .
63 – SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO E CADASTRAMENTO PARA EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	Despesas com serviços de levantamento e cadastramento para execução de políticas públicas, compreendendo, dentre outros, o cadastramento de beneficiários e/ou usufrutuários e/ou imóveis devolutos urbanos e rurais para programas de regularização fundiária.
64 – SERVIÇOS DE MAPEAMENTO E GEORREFERENCIAMENTO	Despesas com serviços de mapeamento e georreferenciamento em geral, tais como aerolevanteamento, produção de ortofotos, serviços de engenharia de fotogrametria, e outros geo-serviços, medição de terrenos, estudos, projetos e levantamentos topográficos.
65 – SERVIÇOS DE PRODUÇÃO E LOGÍSTICA DE MEDICAMENTOS	Despesas com serviços de produção, manipulação, compressão, revestimento, acondicionamento, embalagem e transporte de medicamentos ou matérias-primas, incluindo despesas com desembaraço aduaneiro.
66 – SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	Despesas com serviços de abastecimento e distribuição de água aos municípios por meio de caminhões pipa.
67 – ADMINISTRAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO ESTADO POR TERCEIROS	Despesas com serviços de administração de bens e direitos do Estado por terceiros, especialmente aquelas relacionadas à gestão dos ativos remanescentes do processo de privatização e extinção de bancos estaduais.
68 – SERVIÇOS DE IMPRENSA	Despesas com a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de produção e divulgação de material jornalístico, monitoramento de resultados, produção de textos e atendimento aos veículos jornalísticos.
69 – CONTRATOS DE ENERGIA ELÉTRICA	Pagamento de tarifas, taxas e prestação de serviços, objeto de contratos firmados com a Concessionária de serviços de energia elétrica.
70 – REDE IP MULTISSERVIÇOS	Despesas com o pagamento de serviços de dados, voz e vídeo, prestados aos órgãos, através do contrato da Rede IP – Internet Protocol.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
71 - SERVIÇOS TÉCNICOS DE IMPLANTAÇÃO, GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMAS DE VIGILÂNCIA DE OBSERVAÇÃO E DE CONTROLE DE VELOCIDADE	Despesas com serviços técnicos de implantação, gestão e administração de sistemas de vigilância e de controle de velocidade, inclusive do Sistema de Observação Eletrônica de Ingressos no Sistema Prisional, videomonitoramento, radares, entre outros.
72 - CONTRATOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO	Pagamento de tarifas e taxas relativas à utilização dos serviços de água e esgoto, bem como o pagamento de despesas com serviços de instalação, reinstalação e ampliação das redes já existentes, objeto de contratos firmados com a concessionária de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto.
73 - SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA OPERAÇÃO DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	Despesas com serviço de engenharia para monitoramento, operação e manutenção de bens públicos, tais como barragens, reservatórios, desde que não sejam caracterizados como obra (elemento 51) ou locação de mão-de-obra (elemento 37).
74 - SERVIÇO DE REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO	Despesas com a contratação de serviço para a realização de concurso público para a Administração Pública.
75 - SERVIÇO DE GERENCIAMENTO, SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS CONTRATADOS	Despesas com serviço de gerenciamento, supervisão, fiscalização e avaliação de serviços contratados, inclusive PPPs, exceto contratos relacionados a obras, que deverão ser classificados no item 39-51.
76 - SERVIÇO DE REMOÇÃO E TRANSPORTE DE CADÁVERES	Despesas com a prestação de serviços de remoção e transporte de cadáveres pelo Sistema de Defesa Social. Não se incluem nesse item despesa com auxílio-funeral, que deverá ser classificada no elemento-item 08-02, nem serviços funerários.
77 - PATROCÍNIO	Despesas decorrentes de ações de patrocínio da Administração Pública mediante apoio financeiro concedido a projetos de iniciativa de terceiros, com o objetivo de divulgar a atuação, fortalecer conceito, agregar valor à marca, incrementar vendas, gerar reconhecimento, estimular e induzir o desenvolvimento econômico-social ou estabelecer e ampliar relacionamento do patrocinador com seus públicos de interesse.
78 - SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	Despesas com a prestação de serviços de apoio administrativo, tais como secretariado, recepção, conservação e guarda de documentos públicos, dentre outros. Este item deve ser utilizado apenas nos casos em que o contrato não especificar o quantitativo físico de pessoal a ser utilizado. Nos demais casos, deve ser utilizado o item 37-02 - Locação de Serviços de Apoio Administrativo ou o 37-04 - Locação de Serviços de Apoio Administrativo realizados pela MGS.
80 - ADESÃO AO PARCELAMENTO DECORRENTE DE LEI ESPECÍFICA	Despesas decorrentes da adesão ao parcelamento de débitos tributários com a Fazenda Nacional em virtude de leis específicas, tais como a Lei Federal nº 11.941/2009, a Lei Federal nº 12.810/2013, entre outras.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
81 - SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PRÉVIOS	Despesas com a elaboração de estudos e projetos prévios com o objetivo de avaliar a viabilidade de obras, nos casos em que o estudo for realizado, sem vinculação direta com a execução de um determinado projeto ou obra.
82 – SERVIÇOS TÉCNICOS JUDICIAIS – HONORÁRIOS PERICIAIS – JUSTIÇA GRATUITA	Despesa com o pagamento de honorários periciais, quando o pagamento da perícia for de responsabilidade de beneficiário de gratuidade da justiça, nos termos da Resolução de nº127 do Conselho Nacional de Justiça e do §3º do art.95 da Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015.
83 – SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO OCUPACIONAL	Certificação ocupacional para ocupar cargos de direção no âmbito da administração pública.
84 - REMUNERAÇÃO PAGA PELO PODER EXECUTIVO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS REFERENTE AOS DEPÓSITOS JUDICIAIS – LEI 21.720/2015	Remuneração paga pelo Poder Executivo ao TJMG, no percentual de 0,3% do saldo atualizado apurado, na forma do art. 4º da Lei 21.720/2015 – valor total dos depósitos judiciais existentes na data da primeira transferência ao Poder Executivo com os depósitos posteriormente realizados, atualizada com base no índice acordado entre o TJMG e a instituição financeira custodiante, deduzidos os pagamentos e restituições realizadas.
85 – SERVIÇOS DE DESLOCAMENTO OU REMOÇÃO DE POSTES E REDE ELÉTRICA	Despesas decorrentes da prestação de serviços de deslocamento ou remoção de postes ou de redes elétricas, nos moldes da resolução normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e suas atualizações.
86 –DIREITOS AUTORAIS	Registra o valor das despesas com direitos autorais sobre obras científicas, literárias ou em que a divulgação seja de interesse do governo.
87 - SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO E FORNECIEMTO DE COMBUSTÍVEL	Despesas de gerenciamento e fornecimento de combustíveis através de Sistema Eletrônico de Controle de Abastecimento e cartão magnético em rede credenciada de abastecimento.
99 – OUTROS SERVIÇOS-PESSOA JURÍDICA	Serviços e encargos não classificáveis nos itens anteriores.
41 – CONTRIBUIÇÕES	Despesas orçamentárias às quais não corresponda contraprestação direta em bens e serviços e não seja reembolsável pelo recebedor, inclusive as destinadas a atender a despesas de manutenção de outras entidades de direito público ou privado, observado o disposto na legislação vigente.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
01 – CONTRIBUIÇÕES	Despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens e serviços e não seja reembolsável pelo recebedor, inclusive as destinadas a atender a despesas de manutenção de outras entidades de direito público ou privado, observado o disposto na legislação vigente.
02 – TRANSFERÊNCIAS AO FUNDHAB	Transferência de recursos da Assembleia para a assistência médica ambulatorial e hospitalar prestada aos servidores por meio do Fundhab, nos termos da Lei nº 14.646, de 2003.
03 – CONTRIBUIÇÕES AO IPLEMG	Recomposição da reserva técnica e do exigível atuarial do Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais – Iplemg –, nos termos do art. 52 da Lei nº 13.163, de 1999.
04 – CONTRIBUIÇÕES DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES - LC 141/201204 –	Repasse de recursos orçamentários do Fundo Estadual de Saúde a órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual nos termos da – Lei Complementar Federal 141/2012 e do Decreto Estadual 46.422/2014.
05 - CONTRIBUIÇÕES À FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PREVCOM-MG	Transferência de recursos à PREVCOM-MG oriundas das contribuições dos Patrocinadores, observados o disposto na Lei Complementar nº 132, de 07 de janeiro de 2014, no Decreto 46.525, de 03 de junho de 2014 e no Estatuto Social da Fundação de Previdência Complementar do Estado de Minas Gerais – PREVCOM-MG.
06 - TRANSFERÊNCIAS PARA FINANCIAMENTO DO TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL	Transferência direta de recursos financeiros aos municípios que realizam o transporte escolar dos alunos da rede estadual de ensino residentes em zona rural, nos termos de regulamento.
42 – AUXÍLIOS	Despesas orçamentárias destinadas a atender a despesas de investimentos ou inversões financeiras de outras esferas de governo ou de entidades privadas sem fins lucrativos, observado, respectivamente, o disposto nos arts. 25 e 26 da Lei Complementar nº. 101, de 2000.
01 – AUXÍLIOS	Despesas destinadas a atender a despesas de investimentos ou inversões financeiras de outras esferas de governo ou de entidades privadas sem fins lucrativos, observado, respectivamente, o disposto nos arts. 25 e 26 da Lei Complementar nº. 101, de 2000.
43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	Despesas orçamentárias para cobertura de despesas de instituições privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa, de acordo com os artigos 16, parágrafo único, e 17 da Lei no 4.320/1964, observado o disposto no art. 26 da LRF.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
01 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	Despesas orçamentárias para cobertura de despesas de instituições privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa, de acordo com os artigos 16, parágrafo único, e 17 da Lei no 4.320/1964, observado o disposto no art. 26 da LRF.
45 - SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	Despesas orçamentárias com o pagamento de subvenções econômicas, a qualquer título, autorizadas em leis específicas, tais como: ajuda financeira a entidades privadas com fins lucrativos; concessão de bonificações a produtores, distribuidores e vendedores; cobertura, direta ou indireta, de parcela de encargos de empréstimos e financiamentos e dos custos de aquisição, de produção, de escoamento, de distribuição, de venda e de manutenção de bens, produtos e serviços em geral; e, ainda, outras operações com características semelhantes.
01 - SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	Despesas com o pagamento de subvenções econômicas, a qualquer título, autorizadas em leis específicas, tais como: ajuda financeira a entidades privadas com fins lucrativos; concessão de bonificações a produtores, distribuidores e vendedores; cobertura, direta ou indireta, de parcela de encargos de empréstimos e financiamentos e dos custos de aquisição, de produção, de escoamento, de distribuição, de venda e de manutenção de bens, produtos e serviços em geral; e, ainda, outras operações com características semelhantes.
46 -AUXÍLIO – ALIMENTAÇÃO	Despesas orçamentárias com auxílio-alimentação pago em forma de pecúnia, de bilhete ou de cartão magnético diretamente aos militares, servidores, estagiários ou empregados da Administração Pública direta e indireta.
01 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO - PECÚNIA	Despesas com auxílio-alimentação pago em forma de pecúnia diretamente aos militares, servidores ou empregados da Administração Pública direta e indireta.
02 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO – BILHETE OU CARTÃO MAGNÉTICO	Despesas com auxílio-alimentação pago em forma de bilhete ou de cartão magnético diretamente aos militares, servidores ou empregados da Administração Pública direta e indireta.
47 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	Despesas orçamentárias decorrentes do pagamento de tributos e contribuições sociais e econômicas (Imposto de Renda, ICMS, IPVA, IPTU, Taxa de Limpeza Pública, COFINS, PIS/PASEP, etc.), exceto as incidentes sobre a folha de salários, classificadas como obrigações patronais, bem como os encargos resultantes do pagamento com atraso das obrigações de que trata este elemento de despesa.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
01 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	Despesas decorrentes do pagamento de tributos e contribuições sociais e econômicas (Imposto de Renda, ICMS, IPVA, IPTU, Taxa de Limpeza Pública, COFINS, PIS/PASEP, etc.), exceto as incidentes sobre a folha de salários, classificadas como obrigações patronais, bem como os encargos resultantes do pagamento com atraso das obrigações de que trata este elemento de despesa.
48 – OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	Despesas orçamentárias com a concessão de auxílio financeiro diretamente a pessoas físicas, sob as mais diversas modalidades, tais como ajuda ou apoio financeiro e subsídio ou complementação na aquisição de bens, não classificados explícita ou implicitamente em outros elementos de despesa, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000.
01 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	Despesas com a concessão de auxílio financeiro diretamente a pessoas físicas, sob as mais diversas modalidades, tais como ajuda ou apoio financeiro e subsídio ou complementação na aquisição de bens, não classificados explícita ou implicitamente em outros elementos de despesa, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000.
02 - AUXÍLIO FINANCEIRO – PROGRAMA POUPANÇA JOVEM	Despesas com a concessão de auxílio financeiro a estudantes beneficiados pelo Programa Poupança Jovem, instituído em atendimento aos princípios e às diretrizes previstas nos arts. 222 e 223 da Constituição do Estado.
03 – AUXÍLIO PARA PROFISSIONAIS DE PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO	Despesas com a concessão de auxílio financeiro a profissionais que atuam em programas de capacitação e formação.
49 - AUXÍLIO – TRANSPORTE	Despesas orçamentárias com auxílio-transporte pago em forma de pecúnia, de bilhete ou de cartão magnético diretamente aos militares, servidores, estagiários ou empregados da Administração Pública direta e indireta, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, ou trabalho-trabalho nos casos de acumulação lícita de cargos ou empregos.
01 - AUXÍLIO – TRANSPORTE - PECÚNIA	Despesas com auxílio-transporte pago em forma de pecúnia, diretamente aos servidores, militares, ou empregados da Administração Pública direta e indireta, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, ou trabalho-trabalho nos casos de acumulação lícita de cargos ou empregos. Benefício concedido ao servidor que ganha até 3 salários mínimos, de acordo com a legislação em vigor.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
02 – AUXÍLIO- TRANSPORTE – PODER LEGISLATIVO	Despesas com auxílio-transporte pago em pecúnia de acordo com a legislação em vigor, diretamente aos militares, servidores ou empregados da Administração Pública direta e indireta do Poder Legislativo, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, ou trabalho-trabalho nos casos de acumulação lícita de cargos ou empregos.
03- DESPESA DE TRANSPORTE DEVIDA A SERVIDORES DOS PODERES DO ESTADO	Despesas com auxílio-transporte pago em pecúnia diretamente aos servidores e membros dos Poderes do Estado, conforme legislação específica de cada Poder.
04 - AUXÍLIO – TRANSPORTE – BILHETE OU CARTÃO MAGNÉTICO	Despesas com auxílio-transporte pago em forma de bilhete ou cartão magnético, diretamente aos servidores, militares, ou empregados da Administração Pública direta e indireta, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, ou trabalho-trabalho nos casos de acumulação lícita de cargos ou empregos.
05 - AUXÍLIO – TRANSPORTE PAGO A ESTAGIÁRIOS – PECÚNIA	Despesas com auxílio-transporte pago em forma de pecúnia, diretamente aos estagiários da Administração Pública direta e indireta, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, ou trabalho-trabalho nos casos de acumulação lícita de cargos ou empregos.
06 – AUXÍLIO TRANSPORTE AOS ESTAGIÁRIOS – BILHETE OU CARTÃO MAGNÉTICO	Despesas com auxílio-transporte pago em forma de bilhete ou cartão magnético, diretamente aos estagiários da Administração Pública direta e indireta, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, ou trabalho-trabalho nos casos de acumulação lícita de cargos ou empregos.
51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	Despesas orçamentárias com estudos e projetos; início, prosseguimento e conclusão de obras; pagamento de pessoal temporário não pertencente ao quadro da entidade e necessário à realização das mesmas; pagamento de obras contratadas; instalações que sejam incorporáveis ou inerentes ao imóvel, tais como: elevadores, aparelhagem para ar condicionado central, etc.
01 – ESTUDOS E PROJETOS DE BENS PATRIMONIÁVEIS	Despesas com estudos e projetos específicos, necessários à realização de obras em bens patrimoniáveis.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
02 - EXECUÇÃO DIRETA DE OBRAS DE BENS PATRIMONIÁVEIS	Execução da obra propriamente dita, diretamente pelo órgão ou entidade, inclusive com pagamento de pessoal temporário não pertencente ao quadro de funcionários, necessário à execução da obra em bens patrimoniáveis.
03 - EXECUÇÃO DE OBRAS POR CONTRATO DE BENS PATRIMONIÁVEIS	Despesas com o pagamento de empreiteiras contratadas para execução de obras em bens patrimoniáveis, inclusive previsão de reajustamento.
04 - INSTALAÇÕES PARA OBRAS EM ANDAMENTO	Instalações incorporáveis ou inerentes a imóveis em fase de construção , tais como elevadores, aparelhagem para ar condicionado central, incineradores, comportadores de lixo, escadas e rampas rolantes, porteiros eletrônicos e outros.
05 - DESAPROPRIAÇÃO PARA BENS PATRIMONIÁVEIS	(Item bloqueado no SIAFI. Sua classificação deverá ser realizada no elemento 61 - <i>Aquisições de Imóveis</i> , item 06 - <i>Imóveis Necessários à Realização de Obras de Bens Patrimoniáveis</i>).
06 - ESTUDOS E PROJETOS DE BENS NÃO PATRIMONIÁVEIS	Despesas com estudos e projetos específicos, necessários à realização de obras em bens não patrimoniáveis.
07 - EXECUÇÃO DE OBRAS POR CONTRATO DE BENS NÃO PATRIMONIÁVEIS	Despesas com o pagamento de empreiteiras contratadas para execução de obras em bens não patrimoniáveis, inclusive previsão de reajustamento.
08 - DESAPROPRIAÇÃO PARA BENS NÃO PATRIMONIÁVEIS	(Item bloqueado no SIAFI. Sua classificação deverá ser realizada no elemento 61 - <i>Aquisições de Imóveis</i> , item 07 - <i>Imóveis Necessários à Realização de Obras de Bens Não-Patrimoniáveis</i>).
09 - EXECUÇÃO DIRETA DE OBRAS DE BENS NÃO PATRIMONIÁVEIS	Execução da obra propriamente dita, diretamente pelo órgão ou entidade, inclusive com pagamento de pessoal temporário não pertencente ao quadro de funcionários, necessário à execução da obra em bens não patrimoniáveis.
10 - MATERIAL PARA OBRAS - BENS PATRIMONIÁVEIS	Despesas com aquisição de materiais a serem incorporados em obras de bens patrimoniáveis
11 - CONTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	Despesas com a construção de unidades habitacionais por meio do programa estadual de habitação.
12 - MATERIAL PARA OBRAS - BENS NÃO PATRIMONIÁVEIS	Despesas com aquisição de materiais a serem incorporados em obras bens não-patrimoniáveis.
13 - INSTALAÇÕES PARA INCORPORAÇÃO A BENS IMÓVEIS	Instalações incorporáveis ou inerentes a imóveis já em utilização ou adquiridos pela administração pública, tais como elevadores, aparelhagem para ar condicionado central, incineradores, comportadores de lixo, escadas e rampas rolantes, porteiros eletrônicos e outros.
14 - EXECUÇÃO DE OBRAS POR EMPRESAS CONTROLADAS	Despesas com execução de obras, bem como a elaboração dos estudos e projetos prévios, em parceria com empresas controladas pelo Estado.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Despesas orçamentárias com aquisição de aeronaves; aparelhos de medição; aparelhos e equipamentos de comunicação; aparelhos, equipamentos e utensílios médico, odontológico, laboratorial e hospitalar; aparelhos e equipamentos para esporte e diversões; aparelhos e utensílios domésticos; armamentos; coleções e materiais bibliográficos; embarcações, equipamentos de manobra e patrulhamento; equipamentos de proteção, segurança, socorro e sobrevivência; instrumentos musicais e artísticos; máquinas, aparelhos e equipamentos de uso industrial; máquinas, aparelhos e equipamentos gráficos e equipamentos diversos; máquinas, aparelhos e utensílios de escritório; máquinas, ferramentas e utensílios de oficina; máquinas, tratores e equipamentos agrícolas, rodoviários e de movimentação de carga; mobiliário em geral; obras de arte e peças para museu; semoventes; veículos diversos; veículos ferroviários; veículos rodoviários; outros materiais permanentes.
01 - AERONAVES E COMPONENTES ESTRUTURAIS	Aviões, helicópteros e componentes estruturais de aeronaves ou outros acessórios que tenham a característica de material permanente.
02 - ANIMAIS DE TRABALHO, PRODUÇÃO E / OU REPRODUÇÃO	Animais utilizados em montaria, tração, reprodução e outros. Excluem-se os animais para abate considerados material de consumo.
03 - ARMAMENTO E EQUIPAMENTO DE USO POLICIAL	Armamentos em geral e equipamentos de manobra, proteção, segurança, desde que considerados material permanente, e outros que tenham emprego em suporte às atividades policiais.
04 - MÁQUINAS, APARELHOS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DE USO INDUSTRIAL	Materiais e equipamentos de uso industrial.
05 - EMBARCAÇÕES, PONTÕES, DIQUES, FLUTUANTES E COMPONENTES ESTRUTURAIS	Embarcações (lancha, barco, canoa e outros), pontões, diques, inclusive aquisição de componentes estruturais ou outros acessórios que tenham a característica de material permanente.
06 - EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO E TELEFONIA	Equipamentos ou aparelhos para telecomunicações, tais como: telex, fax, rádio comunicação, telefonia (centrais telefônicas, KS celulares, etc.). Excluem-se deste item os aparelhos de telefones simples considerados como material de consumo.
07 - EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	Equipamentos de informática e acessórios ou componentes que sejam caracterizados como material permanente (microcomputador, impressora, scanner, nobreak, estabilizador e hub).
08 - EQUIPAMENTOS DE SOM, VÍDEO, FOTOGRÁFICO E CINEMATOGRAFICO	Aparelhos, utensílios e equipamentos em geral para cine, vídeo, foto e som, caracterizados como material permanente. Ex.: microfone, sistema de som, mesa de som, TV, etc.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
09 - EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS E DE LABORATÓRIO	Aparelhos, equipamentos, utensílios médico-odontológico e de laboratório em geral.
10 - FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTOS PARA OFICINA, MEDIÇÃO E INSPEÇÃO	Ferramentas, equipamentos e instrumentos para oficina, medição e inspeção e análise e pesquisa de solos e recursos hídricos.
11 - INSTRUMENTOS DE LABORATÓRIO, MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS	Instrumentos de laboratório, médicos e odontológicos.
12 - MÁQUINAS, APARELHOS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DE USO ADMINISTRATIVO	Máquinas, aparelhos, utensílios e equipamentos em geral, adquiridos para uso administrativo e caracterizados como material permanente.
13 - MATERIAL ESPORTIVO E RECREATIVO	Aparelhos e equipamentos para atividades esportivas e recreativas. Ex.: cama elástica, balizas e bastões para ginástica, discos, pesos e dardos para arremesso, barras, etc.
14 - MOBILIÁRIO	Mobiliário em geral para escritório, hospitais e outras repartições, confeccionados em madeira, em aço, em ferro, etc.
15 - OBJETOS DE ARTE E ANTIGÜIDADES	Objetos de arte, peças para museu e acervo histórico.
16 - TRATORES, SIMILARES E IMPLEMENTOS	Tratores para terraplanagem, escavação e outras atividades e seus respectivos implementos.
17 - VEÍCULOS	Veículos e componentes estruturais de veículos ou outros acessórios que tenham característica de material permanente.
18 - COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	Coleções e materiais bibliográficos em geral destinados a acervo de bibliotecas. Exclui-se deste item material bibliográfico para bibliotecas públicas , considerados como material de consumo e classificados no elemento 30 – <i>Material de Consumo</i> , item 36 - <i>Material Bibliográfico para Bibliotecas Públicas</i> , conforme Lei Federal n.º 10.753/03. Exclui-se também deste item o livro de uso constante do servidor público, classificado no elemento 30, item 31 – <i>Livros Técnicos</i> .
19 - INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	Instrumentos musicais e artísticos.
20 - EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA	Sistema eletrônico e equipamentos para segurança e vigilância.
21 - MATERIAL DIDÁTICO	Material didático utilizado em atividades educativas, pedagógicas, tais como: torso, esqueleto humano, simuladores, planetários, etc.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
22 - ESTRUTURAS E COMPONENTES	Estruturas prontas ou pré-fabricadas como galpões, tendas, barracas e similares que se caracterizem como material permanente, bem como componentes relacionados, como estruturas de sustentação e coberturas.
99 - OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	Materiais permanentes não classificáveis nos itens anteriores.
53 - APOSENTADORIAS DO RGPS - ÁREA RURAL	Despesas orçamentárias com pagamento de aposentadorias dos segurados do plano de benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, relativos à área rural.
01 - APOSENTADORIAS DO RGPS - ÁREA RURAL	Despesas com pagamento de aposentadorias dos segurados do plano de benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, relativos à área rural.
54 - APOSENTADORIAS DO RGPS - ÁREA URBANA	Despesas orçamentárias com pagamento de aposentadorias dos segurados do plano de benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, relativos à área urbana.
01 - APOSENTADORIAS DO RGPS - ÁREA URBANA	Despesas com pagamento de aposentadorias dos segurados do plano de benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, relativos à área urbana.
55 - PENSÕES DO RGPS - ÁREA RURAL	Despesas orçamentárias com pagamento de pensionistas do plano de benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, inclusive decorrentes de sentenças judiciais, todas relativas à área rural.
01 - PENSÕES DO RGPS - ÁREA RURAL	Despesas com pagamento de pensionistas do plano de benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, inclusive decorrentes de sentenças judiciais, todas relativas à área rural.
56 - PENSÕES DO RGPS - ÁREA URBANA	Despesas orçamentárias com pagamento de pensionistas do plano de benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, inclusive decorrentes de sentenças judiciais, todas relativas à área urbana.
01 - PENSÕES DO RGPS - ÁREA URBANA	Despesas com pagamento de pensionistas do plano de benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, inclusive decorrentes de sentenças judiciais, todas relativas à área urbana.
57 - OUTROS BENEFÍCIOS DO RGPS - ÁREA RURAL	Despesas orçamentárias com benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS relativas à área rural, exclusive aposentadoria e pensões.
01 - OUTROS BENEFÍCIOS DO RGPS - ÁREA RURAL	Despesas com pagamento de pensionistas do plano de benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, inclusive decorrentes de sentenças judiciais, todas relativas à área urbana.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
58 - OUTROS BENEFÍCIOS DO RGPS - ÁREA URBANA	Despesas orçamentárias com benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS relativas à área urbana, exclusive aposentadoria e pensões.
01 - OUTROS BENEFÍCIOS DO RGPS - ÁREA URBANA	Despesas com benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS relativas à área urbana, exclusive aposentadoria e pensões.
59 - PENSÕES ESPECIAIS	Despesas orçamentárias com pagamento de pensões especiais, inclusive as de caráter indenizatório, concedidas por legislação específica, não vinculadas a cargos públicos.
01 – PENSÃO ACIDENTÁRIA – LEI N.º 9.683/88 E LEI DELEGADA Nº 037/89	Despesas com pensões concedidas à viúva e dependentes de servidor e militar falecido em consequência de acidente no desempenho de suas funções.
02 – PENSÃO ESPECIAL-LEI Nº 552/49	Despesas com pensões concedidas à viúva e dependentes de servidor falecido não contribuinte do IPSEMG.
03 – PENSÃO ESPECÍFICA DOS INSTITUTOS DE PREVIDÊNCIA	Despesas com o pagamento de pensões à viúva e dependentes de servidor, parlamentar e militar falecido que contribuiu para o Sistema Previdenciário do Estado.
04 – PENSÃO DECORRENTE DE SENTENÇA JUDICIAL - SERVIDOR	Despesas com pensões concedidas pela administração pública ao servidor, por força de sentença judicial.
05 – PENSÃO DECORRENTE DE SENTENÇA JUDICIAL - TERCEIROS	Despesas com pensões concedidas pela administração pública a terceiros, por força de sentença judicial.
06 – SUBSÍDIO PENSÃO ESPECIAL DA EDUCAÇÃO	Despesa com pagamento de subsídio de pensões da Secretaria de Educação, conforme legislação específica.
07 – PENSÃO ESPECIAL PARA AGENTES POLÍTICOS, SERVIDORES PÚBLICOS E ESTATAIS	Despesa com pensões especiais concedidas a agentes políticos, servidores públicos e estatais.
08 – PENSÕES DECORRENTES DA LEI Nº 21.527/2014	Despesas com pensões concedidas aos assistidos e pensionistas do liquidado Plano de Previdência Complementar Minas Caixa RP-2, nos termos da Lei nº 21.527/2014.
61 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Despesas orçamentárias com aquisição de imóveis considerados necessários à realização de obras ou para sua pronta utilização.
01 – TERRENOS	Aquisição e desapropriação de terrenos para pronta utilização.
02 – SALAS E ESCRITÓRIOS	Aquisição e desapropriação de salas e escritórios para pronta utilização.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
03 - FAZENDAS	Aquisição e desapropriação de fazendas para pronta utilização.
04 - EDIFÍCIOS	Aquisição e desapropriação de edifícios para pronta utilização.
05 - IMÓVEIS PARA FINS DE TRANSFERÊNCIA A TERCEIROS	Aquisição e desapropriação de imóveis para fins de transferência a terceiros (cessão ou doação), nos termos da legislação vigente.
06 - IMÓVEIS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DE OBRAS DE BENS PATRIMONIAVEIS	Aquisição e desapropriação de bens imóveis necessários à realização de obras de bens patrimoniáveis.
07 - IMÓVEIS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DE OBRAS DE BENS NÃO-PATRIMONIAVEIS	Aquisição e desapropriação de bens imóveis necessários à realização de obras de bens não-patrimoniáveis.
99 - OUTROS BENS IMÓVEIS	Item bloqueado no SIAFI.
62 - AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA	Despesas orçamentárias com aquisição de bens destinados à venda futura.
01 - AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA	Despesas com aquisição de bens destinados à venda futura.
63 - AQUISIÇÃO DE TÍTULOS DE CRÉDITO	Despesas orçamentárias com aquisição de títulos de crédito não representativos de quotas de capital de empresas.
01 - AQUISIÇÃO DE TÍTULOS DE CRÉDITO	Despesas com aquisição de títulos de crédito não representativos de quotas de capital de empresas.
64 - AQUISIÇÃO DE TÍTULOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL JÁ INTEGRALIZADO	Despesas orçamentárias com aquisição de ações ou quotas de qualquer tipo de sociedade, desde que tais títulos não representem constituição ou aumento de capital.
01 - AQUISIÇÃO DE TÍTULOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL JÁ INTEGRALIZADO	Despesas com aquisição de ações ou quotas de qualquer tipo de sociedade, desde que tais títulos não representem constituição ou aumento de capital.
65 - CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	Despesas orçamentárias com a constituição ou aumento de capital de empresas industriais, agrícolas, comerciais ou financeiras, mediante subscrição de ações representativas do seu capital social.
01 - CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	Despesas com a constituição ou aumento de capital de empresas industriais, agrícolas, comerciais ou financeiras, mediante subscrição de ações representativas do seu capital social.
66 - CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	Despesas orçamentárias com a concessão de qualquer empréstimo ou financiamento, inclusive bolsas de estudo reembolsáveis.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
01 – CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	Concessão de qualquer empréstimo ou financiamento, inclusive bolsas de estudo reembolsáveis.
02 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO	Concessão de empréstimo ou financiamento pelos Fundos Estaduais de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais.
03 – CONCESSÃO DE FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS	Concessão de financiamentos para produção, aquisição e reforma de moradias.
67 - DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS	Despesas orçamentárias relativas a depósitos compulsórios exigidos por legislação específica, ou determinados por decisão judicial.
01 - DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS	Depósitos compulsórios exigidos por legislação específica, ou determinados por decisão judicial.
70 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	Despesas orçamentárias relativas ao rateio das despesas decorrentes da participação do ente Federativo em Consórcio Público instituído nos termos da Lei no 11.107, de 6 de abril de 2005.
01 – RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	Despesa relativa ao rateio das despesas decorrentes da participação do ente Federativo em Consórcio Público instituído nos termos da Lei no 11.107, de 6 de abril de 2005.
71 - PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	Despesas orçamentárias com a amortização efetiva do principal da dívida pública contratual, interna e externa.
01 – PRINCIPAL DA DÍVIDA INTERNA POR CONTRATOS	Despesas decorrentes de pagamento de principal e da atualização monetária ou cambial referente a operações de crédito por contratos, contraídas no País.
02 – PRINCIPAL DA DÍVIDA EXTERNA POR CONTRATOS	Despesas decorrentes de pagamento de principal e da atualização cambial referentes a operações de crédito contratadas no exterior.
03 – PRINCIPAL DA DÍVIDA COM OS INSTITUTOS DE PREVIDÊNCIA	Despesas decorrentes do pagamento de principal da dívida por determinação legal ou nos casos em que não se adequar aos demais itens deste elemento. (Ex.: Dívida com o IPSEMG e o IPSM)
04 – PRINCIPAL DO PARCELAMENTO DA DÍVIDA REFERENTE AO INSS	Despesas decorrentes do pagamento de principal da dívida do Estado de Minas Gerais com a Receita Federal do Brasil, em função do parcelamento instituído por Lei Específica, tal como a Lei Federal nº. 11.941/2009.
05 – PRINCIPAL DO PARCELAMENTO DA DÍVIDA COM OS INSTITUTOS DE PREVIDÊNCIA	Item bloqueado no SIAFI.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
06 - PRINCIPAL DE OUTRAS DÍVIDAS RENEGOCIADAS	Despesas decorrentes do pagamento de principal da dívida não classificáveis nos demais itens desse elemento.
07 - PRINCIPAL DO PARCELAMENTO DA DÍVIDA REFERENTE AO PASEP	Despesas decorrentes do pagamento de principal da dívida do Estado de Minas Gerais referentes ao parcelamento do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP – conforme Lei Federal 12.810/2013.
72 - PRINCIPAL DA DÍVIDA MOBILIÁRIA RESGATADO	Despesas orçamentárias com a amortização efetiva do valor nominal do título da dívida pública mobiliária, interna e externa.
01 – PRINCIPAL DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA	Despesas com a amortização efetiva do valor nominal do título da dívida pública mobiliária interna.
02 – PRINCIPAL DA DÍVIDA MOBILIÁRIA EXTERNA	Despesas com a amortização efetiva do valor nominal do título da dívida pública mobiliária externa.
73 - CORREÇÃO MONETÁRIA OU CAMBIAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADA	Despesas orçamentárias decorrentes da atualização do valor do principal da dívida contratual, interna e externa, efetivamente amortizado.
01 – CORREÇÃO MONETÁRIA OU CAMBIAL DA DÍVIDA INTERNA	Despesas decorrentes de pagamento de principal e da atualização monetária ou cambial referente a operações de crédito por contratos, contraídas no País.
02 – CORREÇÃO MONETÁRIA OU CAMBIAL DA DÍVIDA EXTERNA POR CONTRATOS	Despesas decorrentes de pagamento de principal e da atualização cambial referentes a operações de crédito contratadas no exterior.
74 - CORREÇÃO MONETÁRIA OU CAMBIAL DA DÍVIDA MOBILIÁRIA RESGATADA	Despesas orçamentárias decorrentes da atualização do valor nominal do título da dívida pública mobiliária, efetivamente amortizado.
01 – CORREÇÃO MONETÁRIA OU CAMBIAL DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA	Despesas decorrentes da atualização do valor nominal do título da dívida pública mobiliária interna, efetivamente amortizado.
02 – CORREÇÃO MONETÁRIA OU CAMBIAL DA DÍVIDA MOBILIÁRIA EXTERNA	Despesas decorrentes da atualização do valor nominal do título da dívida pública mobiliária externa, efetivamente amortizado.
75 - CORREÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	Despesas orçamentárias com Correção Monetária da Dívida decorrente de operação de crédito por antecipação de receita.
01 - CORREÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA	Correção Monetária da Dívida decorrente de operação de crédito por antecipação de receita.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
76 - PRINCIPAL CORRIGIDO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA REFINANCIADO	Despesas orçamentárias com o refinanciamento do principal da dívida pública mobiliária, interna e externa, inclusive correção monetária ou cambial, com recursos provenientes da emissão de novos títulos da dívida pública mobiliária.
01 – PRINCIPAL DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA	Despesas com o refinanciamento do principal da dívida pública mobiliária interna, inclusive correção monetária ou cambial, com recursos provenientes da emissão de novos títulos da dívida pública mobiliária.
02 – PRINCIPAL DA DÍVIDA MOBILIÁRIA EXTERNA	Despesas com o refinanciamento do principal da dívida pública mobiliária externa, inclusive correção monetária ou cambial, com recursos provenientes da emissão de novos títulos da dívida pública mobiliária.
77 - PRINCIPAL CORRIGIDO DA DÍVIDA CONTRATUAL REFINANCIADO	Despesas orçamentárias com o refinanciamento do principal da dívida pública contratual, interna e externa, inclusive correção monetária ou cambial, com recursos provenientes da emissão de títulos da dívida pública mobiliária.
01 - PRINCIPAL CORRIGIDO DA DÍVIDA CONTRATUAL REFINANCIADO	Despesas com o refinanciamento do principal da dívida pública contratual, interna e externa, inclusive correção monetária ou cambial, com recursos provenientes da emissão de títulos da dívida pública mobiliária.
81 – DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS	Despesas orçamentárias decorrentes da transferência a outras esferas de governo de receitas tributárias, de contribuições e de outras receitas vinculadas, prevista na Constituição ou em leis específicas, cuja competência de arrecadação é do órgão transferidor.
01 – DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS	Item bloqueado no SIAFI.
02 – COTA PARTE DO IPVA	Despesas decorrentes da transferência aos municípios da cota parte do IPVA.
03 – COTA PARTE DO ICMS	Despesas decorrentes da transferência aos municípios da cota parte do ICMS.
04 – COTA PARTE DO IPI	Despesas decorrentes da transferência aos municípios da cota parte do IPI.
05 – COTA PARTE DA CIDE	Despesas decorrentes da transferência aos municípios da cota parte da CIDE.
99 – OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	Despesas decorrentes da transferência a outras esferas de governo de receitas tributárias, de contribuições e de outras receitas vinculadas, prevista na Constituição ou em leis específicas, cuja competência de arrecadação é do órgão transferidor, não classificadas em itens de despesa específicos.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
<p>82 - APOORTE DE RECURSOS PELO PARCEIRO PÚBLICO EM FAVOR DO PARCEIRO PRIVADO DECORRENTE DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - PPP</p> <p>01 – APOORTE DE RECURSOS PELO PARCEIRO PÚBLICO EM FAVOR DO PARCEIRO PRIVADO DECORRENTE DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - PPP</p>	<p>Despesas relativas ao aporte de recursos pelo parceiro público em favor do parceiro privado, conforme previsão constante do contrato de Parceria Público-Privada - PPP, destinado à realização de obras e aquisição de bens reversíveis, nos termos do § 2o do art. 6o e do § 2o do art. 7o, ambos da Lei no 11.079, de 30 de dezembro de 2004.</p> <p>Despesas relativas ao aporte de recursos pelo parceiro público em favor do parceiro privado, conforme previsão constante do contrato de Parceria Público-Privada - PPP, destinado à realização de obras e aquisição de bens reversíveis, nos termos do § 2o do art. 6o e do § 2o do art. 7o, ambos da Lei no 11.079, de 30 de dezembro de 2004.</p>
<p>83 - DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - PPP, EXCETO SUBVENÇÕES ECONÔMICAS, APOORTE E FUNDO GARANTIDOR</p> <p>01 – DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - PPP, EXCETO SUBVENÇÕES ECONÔMICAS, APOORTE E FUNDO GARANTIDOR</p>	<p>Despesas orçamentárias com o pagamento, pelo parceiro público, do parcelamento dos investimentos realizados pelo parceiro privado com a realização de obras e aquisição de bens reversíveis, incorporados no patrimônio do parceiro público até o início da operação do objeto da Parceria Público-Privada - PPP, bem como de outras despesas que não caracterizem subvenção (elemento 45), aporte de recursos do parceiro público ao parceiro privado (elemento 82) ou participação em fundo garantidor de PPP (elemento 84).</p> <p>Despesas orçamentárias com o pagamento, pelo parceiro público, do parcelamento dos investimentos realizados pelo parceiro privado com a realização de obras e aquisição de bens reversíveis, incorporados no patrimônio do parceiro público até o início da operação do objeto da Parceria Público-Privada - PPP, bem como de outras despesas que não caracterizem subvenção (elemento 45), aporte de recursos do parceiro público ao parceiro privado (elemento 82) ou participação em fundo garantidor de PPP (elemento 84).</p>
<p>84 - DESPESAS DECORRENTES DA PARTICIPAÇÃO EM FUNDOS, ORGANISMOS, OU ENTIDADES ASSEMBLHADAS, NACIONAIS E INTERNACIONAIS</p> <p>01 – DESPESAS DECORRENTES DA PARTICIPAÇÃO EM FUNDOS, ORGANISMOS, OU ENTIDADES ASSEMBLHADAS, NACIONAIS E INTERNACIONAIS</p>	<p>Despesas orçamentárias relativas à participação em fundos, organismos, ou entidades assemblhadas, Nacionais e Internacionais, inclusive as decorrentes de integralização de cotas.</p> <p>Despesas orçamentárias relativas à participação em fundos, organismos, ou entidades assemblhadas, Nacionais e Internacionais, inclusive as decorrentes de integralização de cotas.</p>

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
91 – SENTENÇAS JUDICIAIS	<p>Despesas orçamentárias resultantes de:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) pagamento de precatórios, em cumprimento ao disposto no art. 100 e seus parágrafos da Constituição, e no art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT; b) cumprimento de sentenças judiciais, transitadas em julgado, de empresas públicas e sociedades de economia mista, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; c) cumprimento de sentenças judiciais, transitadas em julgado, de pequeno valor, na forma definida em lei, nos termos do § 3o do art. 100 da Constituição; d) cumprimento de decisões judiciais, proferidas em Mandados de Segurança e Medidas Cautelares; e e) cumprimento de outras decisões judiciais.
01 – SENTENÇAS JUDICIAIS	Bloqueado no SIAF.
02 – PRECATÓRIOS - PESSOAL	Despesas resultantes de pagamento de precatórios decorrentes de ações transitadas em julgado a favor de servidores públicos, em cumprimento ao disposto no artigo 100 e seus parágrafos da Constituição da República, e no artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.
03 - OUTRAS SENTENÇAS JUDICIAIS	Despesas com o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado, de empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social; sentenças judiciais, transitadas em julgado, de pequeno valor, na forma definida na Lei nº 14.699, de 6 agosto de 2003, nos termos do § 3º do artigo 100 da Constituição da República e do artigo 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; decisões judiciais, proferidas em mandados de segurança e medidas cautelares, referentes a vantagens pecuniárias concedidas e ainda nas incorporadas em caráter definitivo às remunerações dos beneficiários. Não inclui os processos convertidos em precatórios, que são classificados em item próprio.
04 – CONTRIBUIÇÃO PATRONAL INCIDENTE SOBRE SENTENÇAS JUDICIAIS	(Item bloqueado no SIAFI por ter sido desmembrado nos elementos/itens 91-05 e 91-06)
05 – CONTRIBUIÇÃO PATRONAL INCIDENTE SOBRE PRECATÓRIOS	Bloqueado no SIAFI por ter sido substituído pelo elemento/item 13-09.
06 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL INCIDENTE SOBRE OUTRAS SENTENÇAS JUDICIAIS	Bloqueado no SIAFI por ter sido substituído pelo elemento/item 13-10.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
07 - PRECATÓRIOS - OUTROS	Despesas resultantes de pagamento de precatórios decorrentes de ações transitadas em julgado a favor de terceiros, em cumprimento ao disposto no artigo 100 e seus parágrafos da Constituição da República, e no artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.
08 – OUTRAS DECISÕES JUDICIAIS	Despesa decorrente do cumprimento de determinação judicial em ações ainda não transitadas em julgado.
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	Despesas orçamentárias em cumprimento do art. 37 da Lei no 4.320, de 1964, que dispõe: "Art. 37. As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, poderão ser pagas à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elemento, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica".
01 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES – PESSOAL	Despesas de exercícios anteriores de pessoal.
02 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES – OUTRAS DESPESAS	Despesas de exercícios anteriores de outras despesas correntes ou de capital
93 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Despesas orçamentárias com indenizações, exclusive as trabalhistas, e restituições, devidas por órgãos e entidades a qualquer título, inclusive devolução de receitas quando não for possível efetuar essa devolução mediante a compensação com a receita correspondente, bem como outras despesas de natureza indenizatória não classificadas em elementos de despesas específicos.
01 - AJUDA DE CUSTO	Vantagem devida ao servidor, a título de indenização das despesas de viagem e de nova instalação, incluídas despesas com transporte de mudanças (conforme legislação específica), quando passar a ter exercício em nova sede ou quando designado para serviço ou estudo fora do Estado, bem como ajuda de custo anual devida a Deputados Estaduais.
02- AJUDA DE CUSTO ESPECIAL	Devida ao Governador e Vice-Governador, segundo legislação específica.
03 - PERDAS DECORRENTES DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	Despesas referentes a perdas decorrentes de aplicações de recursos no mercado financeiro.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
04 – DESPESAS REFERENTES A RESSARCIMENTO PREVISTO NO PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO DO ESTADO DE MINA GERAIS	Despesas referentes à ressarcimento previsto no Programa Primeiro Emprego do Estado de Minas Gerais, em conformidade com a Lei nº. 14.697, de 30 de julho de 2003.
05 – DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATOS DE CONCESSÃO OU PERMISSÃO	Despesas com o pagamento de indenizações e restituições, devidas à concessionária, decorrentes de contratos de concessão ou permissão onde o Poder Público figure como concedente.
06 – RESTITUIÇÃO DE RECURSOS DE CONVÊNIO E DE CONTRAPARTIDA	<p>Despesas referentes à devolução ao concedente de recursos de convênios e de contrapartida, não aplicados na forma disposta no instrumento jurídico firmado entre as partes.</p> <p>(A restituição por Despesa Orçamentária somente ocorrerá quando vinculada a exercício encerrado e não ocorreu a reclassificação de receita orçamentária para recursos de convênios a restituir. As receitas arrecadadas no exercício corrente devem ser devolvidas por meio de anulação de receitas e classificação em Recursos de Convênios a Restituir).</p>
07 – RESSARCIMENTO REFERENTE A PESSOAL REQUISITADO DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL	<p>Ressarcimento de despesa de pessoal requisitado pertencente à própria Administração Pública Estadual. Incluem-se neste item as despesas com pessoal requisitado de Outro Poder da Administração Estadual, bem como das empresas estatais dependentes. Não se incluem neste item as despesas referentes a servidores pertencentes a outra esfera de governo ou a empresas estatais não-dependentes que são classificadas no elemento 96 item 01. As despesas de ressarcimento de pessoal requisitado deverão ser empenhadas sempre no grupo de despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais.</p>
08 – DESPESAS DE CARÁTER INDENIZATÓRIO RELATIVAS AO MANDADO PARLAMENTAR	<p>Despesas indenizatórias realizadas em razão de atividade inerente ao exercício do mandato parlamentar, tais como: aluguel de imóvel destinado à instalação de escritório de representação político-parlamentar bem como as despesas para sua manutenção; aquisição de material de consumo, combustível, manutenção geral e locação de veículos utilizados no exercício da atividade parlamentar; despesas de divulgação da atividade parlamentar; contratação de serviços de consultoria; hospedagem, alimentação, passagens, promoção de eventos e outras despesas de custeio da atividade parlamentar. As despesas referem-se ao disposto nos artigos 3º e 4º da Resolução nº 5.459, de 2 de janeiro de 2014.</p>
09 – PRÊMIO DE PRODUTIVIDADE	Despesas com o pagamento do Prêmio de Produtividade dos servidores civis e militares, nos termos da Lei Estadual nº 17.600/08, constituindo este pagamento isolado, eventual, contingencial e de natureza híbrida (compensatória e premial).

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
10 – RESTITUÇÃO DE RECEITA – EXERCÍCIO ANTERIOR	Despesas referentes à devolução de receitas de exercícios anteriores quando não for possível efetuar essa devolução mediante a compensação com a receita.
11 – COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Despesas com a compensação financeira entre os regimes previdenciários, nas hipóteses de contagem recíproca de tempos de contribuição, conforme disposição do art. 201, §9º da CF e legislação específica.
12 – INDENIZAÇÃO POR UTILIZAÇÃO DE BENS DE TERCEIROS	Despesas com reparos de bens de terceiros, em virtude da utilização dos mesmos pela administração pública, realizada diretamente pelo proprietário, conforme legislação em vigor.
13 – REEMBOLSO DE DESPESAS MÉDICO-HOSPITALARES	Reembolso de despesas médico-hospitalares ou odontológicas realizadas por segurados do IPISM e unidades do sistema operacional de saúde, em casos emergenciais, conforme legislação em vigor.
14 – INDENIZAÇÕES DETERMINADAS POR DECISÕES JUDICIAIS	Despesas com o pagamento de indenizações e determinadas por decisões judiciais, incluindo aquelas decorrentes de responsabilidade solidária da Administração Pública, conforme legislação em vigor, excluída as sentenças judiciais – precatórios (Elemento 91 – 02 - Sentenças Judiciais - Precatório).
15 – INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE RESCISÃO UNILATERAL	Despesas decorrentes da rescisão unilateral de contratos em virtude do interesse da Administração Pública.
16 – INDENIZAÇÕES DETERMINADAS POR LEI ESPECÍFICA	Despesas com o pagamento de indenizações determinadas por força de lei específica.
17 – INDENIZAÇÃO DECORRENTE DO EXERCÍCIO DO CARGO DE CONSELHEIRO-PRESIDENTE E PROCURADOR-GERAL JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS	Despesa indenizatória devida ao Conselheiro no exercício da presidência do Tribunal de Contas e ao Procurador Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, de acordo com legislação em vigor (Lei Complementar nº 102/2008, arts. 14 e 31, § 1º).
18 – AUXÍLIO-MORADIA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO RELATIVO AO MANDADO PARLAMENTAR	Despesas indenizatórias com auxílio-moradia realizadas em razão de atividade inerente ao exercício do mandato parlamentar, nos termos dos artigos 2º e 4º da Resolução nº 5.459, de 2 de janeiro de 2014.
19 – INDENIZAÇÕES DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO DE LEITOS DE INSTITUIÇÕES DE SAÚDE PRIVADAS	Despesas excepcionais com o pagamento de indenizações oriundas do atendimento médico hospitalar emergencial e urgente, após a análise da necessidade clínica, realizado por instituições de saúde privadas nos casos de insuficiência do SUS.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
20 – GRATIFICAÇÃO MENSAL PELO EXERCÍCIO DE COORDENAÇÃO DE PROMOTORIA E PROCURADORIA DE JUSTIÇA	Item Bloqueado no SIAFI.
21 – GRATIFICAÇÃO MENSAL PELO EXERCÍCIO EM TURMA RECURSAL	Item Bloqueado no SIAFI.
22 – INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE AUXÍLIO AO APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL	Item Bloqueado no SIAFI.
23 – INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE AUXÍLIO-SAÚDE	Despesas indenizatórias decorrentes de auxílio-saúde, conforme critérios estabelecidos na Resolução nº05/2015 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Resolução nº 782/2014 do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na Resolução nº 148/2014 do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, na Resolução da Procuradoria Geral de Justiça nº 109/2014 e nos termos do art. 114, XII, da Lei Complementar estadual nº 59/2001 e do art. 119, XX da Lei Complementar estadual nº 34/1994.
24 – AUXÍLIO-MORADIA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO	Despesas indenizatórias com auxílio-moradia, devido a magistrados e aos membros do Ministério Público Estadual, realizadas conforme critérios da Resolução do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais nº 777/2014, da Resolução da Procuradoria Geral de Justiça nº 86/2014 e nos termos do art. 114, VII, da Lei Complementar estadual nº 59/2001, do art. 119, II, da Lei Complementar estadual nº 34/1994 e do art. 65, II, da Lei Complementar Federal nº 35/1979.
25 – AUXÍLIO-MORADIA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO DEVIDO PELO TCE	Despesas indenizatórias com auxílio-moradia realizadas a favor dos Conselheiros, dos Conselheiros Substitutos e dos Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, nos termos da Resolução nº 20/2014 do TCEMG e das Leis Complementares Estaduais nº 34/1994, nº 59/2001 e nº 61/2001.
26 - RESTITUIÇÃO REFERENTE À TAXA DE INSCRIÇÃO, MATERIAL E SIMILARES	Reembolso de despesas a servidores, aprovadas pelo ordenador de despesa e conforme legislação em vigor, referente taxa de inscrição, material e similares para participação em cursos, exposições, congressos, seminários, simpósios e conferências, promovidos por terceiros e na impossibilidade do pagamento direto ao patrocinador.
27 - INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE DEVIDA AO OFICIAL DE JUSTIÇA	Despesa indenizatória de transporte devida ao Oficial de Justiça a título de ressarcimento de despesa realizada com locomoção, para fazer citação, intimação e cumprir diligência, conforme previsto no art. 22 do Provimento Conjunto do Tribunal de Justiça de Minas de nº15/2010 e suas atualizações.
99 - OUTRAS INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Outras despesas não classificadas nos itens acima.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
94 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	Despesas orçamentárias resultantes do pagamento efetuado a servidores públicos civis e empregados de entidades integrantes da administração pública, inclusive férias e aviso prévio indenizados, multas e contribuições incidentes sobre os depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, etc., em função da perda da condição de servidor ou empregado, podendo ser em decorrência da participação em programa de desligamento voluntário, bem como a restituição de valores descontados indevidamente, quando não for possível efetuar essa restituição mediante compensação com a receita correspondente.
01 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	Despesas resultantes do pagamento efetuado a servidores públicos civis e empregados de entidades integrantes da administração pública, inclusive férias e aviso prévio indenizados, multas e contribuições incidentes sobre os depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, etc., em função da perda da condição de servidor ou empregado, podendo ser em decorrência da participação em programa de desligamento voluntário, bem como a restituição de valores descontados indevidamente, quando não for possível efetuar essa restituição mediante compensação com a receita correspondente.
95 - INDENIZAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CAMPO	Despesas orçamentárias com indenizações devidas aos servidores que se afastarem de seu local de trabalho, sem direito à percepção de diárias, para execução de trabalhos de campo, tais como os de campanha de combate e controle de endemias; marcação, inspeção e manutenção de marcos decisórios; topografia, pesquisa, saneamento básico, inspeção e fiscalização de fronteiras internacionais.
01 – INDENIZAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CAMPO	Despesas com indenizações devidas aos servidores que se afastarem de seu local de trabalho, sem direito à percepção de diárias, para execução de trabalhos de campo, tais como os de campanha de combate e controle de endemias; marcação, inspeção e manutenção de marcos decisórios; topografia, pesquisa, saneamento básico, inspeção e fiscalização de fronteiras internacionais.
96 – RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	Despesas orçamentárias com ressarcimento das despesas realizadas pelo órgão ou entidade de origem quando o servidor pertencer a outras esferas de governo ou a empresas estatais não-dependentes e optar pela remuneração do cargo efetivo, nos termos das normas vigentes.
01 – RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	Ressarcimento das despesas realizadas pelo órgão ou entidade de origem quando o servidor pertencer a outras esferas de governo ou a empresas estatais não-dependentes e optar pela remuneração do cargo efetivo, nos termos das normas vigentes. As despesas realizadas neste item devem ser classificadas no grupo de despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais .

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
97 - APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	Despesas orçamentárias com aportes periódicos destinados à cobertura do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, conforme plano de amortização estabelecido em lei do respectivo ente Federativo, exceto as decorrentes de alíquota de contribuição suplementar.
01 - APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	Despesas com aportes periódicos destinados à cobertura do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, conforme plano de amortização estabelecido em lei do respectivo ente Federativo, exceto as decorrentes de alíquota de contribuição suplementar.
98 - COMPENSAÇÕES AO RGPS	Despesas orçamentárias com compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social em virtude de desonerações, como a prevista no inciso IV do art. 9º da Lei no 12.546, de 14 de dezembro de 2011, que estabelece a necessidade de a União compensar o valor correspondente à estimativa de renúncia previdenciária decorrente dessa Lei.
01 - COMPENSAÇÕES AO RGPS	Despesas com compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social em virtude de desonerações, como a prevista no inciso IV do art. 9º da Lei no 12.546, de 14 de dezembro de 2011, que estabelece a necessidade de a União compensar o valor correspondente à estimativa de renúncia previdenciária decorrente dessa Lei.
99 - A CLASSIFICAR	Elemento transitório que deverá ser utilizado enquanto se aguarda a classificação em elemento específico, vedada a sua utilização na execução orçamentária.

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA*

Código	Descrição
3 0 00 00	DESPESAS CORRENTES
3 1 00 00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
3 1 90 01	APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS
3 1 90 03	PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR
3 1 90 04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
3 1 90 05	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR
3 1 90 08	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR
3 1 90 11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
3 1 90 12	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR
3 1 90 13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
3 1 90 16	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL
3 1 90 17	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR
3 1 90 34	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO
3 1 90 53	APOSENTADORIAS DO RGPS - ÁREA RURAL
3 1 90 54	APOSENTADORIAS DO RGPS - ÁREA URBANA
3 1 90 55	PENSÕES DO RGPS - ÁREA RURAL
3 1 90 56	PENSÕES DO RGPS - ÁREA URBANA
3 1 90 57	OUTROS BENEFÍCIOS DO RGPS - ÁREA RURAL
3 1 90 58	OUTROS BENEFÍCIOS DO RGPS - ÁREA URBANA
3 1 90 59	PENSÕES ESPECIAIS
3 1 90 67	DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS
3 1 90 91	SENTENÇAS JUDICIAIS
3 1 90 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
3 1 90 93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
3 1 90 94	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS
3 1 90 96	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO
3 1 91 13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
3 1 91 91	SENTENÇAS JUDICIAIS
3 1 91 93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
3 1 99 96	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO
3 1 99 99	EMENDAS PARLAMENTARES
3 2 00 00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA
3 2 90 21	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO
3 2 90 22	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO
3 2 90 23	JUROS, DESÁGIOS E DESCONTOS DA DÍVIDA MOBILIÁRIA
3 2 90 24	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA MOBILIÁRIA
3 2 90 25	ENCARGOS SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA
3 2 90 91	SENTENÇAS JUDICIAIS
3 2 90 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
3 2 91 21	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO
3 3 00 00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3 3 20 41	CONTRIBUIÇÕES
3 3 20 42	AUXÍLIOS
3 3 20 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
3 3 20 93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
3 3 40 41	CONTRIBUIÇÕES
3 3 40 81	DISTRIBUIÇÃO DE RECEITAS

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA*

Código	Descrição
3 3 40 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
3 3 40 93	INDENIZACOES E RESTITUICOES
3 3 41 41	CONTRIBUICOES
3 3 41 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
3 3 50 30	MATERIAL DE CONSUMO
3 3 50 36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
3 3 50 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
3 3 50 41	CONTRIBUIÇÕES
3 3 50 42	AUXÍLIOS
3 3 50 43	SUBVENÇÕES SOCIAIS
3 3 50 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
3 3 50 93	INDENIZACOES E RESTITUICOES
3 3 60 35	SERVIÇOS DE CONSULTORIA
3 3 60 39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
3 3 60 41	CONTRIBUIÇÕES
3 3 70 35	SERVICOS DE CONSULTORIA-ORGANISMO INTERNACIONAL
3 3 70 41	CONTRIBUIÇÕES
3 3 70 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
3 3 70 93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
3 3 71 30	MATERIAL DE CONSUMO
3 3 71 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
3 3 71 41	CONTRIBUIÇÕES
3 3 71 43	SUBVENCOES SOCIAIS
3 3 80 41	CONTRIBUIÇÕES
3 3 90 01	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES
3 3 90 03	PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR
3 3 90 05	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS
3 3 90 06	BENEFÍCIO MENSAL AO DEFICIENTE E AO IDOSO
3 3 90 07	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA
3 3 90 08	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS
3 3 90 10	OUTROS BENEFÍCIOS DE NATUREZA SOCIAL
3 3 90 13	OBRIGACOES PATRONAIS
3 3 90 14	DIÁRIAS - CIVIL
3 3 90 15	DIÁRIAS - MILITAR
3 3 90 18	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES
3 3 90 19	AUXÍLIO-FARDAMENTO
3 3 90 20	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES
3 3 90 27	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES
3 3 90 28	REMUNERAÇÃO DE COTAS DE FUNDOS AUTÁRQUICOS
3 3 90 29	DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADO DE EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES
3 3 90 30	MATERIAL DE CONSUMO
3 3 90 31	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS
3 3 90 32	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
3 3 90 33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
3 3 90 35	SERVIÇOS DE CONSULTORIA
3 3 90 36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
3 3 90 37	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
3 3 90 38	ARRENDAMENTO MERCANTIL
3 3 90 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
3 3 90 41	CONTRIBUIÇÕES
3 3 90 45	EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS E TAXAS
3 3 90 46	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA*

Código	Descrição
3 3 90 47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS
3 3 90 48	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS
3 3 90 49	AUXÍLIO-TRANSPORTE
3 3 90 59	PENSÕES ESPECIAIS
3 3 90 67	DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS
3 3 90 91	SENTENÇAS JUDICIAIS
3 3 90 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
3 3 90 93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
3 3 90 95	INDENIZAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CAMPO
3 3 90 99	A CLASSIFICAR
3 3 91 13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
3 3 91 30	MATERIAL DE CONSUMO
3 3 91 35	SERVIÇOS DE CONSULTORIA
3 3 91 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
3 3 91 41	CONTRIBUIÇÕES
3 3 91 47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS
3 3 91 91	SENTENÇAS JUDICIAIS
3 3 91 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
3 3 91 93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
3 3 91 97	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS
3 3 99 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
3 3 99 99	EMENDAS PARLAMENTARES
4 0 00 00	DESPESAS DE CAPITAL
4 4 00 00	INVESTIMENTOS
4 4 20 42	AUXÍLIOS
4 4 20 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
4 4 40 41	CONTRIBUIÇÕES
4 4 40 42	AUXÍLIOS
4 4 40 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
4 4 41 42	AUXÍLIOS
4 4 50 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
4 4 50 41	CONTRIBUIÇÕES
4 4 50 42	AUXÍLIOS
4 4 50 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
4 4 70 41	CONTRIBUIÇÕES
4 4 70 42	AUXÍLIOS
4 4 70 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
4 4 71 42	AUXÍLIOS
4 4 90 20	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES
4 4 90 30	MATERIAL DE CONSUMO
4 4 90 35	SERVIÇOS DE CONSULTORIA
4 4 90 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
4 4 90 41	CONTRIBUIÇÕES
4 4 90 47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS
4 4 90 51	OBRAS E INSTALAÇÕES
4 4 90 52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
4 4 90 61	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS
4 4 90 91	SENTENÇAS JUDICIAIS
4 4 90 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
4 4 90 93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA*

Código	Descrição
4 4 90 99	A CLASSIFICAR
4 4 91 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
4 4 91 41	CONTRIBUIÇÕES
4 4 91 47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS
4 4 99 99	EMENDAS PARLAMENTARES
4 5 00 00	INVERSÕES FINANCEIRAS
4 5 20 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
4 5 40 41	CONTRIBUIÇÕES
4 5 40 42	AUXÍLIOS
4 5 40 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
4 5 41 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
4 5 50 42	AUXÍLIOS
4 5 50 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
4 5 90 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
4 5 90 41	CONTRIBUICOES
4 5 90 48	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS
4 5 90 51	OBRAS E INSTALACOES
4 5 90 61	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS
4 5 90 62	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA
4 5 90 63	AQUISIÇÃO DE TÍTULOS DE CRÉDITO
4 5 90 64	AQUISIÇÃO DE TÍTULOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL JÁ INTEGRALIZADO
4 5 90 65	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS
4 5 90 66	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
4 5 90 67	DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS
4 5 90 91	SENTENÇAS JUDICIAIS
4 5 90 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
4 5 91 41	CONTRIBUIÇÕES
4 5 99 99	EMENDAS PARLAMENTARES
4 6 00 00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
4 6 50 42	AUXÍLIOS
4 6 90 71	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO
4 6 90 72	PRINCIPAL DA DÍVIDA MOBILIÁRIA RESGATADO
4 6 90 73	CORREÇÃO MONETÁRIA OU CAMBIAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADA
4 6 90 74	CORREÇÃO MONETÁRIA OU CAMBIAL DA DÍVIDA MOBILIÁRIA RESGATADA
4 6 90 76	PRINCIPAL CORRIGIDO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA REFINANCIADO
4 6 90 77	PRINCIPAL CORRIGIDO DA DÍVIDA CONTRATUAL REFINANCIADO
4 6 90 91	SENTENÇAS JUDICIAIS
4 6 90 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
4 6 90 93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
4 6 91 71	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO
9 9 00 01	RESERVA PROVISÓRIA
9 9 99 99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA

*Informações extraídas do Sistema Orçamentário - SISO, levando-se em consideração as naturezas de despesa ativas, até a data do presente documento.

MODALIDADES DE APLICAÇÃO

CÓDIGO	INTERPRETAÇÃO
20 Transferências à União	Despesas realizadas pelos Estados, Municípios ou pelo Distrito Federal, mediante transferência de recursos financeiros à União, inclusive para suas entidades da administração indireta.
22 Execução Orçamentária Delegada à União	Despesas realizadas mediante transferência de recursos financeiros, decorrentes de delegação ou descentralização à União para execução de ações de responsabilidade exclusiva do delegante.
30 Transferências a Estados e ao Distrito Federal	Despesas realizadas mediante transferência de recursos financeiros da União ou dos Municípios aos Estados e ao Distrito Federal, inclusive para suas entidades da administração indireta.
31 Transferências a Estados e ao Distrito Federal – Fundo a Fundo	Despesas realizadas mediante transferência de recursos de recursos financeiros da União ou dos Municípios aos Estados e ao Distrito Federal por intermédio da modalidade fundo a fundo.
32 Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal	Despesas realizadas mediante transferência de recursos financeiros, decorrentes de delegação ou descentralização a Estados e ao Distrito Federal para execução de ações de responsabilidade exclusiva do delegante.
35 Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012.	Despesas realizadas mediante transferência de recursos financeiros da União ou dos Municípios aos Estados e ao Distrito Federal por intermédio da modalidade fundo a fundo, à conta de recursos referentes aos restos a pagar considerados para fins da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde e posteriormente cancelados ou prescritos, de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012.
36 Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012.	Despesas realizadas mediante transferência de recursos financeiros da União ou dos Municípios aos Estados e ao Distrito Federal por intermédio da modalidade fundo a fundo, à conta de recursos referentes à diferença da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde que deixou de ser aplicada em exercícios anteriores, de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012.
40 Transferências a Municípios	Despesas realizadas mediante transferência de recursos financeiros da União ou dos Estados aos Municípios, inclusive para suas entidades da administração indireta.
41 Transferências a Municípios – Fundo a Fundo	Despesas realizadas mediante transferência de recursos financeiros da União, dos Estados ou do Distrito Federal aos Municípios por intermédio da modalidade fundo a fundo.
42 Execução Orçamentária Delegada a Municípios	Despesas realizadas mediante transferência de recursos financeiros, decorrentes de delegação ou descentralização a Municípios para execução de ações de responsabilidade exclusiva do delegante.
45 Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012.	Despesas realizadas mediante transferência de recursos financeiros da União, dos Estados ou do Distrito Federal aos Municípios por intermédio da modalidade fundo a fundo, à conta de recursos referentes aos restos a pagar considerados para fins da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde e posteriormente cancelados ou prescritos, de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012.

<p align="center">46</p> <p>Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012.</p>	<p>Despesas realizadas mediante transferência de recursos financeiros da União, dos Estados ou do Distrito Federal aos Municípios por intermédio da modalidade fundo a fundo, à conta de recursos referentes à diferença da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde que deixou de ser aplicada em exercícios anteriores de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012.</p>
<p align="center">50</p> <p>Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos</p>	<p>Despesas realizadas mediante transferência de recursos financeiros a entidades sem fins lucrativos que não tenham vínculo com a administração pública.</p>
<p align="center">60</p> <p>Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos</p>	<p>Despesas realizadas mediante transferência de recursos financeiros a entidades com fins lucrativos que não tenham vínculo com a administração pública.</p>
<p align="center">67</p> <p>Execução de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP</p>	<p>Despesas do Parceiro Público decorrentes de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP, nos termos da Lei no 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e da Lei no 12.766, de 27 de dezembro de 2012.</p>
<p align="center">70</p> <p>Transferências a Instituições Multigovernamentais</p>	<p>Despesas realizadas mediante transferência de recursos financeiros a entidades criadas e mantidas por dois ou mais entes da Federação ou por dois ou mais países, inclusive o Brasil, exclusive as transferências relativas à modalidade de aplicação 71 (Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio).</p>
<p align="center">71</p> <p>Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio</p>	<p>Despesas realizadas mediante transferência de recursos financeiros a entidades criadas sob a forma de consórcios públicos nos termos da Lei no 11.107, de 6 de abril de 2005, mediante contrato de rateio, objetivando a execução dos programas e ações dos respectivos entes consorciados, observado o disposto no § 1º do art. 11 da Portaria STN no 72, de 2012.</p>
<p align="center">72</p> <p>Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos</p>	<p>Despesas realizadas mediante transferência de recursos financeiros, decorrentes de delegação ou descentralização a consórcios públicos para execução de ações de responsabilidade exclusiva do delegante.</p>
<p align="center">73</p> <p>Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012.</p>	<p>Despesas realizadas mediante transferência de recursos financeiros a entidades criadas sob a forma de consórcios públicos nos termos da Lei no 11.107, de 6 de abril de 2005, por meio de contrato de rateio, à conta de recursos referentes aos restos a pagar considerados para fins da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde e posteriormente cancelados ou prescritos, de que tratam §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº141, de 13 de janeiro de 2012, observado o disposto no § 1º do art. 11 da Portaria STN no 72, de 1º de fevereiro de 2012.</p>
<p align="center">74</p> <p>Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012.</p>	<p>Despesas realizadas mediante transferência de recursos financeiros a entidades criadas sob a forma de consórcios públicos nos termos da Lei no 11.107, de 6 de abril de 2005, por meio de contrato de rateio, à conta de recursos referentes à diferença da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde que deixou de ser aplicada em exercícios anteriores, de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012, observado o disposto no § 1º do art. 11 da Portaria STN no 72, de 2012.</p>

<p align="center">75</p> <p>Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012.</p>	<p>Despesas realizadas mediante transferência de recursos financeiros a entidades criadas e mantidas por dois ou mais entes da Federação ou por dois ou mais países, inclusive o Brasil, exclusive as transferências relativas à modalidade de aplicação 73 (Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012), à conta de recursos referentes aos restos a pagar considerados para fins da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde e posteriormente cancelados ou prescritos, de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012.</p>
<p align="center">76</p> <p>Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012.</p>	<p>Despesas realizadas mediante transferência de recursos financeiros a entidades criadas e mantidas por dois ou mais entes da Federação ou por dois ou mais países, inclusive o Brasil, exclusive as transferências relativas à modalidade de aplicação 74 (Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012), à conta de recursos referentes à diferença da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde que deixou de ser aplicada em exercícios anteriores, de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012.</p>
<p align="center">80</p> <p>Transferências ao Exterior</p>	<p>Despesas realizadas mediante transferência de recursos financeiros a órgãos e entidades governamentais pertencentes a outros países, a organismos internacionais e a fundos constituídos por diversos países, inclusive aqueles que tenham sede ou recebam os recursos no Brasil.</p>
<p align="center">90</p> <p>Aplicações Diretas</p>	<p>Aplicação direta, pela unidade orçamentária, dos créditos a ela alocados ou oriundos de descentralização de outras entidades integrantes ou não dos Orçamentos Fiscal ou da Seguridade Social, no âmbito da mesma esfera de governo.</p>
<p align="center">91</p> <p>Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal</p>	<p>Despesas de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes do orçamento fiscal decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços, pagamento de impostos, taxas e contribuições, além de outras operações, quando o receptor dos recursos também for órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade integrante constante desse orçamento, no âmbito da mesma esfera de Governo.</p>
<p align="center">93</p> <p>Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal com Consórcio Público do qual o Ente Participe.</p>	<p>Despesas de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes do orçamento fiscal decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços, além de outras operações, exceto no caso de transferências, delegações ou descentralizações, quando o receptor dos recursos for consórcio público do qual o ente da Federação participe, nos termos da Lei no 11.107, de 6 de abril de 2005.</p>
<p align="center">94</p> <p>Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal com Consórcio Público do qual o Ente Não Participe.</p>	<p>Despesas de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes do orçamento fiscal decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços, além de outras operações, exceto no caso de transferências, delegações ou descentralizações, quando o receptor dos recursos for consórcio público do qual o ente da Federação não participe, nos termos da Lei no 11.107, de 6 de abril de 2005.</p>

<p style="text-align: center;">95 Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012.</p>	<p>Aplicação direta, pela unidade orçamentária, dos créditos a ela alocados ou oriundos de descentralização de outras entidades integrantes ou não dos Orçamentos Fiscal ou da Seguridade Social, no âmbito da mesma esfera de Governo, à conta de recursos referentes aos restos a pagar considerados para fins da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde e posteriormente cancelados ou prescritos, de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012.</p>
<p style="text-align: center;">96 Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012.</p>	<p>Aplicação direta, pela unidade orçamentária, dos créditos a ela alocados ou oriundos de descentralização de outras entidades integrantes ou não dos Orçamentos Fiscal ou da Seguridade Social, no âmbito da mesma esfera de Governo, à conta de recursos referentes à diferença da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde que deixou de ser aplicada em exercícios anteriores, de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012.</p>
<p style="text-align: center;">99 A Definir</p>	<p>Modalidade de utilização exclusiva do Poder Legislativo, vedada a execução orçamentária enquanto não houver sua definição, podendo ser utilizada para classificação orçamentária da Reserva de Contingência, nos termos do parágrafo único do art. 8º desta Portaria.</p>

CATEGORIAS ECONÔMICAS

CÓDIGO	INTERPRETAÇÃO
3 - Despesas Correntes	Classificam-se nesta categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.
4 - Despesas de Capital	Classificam-se nesta categoria aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

GRUPOS DE DESPESA

CÓDIGO	INTERPRETAÇÃO
1 - Pessoal e Encargos Sociais	Despesas com pessoal ativo, inativo e pensionistas, relativas a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, conforme estabelece o caput do art. 18 da Lei Complementar 101, de 2000.
2 - Juros e Encargos da Dívida	Despesas com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas, bem como da dívida pública mobiliária.
3 - Outras Despesas Correntes	Despesas com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.
4 - Investimentos	Despesas com softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.
5 - Inversões Financeiras	Despesas com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas.
6 - Amortização da Dívida	Despesas com o pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

FONTES DE RECURSO

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
RECURSOS ORDINÁRIOS	
10 – Recursos Ordinários	Recursos do Tesouro para os quais não existe destinação específica, sendo passíveis de livre programação e recursos provenientes de 1% da Receita Corrente ordinária do Estado, destinados à FAPEMIG, para sua manutenção, bem como financiar Projetos de Pesquisa em atendimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 17 que dá nova redação ao artigo 212, da Constituição Estadual.
12 – Operações de Crédito Contratuais – SWAP	Recursos provenientes de reembolso decorrentes de operações de crédito para livre utilização do Estado.
RECURSOS VINCULADOS	
20 – Recursos Constitucionalmente Vinculados aos Municípios	Recursos vinculados constitucionalmente aos Municípios resultantes da arrecadação de impostos estaduais e respectivas Multas e Dívida Ativa e da transferência de impostos arrecadados pela União (artigos 158 e 159 da Constituição Federal).
21 – Cota Estadual do Salário Educação – Qese	Recursos transferidos pela União, resultantes da contribuição do Salário-Educação, recolhida na forma da lei pelas empresas, destinada ao financiamento da educação básica.
22 – Transferências De Recursos Do Sus Para Atenção De Média E Alta Complexidade Ambulatorial E Hospitalar	Recursos transferidos para financiamento de ações de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar em saúde, conforme dispõe a portaria nº 204/GM, de 29/01/ 2007, do ministério da saúde.
23 – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - Fundeb	Recursos vinculados ao Fundo de Manutenção E Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb resultante da parcela do ICMS, IPVA, ITCD, com as respectivas multas e dívida ativa e transferência de impostos federais.
24 - Convênios, Acordos e Ajustes provenientes da União e suas entidades	Recursos provenientes de convênios, acordos e ajustes firmados exclusivamente com a União e suas entidades.
25 – Operações de Crédito Contratuais	Recursos provenientes de operações de crédito contratadas pelo Estado, com organismos financeiros nacionais ou internacionais, destinados a programas ou projetos específicos.
26 – Taxa Florestal	Recursos provenientes da ação fiscalizadora e de estímulo no setor de Polícia Florestal e das medidas decorrentes dos códigos Florestal e de Caça, por intermédio do IEF.
27 – Taxa de Segurança Pública	Recursos provenientes pela utilização de serviços por pessoas físicas ou jurídicas, prestados permanentemente pela vigilância policial ou administrativa do Poder Público estadual, visando a preservação da segurança.
28 – Taxa de Fiscalização Judiciária	Recursos provenientes da fiscalização judiciária da prática dos atos notariais e de registro e da contagem, cobrança e pagamento de emolumento.
29 – Taxa de Expediente	Recursos provenientes de licenciamento e controle de ações das atividades especiais dos organismos do Estado, de interesse da coletividade.
30 – Contribuição à Aposentadoria	Recursos provenientes da contribuição de 3,5% da remuneração mensal bruta dos servidores do Estado, destinados ao custeio parcial dos proventos de aposentadoria e à constituição da reserva técnica.
31 – Utilização de Recursos Hídricos	Recursos provenientes de indenização aos Estados e Municípios pela exploração, em seus territórios, de recursos hídricos, para fins de geração de energia elétrica.
32 – Exploração de Recursos Minerais	Recursos provenientes de indenizações aos Estados e Municípios pela exploração, em seus territórios, de recursos minerais.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
33 – Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural	Recursos provenientes de indenizações aos Estados e Municípios pela extração, em seus territórios, de petróleo, xisto e gás.
34 – Notificação de Infração de Trânsito	Recursos provenientes de notificações de infração de trânsito conforme Lei Federal nº 9.503/1997.
35 – Contribuição ao Fundese	Recursos provenientes de contribuições e doações realizadas por instituições privadas nacionais, conforme artigo 22 da Lei nº 12.708/1997.
36 – Transferências de Recursos da União Vinculados à Educação	Recursos transferidos pelo Ministério da Educação, vinculados à ações de educação.
37 – Transferências de Recursos da União Vinculados à Saúde	Recursos transferidos pelo Ministério da Saúde, vinculados à ações de saúde.
38 – Transferências de Recursos da União Vinculados ao Esporte	Recursos transferidos pelo Ministério do Esporte e Turismo, através do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto- INDESP.
39 – Multas Pecuniárias e Juros de Mora Fixados em Sentenças Judiciais	Multa derivada de imposição de pena criminal por infringir à regra ou lei, ou contrato, originária de pena pecuniária ao qual são fixados juros em virtude do não cumprimento da obrigação.
40 – Recursos Fundos Extintos - Lei Nº 13.848/2001	Recursos provenientes dos Fundos extintos pela Lei nº 13.848, de 19 de abril de 2001.
41 – Cessão de Créditos	
42 – Contribuição Patronal para Funfip	Recursos vinculados ao pagamento dos benefícios concedidos na forma do art. 38, observado o disposto nos arts. 39 e 50 Lei Complementar nº 64 / 2002.
43 – Contribuição do Servidor para Funfip	Recursos vinculados ao pagamento dos benefícios concedidos na forma do art. 38, observado o disposto nos arts. 39 e 50 Lei Complementar nº 64 / 2002.
44 – Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	Compensação financeira entre o regime geral e o regime próprio de previdência dos servidores do Estado.
45 – Doações de Pessoas, de Instituições Privadas ou do Exterior a Órgãos e Entidades do Estado	Recursos recebidos como doações realizadas por pessoas físicas, instituições privadas nacionais ou entidades internacionais.
46 – Doações de Pessoas, de Instituições Privadas ou do Exterior ao Tesouro Estadual	Recursos recebidos como doações realizadas por pessoas físicas, instituições privadas nacionais ou entidades internacionais.
47 – Alienação de Bens de Entidades Estaduais	Recursos provenientes de alienação de bens e direitos que integram o patrimônio das entidades estaduais. É vedada a sua aplicação para financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos. (art. 44 da Lei 101/2000).
48 – Alienação de Bens do Tesouro Estadual	Recursos provenientes de alienação de bens e direitos que integram o patrimônio do tesouro estadual. É vedada a sua aplicação para financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos. (art. 44 da Lei 101/2000).
49 – Contribuição Patronal aos Institutos de Previdência	Recursos provenientes de contribuições de entidades para institutos de previdência social e assistência médica dos servidores.
50 – Contribuição do Servidor aos Institutos de Previdência	Recursos provenientes de contribuições de servidores para institutos de previdência social e assistência médica.
51 – Contribuição de Intervenção No Domínio Econômico / Combustíveis – CIDE	Recursos provenientes da arrecadação da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico incidente sobre a importação e comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível – CIDE, para ser aplicado, obrigatoriamente, no financiamento de programas de infraestrutura de transportes.
52 – Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	Recursos provenientes do exercício regular do poder de polícia conferido à FEAM e ao IEF para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras de recursos naturais de recursos naturais – Lei 14 940/2003
53 – Taxa de Incêndio	Recursos provenientes da Taxa de Segurança Pública pela utilização potencial do serviço de extinção de incêndio.

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
54 – Taxa de Licenciamento da Faixa de Domínio das Rodovias	Recursos provenientes da fiscalização e controle do uso ou ocupação da faixa de domínio e da área adjacente de rodovia estadual ou federal delegada ao Estado.
55 – Transferências de Recursos dos Municípios Vinculados à Farmácia Básica - FES	Recursos transferidos pelos Municípios vinculados à assistência farmacêutica básico.
56 – Transferências de Recursos da União Vinculados a Assistência Social	Recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social vinculados a Assistência Social.
57 – Transferências de Recursos da União por meio de Portaria	Recursos transferidos pela União por meio de Portaria
58 – Recursos para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	Recursos destinados à cobertura do déficit atuarial com objetivo de equilibrar o plano de previdência do Estado – Portaria Conjunta STN/SOF nº2 / 2010 (altera Portaria Interministerial STN/SOF nº163 / 2001)
59 – Outros Recursos Vinculados	Recursos vinculados a órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta através de legislação específica, que não se enquadram nos itens anteriores.
70 - Convênios, Acordos e Ajustes Provenientes dos Municípios, Estados e Organizações Particulares	Recursos provenientes de convênios ou acordos firmados por entidades públicas de qualquer espécie, ou entre elas e organizações particulares para realização de objetivos de interesse comum, excetuando aqueles firmados com a união e suas entidades.
71 – Recursos do Fundo Estadual de Erradicação da Miséria	Recursos provenientes do adicional de até dois pontos percentuais na alíquota do ICMS, nos termos do § 1º do art. 82 do ADCT, para financiamento do Fundo Estadual de Erradicação da Miséria.
72 – Taxa de Fiscalização de Recursos Minerários	Recursos provenientes do exercício regular do poder de polícia conferido ao Estado sobre a atividade de pesquisa, lavra, exploração ou aproveitamento, realizada no Estado, dos recursos minerários – Lei 19.976/2011.
73 – Acordos e Ajustes de Cooperação Mútua com a União e suas Entidades	Recursos provenientes de Acordos e Ajustes de Cooperação Mútua com a União e suas entidades para o desenvolvimento de ações de interesse comum, não caracterizados, nos termos legais, como convênio.
74 – Acordos e Ajustes de Cooperação Mútua com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, as Instituições Privadas e os Organismos Do Exterior	Recursos provenientes de Acordos e Ajustes de cooperação mútua com os Estados e suas Entidades, com o Distrito Federal e suas Entidades, com os Municípios e suas Entidades, com as Instituições Privadas e com os Organismos do Exterior para o desenvolvimento de ações de interesse comum, não caracterizados, nos termos legais, como convênio.
75 – Contribuição Patronal para Custeio dos Proventos dos Militares	Recursos provenientes de contribuição patronal para custeio dos proventos dos militares da reserva e reformados - lei complementar 125/2012.
76 – Taxa de Administração do FUNPEMG	Recursos provenientes da taxa de administração do FUNPEMG – art. 57, § 3º, da Lei Complementar 64/2002, e, art. 15 da portaria MPS 402/2008.
77 – Receitas de Fiscalização, Taxas e Custas Judiciais	Recursos provenientes da taxa de fiscalização judiciária, taxa judiciária, receita judiciária - juizado especial, receita judiciária - custas judiciais, vinculados ao Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais - FEPJ, criado pela lei estadual 20.802/2013.
79 - Contribuição Patronal para o FUNPREV	Recursos advindos de contribuição patronal, vinculados ao pagamento dos benefícios concedidos na forma do art. 3º da Lei Complementar nº 132/2014.
80 – Contribuição do Servidor para o FUNPREV	Recursos advindos de contribuição do servidor, vinculados ao pagamento dos benefícios concedidos na forma do art. 3º da Lei Complementar nº 132/2014.
81 – Recursos de Depósitos Judiciais – Lei 21.720/15	Recursos provenientes de depósitos judiciais em dinheiro, tributários e não tributários realizados em processos vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG, para custeio

CÓDIGO / CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
	da previdência social, o pagamento de precatórios e assistência judiciária e a amortização da dívida com a união - Lei Estadual nº 21.720, de 14/07/2015.
82 - Notificação de Infração de Trânsito – Estado	Recursos provenientes de notificação de infração de trânsito - conforme Lei Federal 9.503/1997 - pertencentes ao estado de Minas Gerais.
83 - Notificação de Infração de Trânsito – FUNTRANS	Recursos provenientes de notificação de infração de trânsito - conforme Lei Federal 9.503/1997 - aplicadas pelo departamento de estradas de rodagem de minas gerais - der para utilização pelo fundo estadual de desenvolvimento de transportes - FUNTRANS, nos termos do inciso VIII do art. 3º da Lei Estadual 13.452/2000.
84 - Transferências De Recursos Do Sus Para A Gestão Do Sus	Recursos transferidos para apoiar a implementação de ações e serviços que contribuem para a organização e a eficiência do sistema, conforme dispõe a portaria nº 204/GM, de 29/01/2007, do ministério da saúde.
85 - Transferências De Recursos Do Sus Para A Vigilância Em Saúde	Recursos transferidos para financiamento de ações de vigilância em saúde, conforme dispõe a portaria nº 204/GM, de 29/01/2007, do ministério da saúde.
86 - Transferências De Recursos Do Sus Para A Assistência Farmacêutica	Recursos transferidos para financiamento de ações de assistência farmacêutica, conforme dispõe a portaria nº 204/GM, de 29/01/2007, do ministério da saúde.
87 - Transferências De Recursos Do SUS Para A Atenção Básica	Recursos transferidos para financiamento de ações de atenção básica à saúde, conforme dispõe a portaria nº 204/GM, de 29/01/2007, do ministério da saúde.
88 - Transferências de Recursos do SUS para Investimentos na Rede de Serviços de Saúde	Recursos transferidos exclusivamente para a realização de despesas de capital, mediante apresentação de projetos, encaminhado pelo ente federativo interessado ao ministério da saúde, conforme dispõe a portaria nº 204/gm/ms, de 29/01/2007.

RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS

60 – Recursos Diretamente Arrecadados	Recursos que têm origem no esforço próprio de arrecadação de órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta.
61 – Recursos Diretamente Arrecadados Com Vinculação Específica	Recursos Diretamente Arrecadados através de legislação específica.

IDENTIFICADORES DE PROCEDÊNCIA E USO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
1	Recursos Recebidos para Livre Utilização
2	Recursos Recebidos de Outra Unidade Orçamentária do Orçamento Fiscal para livre utilização
3	Recursos Recebidos para Contrapartida
4	Recursos Recebidos para Atendimento de Demandas de Participação Cidadã
5	Recursos Recebidos para benefícios previstos no art. 39 da Lei Complementar 64/2002
6	Recursos Recebidos para Contrapartida de Operação de Crédito*
7	Recursos Recebidos para Auxílios Doença, Funeral, Alimentação, Transporte e Fardamento
8	Recursos Recebidos para Emendas Parlamentares

9	Recursos Recebidos para Precatórios e Sentenças Judiciais
----------	---

IDENTIFICADORES DE AÇÃO GOVERNAMENTAL

CÓDIGO	INTERPRETAÇÃO
0	Ação de Acompanhamento Geral
1	Ação de Acompanhamento Intensivo

DIAGRAMA DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL E POR PROGRAMAS

